

**Directrizes de
Ruy Barbosa**

1886



Serie V

BRASILIANA

Vol. 7

BIBLIOTHECA PEDAGOGICA BRASILEIRA

BAPTISTA PEREIRA

Directrizes de Ruy Barbosa

Segundo textos escolhidos,
annotados e prefaciados
por Baptista Pereira



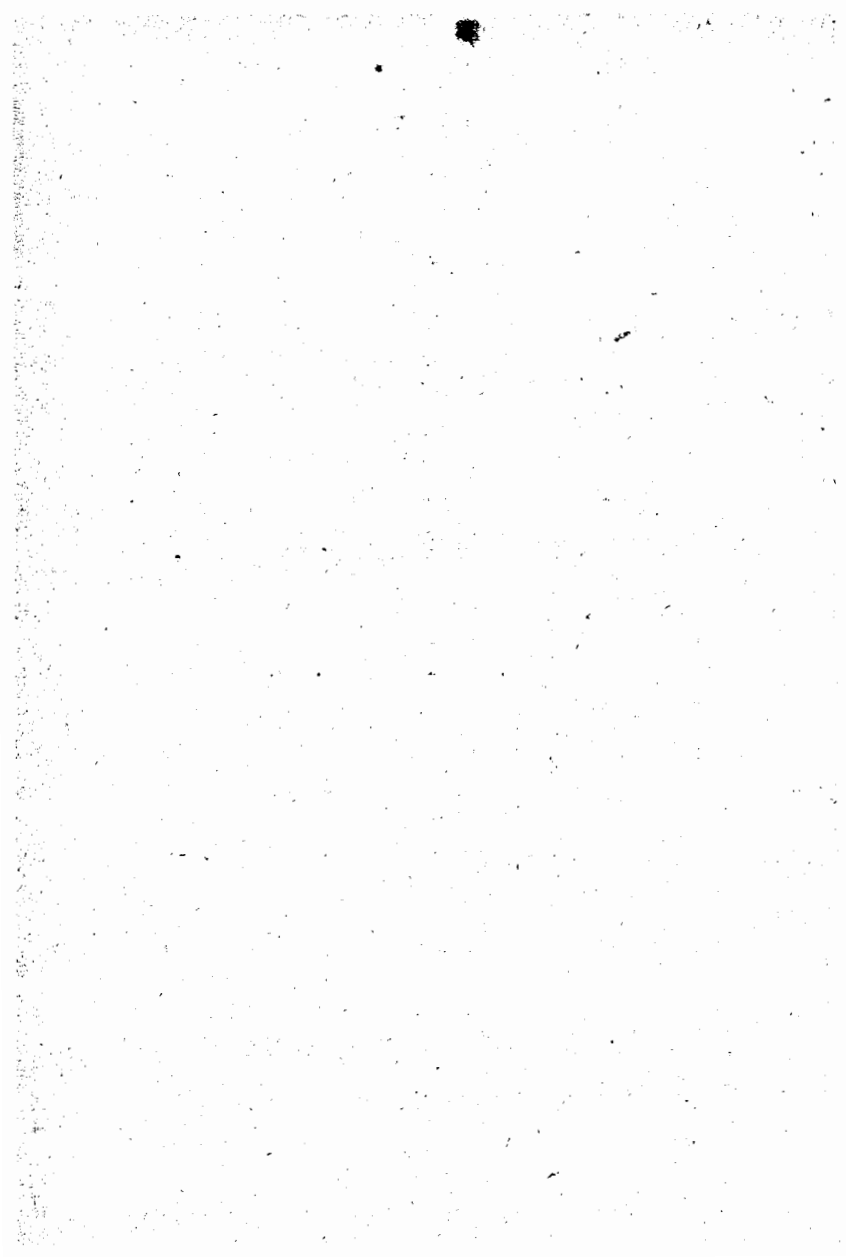
COMPANHIA EDITORA NACIONAL

São Paulo — Rio de Janeiro — Recife — Porto-Alegre

1938



A' Guisa de Prefacio



A immensa obra de Ruy Barbosa resente-se da falta duma synthese, em que elle proprio tenha resumido os pontos principaes do seu *organum*, isto é, do corpo doutrinario das suas idéas. É exacto que nunca perdeu opportunidade para fixar os seus principios e opinar sobre os grandes problemas da nossa vida. Neste particular, sua obra estrella-se a cada passo de resumos de incomparavel concisão e vigor. Para não citar outros, basta o celebre *Credo*, que foi varias vezes tirado em avulsos, e que é uma especie de catechismo de sua fé.

Mas a obra de Ruy Barbosa, dispersa e fragmentaria, ainda não colligida numa edição completa, é de difficil accesso. Volumes e volumes ha que constituem verdadeiras raridades. As "Cartas de Inglaterra", a obra em que as suas idéas mais claramente se definem, só recentemente foi vulgarisada por uma segunda edição. Os exemplares da primeira vendiam-se, correntemente, a duzentos mil réis, o que os tor-

nava inacessíveis ao maior e ao melhor dos leitores — a mocidade das escolas. Dahi a difficuldade de encontrar os trechos da sua obra que lhe condensam mais resumidamente o pensamento.

Bastaria, é certo, a Constituição de 24 de Fevereiro para definil-o nos pontos essenciaes, quanto á justiça, á religião e á liberdade. Por ahi se lhe revela como hierarchisa os nossos problemas. Estabelecendo-lhe a primazia sobre os dois outros poderes do Estado, pensava Ruy, e com razão, que a justiça é o elemento primordial á vida das nações, a atmospherá sem a qual é impossivel a actividade creadora do trabalho, e o impulso vivificante do credito. É a mesma concepção dos Estados Unidos, onde a Suprema Côrte vem a ser a definidora, a ultima instancia de todas as desharmonias ou duvidas entre os outros dois poderes do Estado.

A esse conceito de justiça, subordina-se o outro, que lhe é condicionado: — o da liberdade. A liberdade não fica sendo mais o numero vago e indefinivel evocado pelos partidos no ostracismo, contra os partidos no poder, e não tendo outros limites senão as paixões do momento e os interesses politicos. A liberdade torna-se um direito que se incorpora ao patri-

monio do individuo. Respeital-o é uma obrigação compulsoria para o Estado. Como, porém, submeter a omnipotencia deste a qualquer limitação, sem que elle proprio tenha consentido na criação do poder que lhe restrinja as faculdades, sem uma justiça, emfim, acima da qual não exista outra instancia de recurso? Esta foi a belleza maxima da nossa constituição. O Supremo Tribunal Federal era o poder dos poderes. Seus votos e decisões corrigiam e reparavam as exorbitações do Legislativo e do Executivo. E os governos tudo podiam, menos desrespeitar a lei. É exacto que o engenho humano descobre sophismas e evasivas para se eximir ao cumprimento dos deveres que lhe não tôam aos interesses. Mas a essa burla, não ha preceito moral que se possa evadir. O importante é a reivindicação de principios que, ao cabo de certo tempo, se entranhem de tal modo na consciencia collectiva, que não é mais possivel a sua postergação.

* * *

Ruy foi muito atacado por ter emblemado no Jéca Tatú de Monteiro Lobato o typo brasileiro. Accusaram-n'o de carregar o traço e de acceitar como um retrato a simples caricatura. Só mesmo a mais romba sensibilidade literaria

seria capaz de doer-se daquella viva e formosa pagina allegorica. Jéca Tatú não é o Brasil, felizmente para nós. Não é o Brasil todo. Mas é uma parte do Brasil, cuja existencia seria impossivel encobrir.

A allegoria é um dos processos mais energeticos de dar a sentir a verdade. Toma, ás vezes, aspectos que, á primeira vista, desorientam. Quando Swift escreveu a sua proposta para aproveitar em salsichas e almondegas a carne das creanças irlandezas, qual era o seu intuito? Verberar a indiferença com que a Inglaterra as via morrendo de fome aos milhares. Ruy, descrevendo o Jéca Tatú, não pensou em calumniar o Brasil. A sua allegoria visava mais alto. Visava chamar a attenção dos governos para o triste embrutecimento em que a sua desidia estava deixando vegetar a grande maioria da nossa população rural. Jéca Tatú não existe mais na cidade. Quem viajar um pouco, todavia, se tiver olhos para ver, terá de confessar que o grande typo de Monteiro Lobato enxameia por todo o interior.

* * *

Outro ponto essencial do problema brasileiro é a instrucção. Neste assumpto as idéas

de Ruy irmanam-se ás de Sarmiento. Para ambos a instrução é o mais premente dos problemas e o mais sagrado dos deveres do Estado. Conscio dessa verdade, Ruy Barbosa ha quarenta annos escreveu dois relatorios apresentados á Camara dos Deputados da Monarchia, como relator de um projecto de reforma do ensino. Máo grado a época relativamente distante em que foram compostos, esses dois trabalhos continuam a ser da maior actualidade. Ambos representam, até hoje, o que se conhece de mais profundo e minudente no assumpto. De ambos, dizem publicistas europeus que foram os estudos mais importantes que, sobre a materia, jamais foram apresentados a qualquer parlamento do mundo. Ainda hoje os especialistas sentem-se maravilhados pela sua perfeição. Bem andou o actual governo, mandando-os editar de novo.

* * *

Num paiz sul-americano como o Brasil, o papel das classes armadas toma um relevo que lhes é desconhecido nos paizes do Velho Mundo, onde os exercitos, afeitos secularmente á disciplina, não têm os alvoroços, os impetos e as ambições que os caracterizam nos paizes neo-

ispanicos, para empregar esta palavra no sentido de ibérico. O Imperio conseguiu o milagre de forrar-nos ao contagio dos nossos vizinhos, sujeitos, epidemicamente, a revoluções e pronunciamentos. Durante o reinado de D. Pedro II, não se conta uma só revolução militar. E a susceptibilidade politica de então era de tal natureza, que quando Caxias apresentou o seu pedido de demissão no Gabinete Zacharias, embora sem ameaças, esse simples ultimatum soou aos ouvidos do Conselho do Estado como um rebate de perigo para as instituições civis que sempre nos governaram. Mas veio o 15 de Novembro. Veio prematuramente. Veio por obra e graça dos quartéis. Desde ahí, não teve o Brasil mais um minuto de tranquillidade. Durou 41 annos a Republica Constitucional. Sommas as revoltas e os motins militares, grandes e pequenos, o seu numero não deve ser menor do que o dos seus annos de existencia. Resultado: — não temos de exercito senão a apparencia. Resultado: — não temos de soldados senão automatados. Resultado: — não temos das classes armadas senão o simulacro. Força é convir que nos ultimos tempos, depois das missões militares estrangeiras, encontra-se em nossas fileiras um escól de individuos dignos de per-

tencerem aos melhores exercitos do mundo. Mas estes, que opinam pelo afastamento systematico do exercito de toda e qualquer participação politica, estão sujeitos aos Messias de galão, aos thaumaturgos de estrella, que se suppõem, candidamente, o alpha e o ómega da cultura, os Edipos capazes de resolverem todos os problemas da nacionalidade. Só duas attitudes possiveis em casos taes: — a de *hurler avec les loups*, isto é, ganhar com a matilha, ou, então, resignar-se a ser estraçalhado pelos seus caninos delirantes. Ruy escolheu a segunda hypothese. Contava, tranquillamente, com o tempo. Tinha certeza de que não podia tardar a época em que prevalecessem os verdadeiros principios que formam a moral dos exercitos. Teve a ventura de conhecer grandes militares que coparticipavam das suas opiniões, como a nobre figura do General Trompowsky, que não hesitava, em pleno florianismo, em subscrever um artigo em que pregava o afastamento dos militares da politica. Mas não conheceu o exercito de hoje onde, continúo affirmando-o apesar de apparencias, que me parecem desmentir, o espirito dominante é o que prega a absorpção do militar nos seus arduos deveres, — unico meio de merecer a confiança da nação que

lhe entregou a sua defesa e a sua honra. Curioso é verificar que a idéa da vinda das missões estrangeiras foi originariamente de Ruy. Menos curioso não é verificar como a lenda de que era inimigo do exercito se desfaz como uma bolha de sabão, ao sopro das palavras em que o eleva e defende, não com a lisonja do sycophanta, mas com a severa sinceridade do amigo verdadeiro.

* * *

Outro ponto que é preciso vulgarisar é o das crenças religiosas de Ruy. Contestar que pagou tributo ao seu tempo e que soffreu a influencia iconoclastica de sua geração, fôra baldado. Não chegou até ao materialismo ou ao atheismo. Combateu, porém, o catholicismo, com o impeto com que entrava em todas as refréas. Deixou documento dessa attitude nas paginas de "O Papa e o Concilio", obra de mocidade, que depois renegou. Passado, porém, esse eclipse juvenil, voltou ao seio da religião, que bebera com o leite materno. Viveu e morreu catholico.

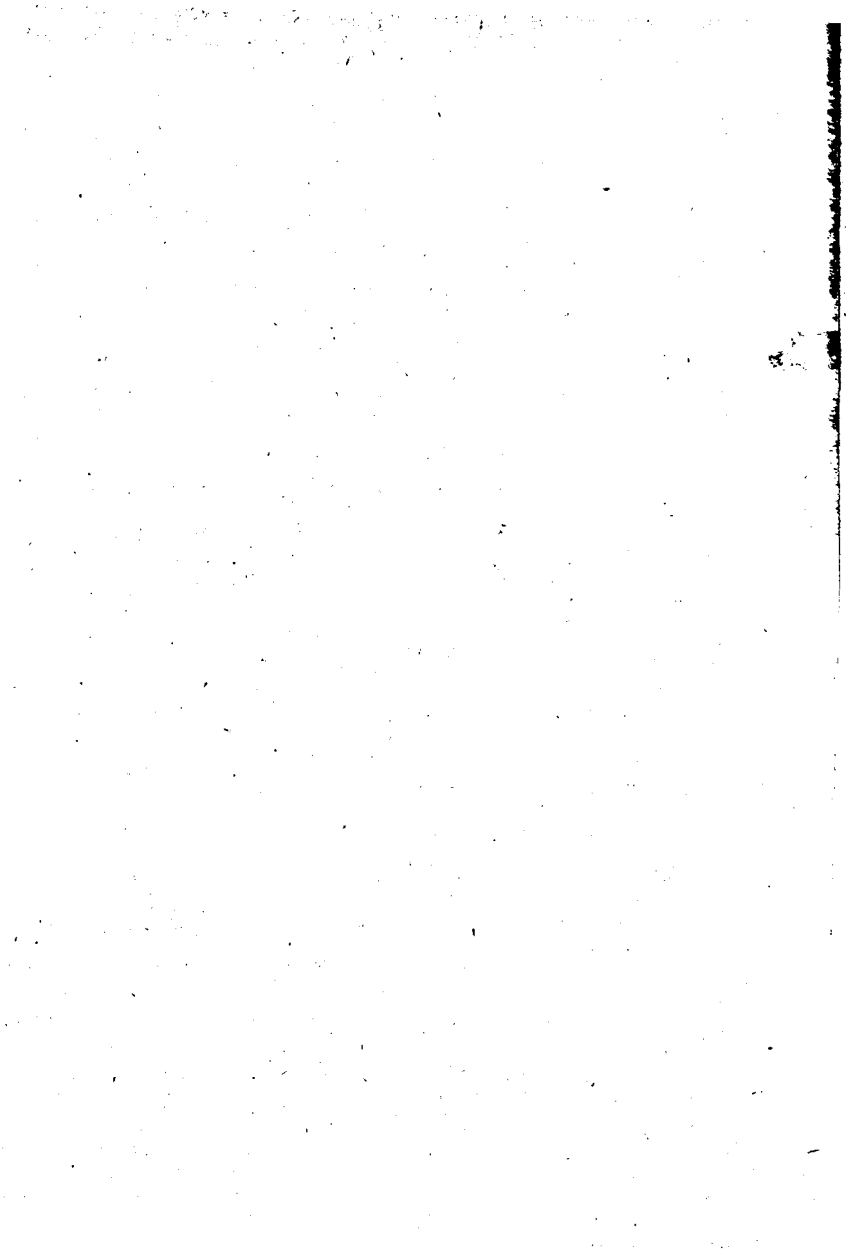
* * *

Parece-me ambicioso o titulo de "Directrizes de Ruy Barbosa", dado a esta collectanea.

Mas um lado ha por onde elle se legitima. As minhas notas só collimam explicar algumas obscuridades, referir um ou outro facto interessante, trazer mais um pouco de luz a certos assumptos, por sua natureza penumbrados pelos bastidores politicos. Não visam inferir, deduzir ou concluir por minha iniciativa ou alvedrio. É o proprio Ruy quem aqui se define. Sobre a justiça, sobre a instrucção, sobre as classes armadas, sobre a religião. Sobre a realidade brasileira, sobre a lingua. Com esses materiaes dispersos, *disjecta membra*, pode o leitor intelligente reconstruir a estatura do gigante.

S. Paulo, Todos os Santos, 1932.

BAPTISTA PEREIRA.



INDICE

I

O BRASIL FEITO PELA POLITICA

Jéca-Tatú	29
A visão dos manda-chuvas	34
O Brasil não é isso	39
A defesa da Patria	43
Verdade e Mentira	50
A cloaca maxima	53
A Embaixada	60
Intrigas com o Exercito	68
O sertão	74
A politica no sertão	78
A politica e o coração	82

II

O EXERCITO

O amigo do Exercito	87
Missões technicas para o Exercito	93

Principios para a boa constituição do Exército	100
Fidelidade e tradição	105
Aristocracia de farda	108
As provas do governo militar	110
Doutrinas de tarimba	114
Obediencia	115
Elevação do soldado	117
O sargento Costa Leite esbofeteado	119
O chefe e o soldado	121
Os officiaes desabridos	125
O pundonor do soldado	127
Honra militar	129
Atrocidades indigenas	131
O soldado sob o regime militarista	136
O factor moral	139
Capacidade technica	145

III

RELIGIAO E ESTADO

A questão religiosa	153
Regime da separação	156
Ensino religioso	157
Estado e ensino religioso	160
Ruy e religião	162
Synthese do seu papel na liberdade religiosa	163

IV

FORÇA E DIREITO

Conceito material da liberdade	171
A Força e o Direito	177
Prophecias	181
Prophecia do chaos actual	186
Prophecia da crise economico-financeira de hoje	187
O Imprevisto	188

V

O MUNDO INTERNACIONAL

Interpretação do seu papel em Buenos Aires ..	197
A Neutralidade	204
A nossa neutralidade	210
O Protesto Saraiva	212
Os farrapos de papel	216
As palavras de Fichte	221
Exortação a Wilson	223
A Belgica	227
A França	228
Ave, Britannia!	229
Intrigas com o Exercito - "O conciliabulo do Cattete"	232

V

A LINGUA

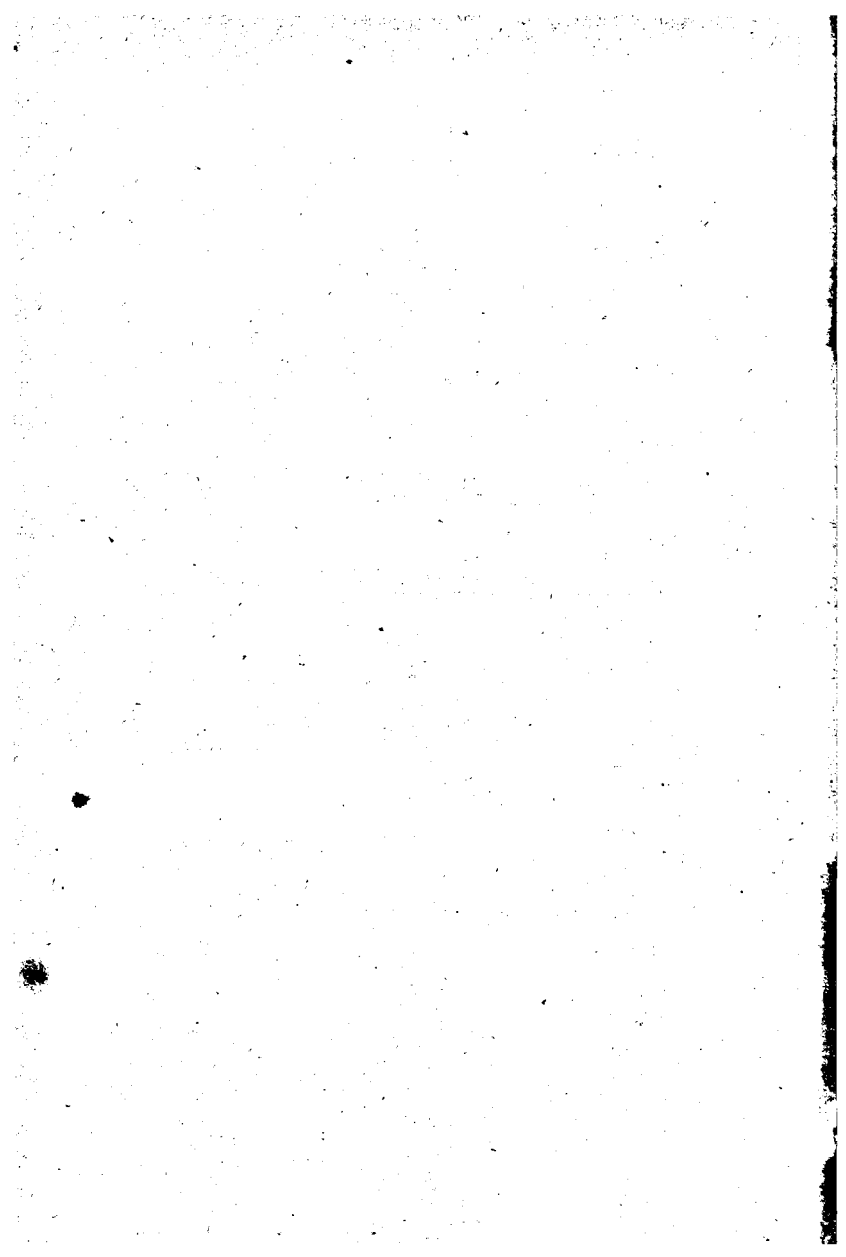
Archaismos	245
Eça de Queiroz	247
Dialecto brasileiro	252
Pureza e descuro	255
Casar, casar-se	257
Ter lugar	259
Cuidado e tempo	261
Pseudo-cacophatons	263
Tempo e perfeição	265
O que ?	266
Uso dos possessivos	270
Descuidos de redacção	272
A geração de amanha	275

VII

O ENSINO

Quadro do ensino no Brasil	283
O segredo da Prussia	285
Despesa com o ensino	287
O ensino é a mais poderosa machina de trabalho	289
Luxo escolar	291
O grande mal: a ignorancia popular	295
Indigencia e analfabetismo	299
O trabalho	302

SELECTA LITERARIA



I

O Brasil feito pela politica



JÉCA TATÚ

Solta Pedro I o grito do Ypiranga. E o caboclo, em cócoras. Vem, com o 13 de maio, a libertação dos escravos, e o caboclo, de cócoras. Derriba o 15 de novembro um throno, erguendo uma Republica; e o caboclo, acocorado. No scenario da revolta, entre Floriano, Custodio e Gumercindo, se joga a sorte do paiz, esmagado quatro annos por "Incitatus"; e o caboclo ainda com os joelhos á bocca. A cada um desses baques, a cada um desses estrondos, soergue o dorso, espia, coça a cabeça, "magina", mas volve á modorra e não dá pelo resto.

De pé, não é gente. A não ser assentado sobre os calcanhares, não desemperra a lingua, "nem ha de dizer cousa com cousa". A sua bibóca de sapé faz rir aos bichos da toca. Por cama, uma esteira espipada". Roupa, a do corpo. Mantimentos, os que junta aos cantos da sordi-

da arribana. O lúxo do toucinho pendente de um gancho á cumieira. A' parede, a pica-páo, o polvarinho de chifre, o rabo de tatú e, em pára-raio, as palmas bentas. Se a cabana racha, está de "janellinhas abertas para o resto da vida". Quando o colmo do tecto, alluido pelo tempo, escorre para dentro a chuva, não se veda o rombo; basta aparar-lhe a agua num gamello. Desaprumando-se os barrotes da casa, um santo de mascate, grudado á parede, lhe vale de contraforte, embora, quando ronca a trovoada, não deixe o dono de se julgar mais em seguro no ôco de uma arvore vizinha.

O matto vem beirar com o terreirinho nú da palhoça. Nem flores, nem fructas, nem legumes. Da terra, só a mandioca, o milho e a canna. Porque não exige cultura, nem colheita. A mandioca "sem vergonha", não teme formiga. A canna dá a rapadura, dá a garapa, e assucára, de um rolête espremido a pulso, a cuia do café.

Para Jéca Tatú "o acto mais importante da sua vida é votar no governo". "Vota. Não sabe em quem. Mas vota". "Jéca por dentro rivalisa com Jéca por fóra. O mobiliario cerebral vale o do casebre". Não tem o sentimento da patria, nem, sequer, a noção do paiz. De

“guerra, defesa nacional, ou governo”, tudo quanto sabe, se reduz ao pavor do recrutamento. Mas, para todas as doenças, dispõe de mésinhas prodigiosas como as idéas dos nossos estadistas. Não ha bronchite que resista ao cuspir do doente na bocca de um peixe, solto, em seguida, agua abaixo. Para brotoeja, cozimento de beijo do pote. Dôr de peito? “O porrete é jasmin de cachorro”. Parto difficil? Engula a cachopa tres carôços de feijão mouro, e “vista no avesso a camisa do marido”.

Um fatalismo cego o acorrenta á inercia. Nem um laivo de imaginação, ou o mais longinquo rudimento d’arte, na sua imbecilidade. Mazorro e soturno, apenas rouqueja lugubres toadas. “Triste como o curiango, nem sequer as-sobia”. No meio da natureza brasileira, das suas catadupas de vida, sons e coloridos, “é o sombrio urupê de páo pôdre, a modorrar silencioso no recesso das grotas. Não fala, não canta, não ri, não ama, não vive”.

Não sei bem, senhores, se no tracejar deste quadro, teve o autor só em mente debuxar o piraquara do Parahyba e a degenerescencia in-nata da sua raça. Mas a impressão do leitor é que, neste symbolo de preguiça e fatalismo, de

somnolencia e imprevisão, de esterilidade e tristeza, de subserviência e hebetamento, o genio do artista, reflectindo alguma cousa do seu meio, nos pincelou, consciente ou inconscientemente, a synthese da concepção, que tem, da nossa nacionalidade pelos homens que a exploram.

NOTA

Essa referencia de Ruy Barbosa nacionalizou o nome de Monteiro Lobato, "o admiravel escriptor paulista", cujo grupo de admiradores se viu dum dia para outro transformado em legião. Foi Ruy muito atacado por ter visto no caboclo de Monteiro Lobato o retrato do Brasil. Espinafrou-se a susceptibilidade indigena. Esquecia, porém, a restricção do allegorista: a synthese da nacionalidade, tal e qual a fazem os que a governam.

O quadro debuxado pelo escriptor é o dum Brasil real, dum Brasil que todos conhecemos, do Brasil visto e denunciado por Miguel Pereira e Belizario Penna. Esse Brasil Ruy o conheceu não só no sertão, como ainda no litoral. Na Praia Grande, que vae do forte de Itaipús a Conceição de Itanhaem, Ruy teve ensancha de ver a população praieira em suas choças de páo a pique, á beira dos jundús, dentro da matta carrasquenta. Cadavericos, opilados, indolentes, tristonhos, abulicos, não se lhes encontrava nas palhoças

nem o mais elementar indicio de conforto ou previsão. Faltava-lhes até o sal. Descuidados e fatalistas, nem ao menos se davam ao trabalho de guardar duas ou tres tainhas de fumeiro. Quando o tempo era bom, comiam o que pescavam. Quando chovia, o mamoeiro ou a bananeira serviam para "*entertter o estamo*". Note-se que a Praia Grande está a dez minutos de Santos, de automovel.

A VISÃO DOS MANDA-CHUVAS

Se os pêcos manda-chuvas deste sertão mal roçado, que se chama Brasil, o considerassem habitado, realmente, de uma raça de homens, evidentemente não teriam a petulancia de o governar por meio de farçanterias, como a com que acabam de arrostar a opinião nacional e a opinião internacional, atirando á cara da primeira o acto de mais violento desprezo, que nunca se ousou contra um povo de mediana consciencia e qualquer virilidade.

Para animar esses gosadores inveterados na covardia do egoismo a esse rasgo de Intrepidez contra os sentimentos de uma nação inteira, justamente quando esses sentimentos se estão patenteando com toda esta intensidade, havemos de suppor que o vesos de se encontrarem com um paiz de resignação illimitada e eterna indifferença os acostumou a verem nos seus

conterraneos a caboclada lerdaça e tardonha da família do heróe dos Urupês, a raça despatriada e torpe, que vegeta, como os lagartos, ao sol, na madraçaria e lombeira dos campos descultivados.

O que elles vêem, succedendo á idade embryonaria do colono, dobrado ao jugo dos capitães môres; o que elles vêem, seguindo-se á época tenebrosa do africano vergalhado pelo relho dos negreiros, é o periodo banzeiro do autochtone, cedido pela catechese dos missionarios á catechese dos politiqueiros, lanzudo ainda na transição mal amanhada e susceptivel, pelo seu baixo hybridismo, das bestialisações mais imprevistas.

Eis o que elles enxergam, o que elles têm por averiguado, o que os seus actos dão por liquido no povo brasileiro: uma ralé semi-animal e semi-humana de escravos de nascença, concebidos e creados para a obediencia, como o muar para a albarda, como o suino para o chiqueiro, como o gorilha para a corrente; uma raça cujo cerebro ainda se não sabe se é de banana, ou de mamão, para se empapar de tudo o que lhe imbutam; uma raça cujo coração ainda não se estudou se é de cortiça, ou de borracha, para não guardar móssa de nada,

que o contunda; uma raça, cujo sangue seja de sanie ou de lodo, para não sair jamais da estagnação do charco, ou do esphacelo da gangrena; uma raça, cuja indole não participe, sequer, por alguns instinctos nobres ou uteis, dos grãos superiores da animalidade.

De outra sorte não poderia succeder que, precisamente quando se trata do acto mais vital de uma nação, a escolha da cabeça do seu governo, seja essa nação a que se elimine, para exercer as suas vezes o lendeação dos seus parasitas. De outro modo não se conceberia que, justamente quando os mais obdurados e truculentos despotismos do mundo rolam pelo chão arrastando na quéda os mais velhos thronos e as dynastias mais poderosas, aqui, tres ou quatro moirões de lenho pôdre até o cerne, se ponham rosto a rosto com todas as expressões do sentimento publico, e as levem de vencida. De outra maneira não se explicaria que, exactamente quando se annunciava aos quatro ventos um movimento de regeneração dos costumes politicos, empenhados em corresponder á grandeza das difficuldades com a grandeza dos exemplos, tudo se resolvesse na comedia mais ignobil, de que nunca foi testemunha a nossa historia. Não, senhores, de outro geito não se

explicaria que, quando todas as nações andam á competencia, no campo da honra, em dar, qual a qual mais, em modelos ao universo attento, os seus maiores homens, as suas maiores acções e as suas maiores qualidades, a politica brasileira elegeesse este momento, para assombrar o mundo com a sua inveja, a sua tacanharia, a sua corrupção e a sua cegueira; para juntar, aos olhos do estrangeiro, numa só scena, como representação da nossa mentalidade, um concurso de individuos, vicios e opprobrios, que obrigariam a corar o mais desgraçado e o menos sensível retalho da humanidade.

NOTA

A Republica, no Brasil, repousou sempre sobre a comedia eleitoral. O suffragio popular não passava de um simulacro de escrutinio, que referendava a indicação dos régulos politicos, senhores pro meio do *caucus* legislativo de todas as oligarchias estaduaes. Quem quizer se convencer dessa verdade não tem mais do que consultar as actas eleitoraes, que registavam os votos das eleições presidenciaes. Salvo as de tres ou quatro Estados, onde se abriam realmente as urnas, as assignaturas dos votantes eram traçadas pela mesma mão, sem o trabalho de alterar a calligraphia. Nem as apparencias se guardavam.

Ha quem defenda esse systema com o argumento de que um corpo eleitoral cuja alphabetisação tinha por limite o garranchar do proprio nome, não devia votar senão de cruz, no candidato indicado pelas forças vivas da Nação. O argumento é inepto. Mas, então, para que tantos gastos, trabalhos e canseiras? Por que construir sobre a mentira todo um systema politico? Por que não decretar logo, sem embargos, a eleição directa pelo Congreso?

Nada contribuiu mais para a desmoralização do regime do que a consagração desse simulacro. O exercicio do voto ficou completamente desmoralizado. Os melhores elementos sociaes desertaram das urnas, entregues aos cabos eleitoraes, cuja alçada abarcava apenas os elementos inferiores da cultura e da representação social. Um regime desses, bem é de ver, tinha que dar no que deu...

O BRASIL NÃO E' ISSO

Mas, senhores, se é isso o que elles vêem, será isto, realmente, o que nós somos? Não seria o povo brasileiro mais do que esse espécime do caboclo mais desasnado, que não se sabe ter de pé, nem mesmo se senta, conjuncto de todos os estigmas da calaçaria e da estupidez, cujo voto se compre com um rolête de fumo, uma andaina de sarjão e uma vez de aguardente? Não valerá, realmente, mais o povo brasileiro do que os conventilhos de advogados administrativos, as quadrilhas de corretores politicos e vendilhões parlamentares, por cujas mãos corre, barateada, a representação da sua soberania?

Deverão, com effeito, as outras nações, a cujo grande conselho comparecemos, medir o nosso valor pelo dessa troça de escaladores do poder, que o julgam ter conquistado, com a sub-

missão de todos, porque, num lance de roleta viciada, empalmaram a sorte, e varreram a mesa?

Não. Não se engane o estrangeiro. Não nos enganemos nós mesmos. Não! O Brasil não é isso! Não! O Brasil não é o socio de club de jogo e de pandega dos vivedores, que se apoderaram da sua fortuna, e o querem tratar como a libertinagem trata as companheiras momentaneas da sua luxuria. Não! O Brasil não é esse ajuntamento collectivo de creaturas taradas, sobre que possa correr, sem a menor impressão, o sopro das aspirações, que nesta hora agitam a humanidade toda. Não! O Brasil não é essa nacionalidade fria, deliquescente, cadaverisada, que receba na testa, sem estremeecer, o carimbo de uma camarilha, como a mesalina recebe no braço a tatuagem do amante, ou o calceta, no dorso, a flor de liz do verdugo. Não! O Brasil não acceta a cova que lhe estão cavando os cavadores do Thesouro, a cova onde o acabariam de roer até os ossos os tatús-canastras da politicalha. Nada, nada disso é o Brasil.

O QUE É O BRASIL

O Brasil não é "isso". E' "isto". O Brasil, senhores, sois vós. O Brasil é esta as-

sembléa. O Brasil é este comicio immenso de almas livres. Não são os commensaes do erario. Não são as ratazanas do Thesouro. Não são as sangue-sugas da riqueza publica. Não são os falsificadores de eleições. Não são os compradores de jornaes. Não são os corruptores do systema republicano. Não são os oligarchas estaduaes. Não são os ministros de tarracha. Não são os presidentes de palha. Não são os publicistas de aluguer. Não são os estadistas de impostura. Não são os diplomatas de marca estrangeira. Não são as cellululas activas da vida nacional. E' a multidão que não adula, não teme, não corre, não recúa, não deserta, não se vende. Não é a massa inconsciente que oscilla da servidão á desordem, mas a cohesão organica das unidades pensantes, onde a Providencia accumula reservas inesgotaveis de calor, de força e de luz para a renovação das nossas energias. E' o povo, num desses movimentos seus, em que se descobre toda a sua majestade.

(Trechos da Conferencia de 20 de março de 1919, no Theatro Lyrico do Rio de Janeiro).

NOTA

A defesa de Ruy contra os que o accusavam de calumniar o Brasil, elle proprio a antecipou nesse trecho. O Brasil dos régulos e mandões, dos chefes da politica nacional e das oligarchias era o Brasil Jéca-Tatú. Mas, além d'elle, outro Brasil havia. O Brasil das grandes reacções da verdade contra a mentira, da consciencia contra a fraude, da opinião contra o corrillo. Esse, havia de fatalmente acabar com o primeiro. Inda não se realisou a prophecia de Ruy. A revolução de outubro mudou o regime, mas não mudou os homens. O vinho, engarrafado com rotulos differentes, é o mesmo. A evolução mental não permittiu aos detentores do poder ver onde está a realidade brasileira, o interesse brasileiro, a verdade brasileira. O paiz continua a dividir-se entre senhores e escravos, cidadãos e ilotas, dominadores e proscriptos. Não ha um esforço sincero de cohesão nacional. Não ha uma amnistia geral dos erros passados. Os cúmplices de então arvoram-se em inquisidores, no afan de renhirem, uns pela mantença das posições, outros pela sua conquista. Não ha tempo para pensar nos interesses superiores da Patria. E, assim, vae o Brasil, em vela secca, ao léo da corrente, sem bussola e sem rumo. Não ha ensejo para a^rmanobra; todo o tempo é pouco para recriminar e discutir.

A DEFESA DA PATRIA

Dos cuidados com a defesa da patria a malandragem politica despreoccupou inteiramente as nossas forças de terra e mar. As fronteiras desvigiadas e desguarnecidas, abandonadas e ermas, não servem senão para logares de expiação e retiro, vexame e desterro, contra os officiaes com cuja incondicionalidade não contam as facções dominantes na execução dos attentados que as aguentam. A patria são as fronteiras; e as fronteiras se acham escancaradas ao inimigo. A patria é a organização dos serviços militares; e dessa organização não resta senão o necessario á succção do orçamento. A patria é a cultura das qualidades militares pela instrucção, pela disciplina, pelo exercicio, pela adestração para a guerra durante a paz; e a instrucção dos nossos soldados é rudimentar, nulla a sua disciplina, os seus

exercicios meras paradas, a sua educação de guerra nenhuma. Forças sem habito de campo e de manobra, armas sem soldados, canhões sem artilheiros, navios sem guarnições, aparelhos de combate sem technicos, exercitos sem instructores, nem tacticos, nem estrategistas; eis a nossa defesa armada, por terra e pelo oceano.

Em vez de se votar á defesa da patria no exterior, os nossos homens de guerra, este quadriennio, se têm dedicado, exclusivamente, á ruina da patria no interior. Insignificante para impor ao estrangeiro o minimo respeito, o seu apparatus bellico entretém no paiz o desasossegado e o terror. Ridiculo para amendrontar o inimigo, intimida e opprime a nação. Longe de sustentar as instituições nacionaes, as assola a ferro e fogo. E' com elle que se destróe a autonomia dos Estados. E' com elle que se desacatam as sentenças da justiça. E' com elle que se impõe á Republica um presidente repellido nas urnas. E' com elle que se amedronta o eleitorado, com elle que se bombardeiam capitães brasileiras, com elle que se assegura a impunidade aos réos de lesa-nação, com elle que a presidencia actual se tem podido

considerar segura, para em quatro annos liquidar a civilisação brasileira.

(Trecho da Conferencia que seria pronunciado em Juiz de Fóra, em 1910).

NOTA

A defesa nacional é o assumpto que sobre todos deve primar numa nação constituida. Equivale á defesa do lar pelo individuo.

Na situação especial do Brasil, alvo da má vontade de certos vizinhos, por mais que as conveniencias diplomaticas o tentem dissimular, o descuro desse problema é um crime de lesa-patria. É exacto que as classes cultas da Sul America nenhuma incompatibilidade sentem entre si. Deliram-se quasi totalmente os antagonismos atavicos. A comprehensão exacta dos horrores da guerra reage nos espiritos intelligentes contra as influencias do meio, tornando cada vez menores as possibilidades de conflicto. Mas esse não é o unico dos elementos da equação em que se deve collocar o problema da nossa segurança. Ha que contar, mais que tudo, com o sentimento das massas. Estas, quer por habito e tradição, quer pela exploração de varios elementos, sabem o quanto nos odeiam em certos paizes camadas de impulsivos, recém-egressos da barbarie. Que suba ao poder um coração embebido desses rancores, que suba ao poder um paranoico, bastante

habil para levar a esse deposito de inflammaveis o rastilho de uma intriga, e teremos a deflagração.

Como nos encontraria uma guerra sul-americana ?
Praticamente desarmados.

Elementos humanos não nos faltam. O nosso Exercito dispõe de figuras bem conhecidas dos exercitos estrangeiros, eguaes ao que elles têm de melhor. Mas tudo nos falta no terreno da previsão, da cautela, da antecipação.

Não temos uma fabrica de aeroplanos, não temos uma usina de gazes, não dispomos de uma só mascara contra a guerra chimica, os nossos submarinos só por milagre andam ; com a mesma idade, já de ha muito que estariam fóra de uso na Inglaterra. Tripulal-os é um acto de heroismo. Outro tanto occorre com os nossos *destroyers*, incapazes de arrostar qualquer temporal e mesmo o mar grosso.

Um assumpto desses, de tanta delicadeza, de tanta gravidade, de tão permanente actualidade, não podia estar entregue aos azares das mutações no scenario politico. O primeiro empenho do ministro que entra é desfazer o que fez o ministro que sáe. A camarilha que começa a mandar emprega o melhor do seu tempo em rever os contractos que attribue á camarilha que mandou. Grandes figuras representativas da honra e da dignidade militar são proscriptas dos altos postos por motivos d'ordem pessoal ou politica, que nada entendem com a profissão. Entregam-se as nossas classes armadas ao regime do descabro. A politica contamina com o seu *virus* a disciplina e inverte a hierarchia militar, virando da cabeça para os pés a ordem dos postos.

O Brasil não pode continuar com esse regime, que era o da Cisplatina dos Oribe, Lavallejas e Riveras. A defesa nacional precisa ter um conselho director e permanente, em que não possam intervir os ministros das pastas militares senão a titulo de collaboração, seja qual for o partido triumphante, seja qual for o presidente da Republica ou o chefe do Estado, seja qual for o regime. Republica, Dictadura ou Monarchia, o Brasil precisa saber que a sua segurança interna tem uma guarda activa, perenne e vigilante, acima de todos os interesses de occasião.

Não precisamos ir muito longe, se quizermos ver exercitos completamente alheios da politica e exemplarmente organizados. O Uruguay luctava, para chegar á admiravel organização de que hoje desfructa, com a mais pesada das heranças. A lucta secular dos *blancos* e *colorados* dividia o paiz por um rio de sangue. O uruguayo é um dos homens mais susceptiveis e inflammaveis do mundo. Inda não se libertou de todo do passado recente, onde uma geração de primarios não conhecia para as divergencias politicas ou pessoas senão a solução da violencia. Como é que os netos de Flores e Leandro Gomes conseguiram olvidar todos os resentimentos para crear um exercito modelo, surdo ás seducções da politica e absorvido totalmente na missão professional? Muito simplesmente: amando o Uruguay acima de todas as coisas e comprehendendo que, dada a situação geographica da sua patria e a fatalidade dos phenomenos historicos, o Uruguay não pode servir de fatia de pão-de-ló para os desejos da primeira mulher grávida de rancores seculares.

Nas questões attinentes á nossa situação internacional, nunca perco occasião de clamar que me assombra a imprevidencia dos nossos chefes de Estado. Dormem sobre o travesseiro da mais perigosa tranquillidade. Confiam na intervenção das grandes potencias para frustrar qualquer embate. No momento em que a China asiatica assombra o mundo desenvolvendo contra a invencibilidade nipponica a mais surpreendente das resistencias, a pobre China americana, que é o Brasil, não tem um cruzador, um *destroyer*, um submarino ou um canhão capaz de se oppor com efficiencia ao estrangeiro. Menos que isso: amanhã, qualquer avião inimigo pode cruzar com toda a tranquillidade os nossos horizontes, porque não temos um só canhão anti-aereo.

Haverá quem estranhe estas revelações? Não ha por que. A nossa situação militar é um segredo de Polichinello...

O Brasil é o reino das contradicções e o paraíso das pilherias officiaes. Convidado para tomar parte numa Conferencia de Desarmamento, acceitou presuroso. Completamente desarmado, ia para uma Conferencia cujo assumpto era o desarmamento em que elle já se acha. Muito mais motivo tinha o queijo do reino para tomar o automovel e ir á casa do callista. Essa presença de coelho no armisticio celebrado pelo partido dos tigres então em guerra com os elephantes, já foi celebrada por um fabulista hindú. O elephante perguntou, espantado, ao tigre:

— “A que vem o coelho á nossa conferencia?”

O grande felino lhe respondeu, com toda a calma:

— “E então, o meu jantar?”

Para mais rematada singularidade, entre os nossos representantes estava um dos homens mais ao par da nossa indefensão, um dos advogados mais vibrantes da nossa defesa, uma admiravel figura do soldado brasileiro, pela disciplina, pela cultura, pelo amor á profissão, pela dignidade — o coronel Leitão de Carvalho.

VERDADE E MENTIRA

O DEVER DA VERACIDADE

Entre os inglezes, nos tempos modernos, observa Emerson, num bello capitulo sobre a verdade, "qualquer deslize do governo em materia de veracidade politica ou qualquer falsidade em pontos de finanças converteria logo a nação inteira numa commissão geral de inquerito e reforma". Comparae agora essa moralidade com a do Brasil actual, onde são amigos do governo, como o sr. Serzedello, Correia e o *Paiz*, em 1912, os que mais accentuam o artificio, usado nos nossos orçamentos, de exagerar arbitrariamente os algarismos da receita, para enganar a nação, encobrendo ou reduzindo, no papel, a importancia real dos *nossos deficits*.

Com toda a razão pretende o celebre moralista americano que a veracidade é um distinctivo das organizações superiores, e que, praticamente, o poder britannico assenta na sinceridade nacional. Nenhuma situação aturaria-que um capadocio ousasse ir declarar pataratas, em nome do governo, na Camara dos Communs. Até lord Chesterfield, tão requintado na polidez franceza, ao definir o *gentleman*, diz que a veracidade é o que o caracteriza, e o duque de Wellington, com justa altivez, assegurava ao general francez Kellerman que na palavra de um official inglez se podia sempre ter confiança.

MENTIRA E MENTIRA

Nessa escala o Brasil politico dos nossos tempos occupa a extremidade opposta. Se é certo, como entende Emerson, que a veracidade, no homem, resulta de uma tempera mais sana na sua estructura, estamos, aqui os homens politicos de hoje no infimo gráo das raças estragadas. Os nobres da Gran-Bretanha tinham, nos seus brazões, motes e empresas, onde se exprime verdadeiro culto da palavra

dada. *Fare, ac. Fala e faze*, rezava a divisa dos Fairfaxs. *Say and seal. Dize e sella*, era a da casa dos Fiennes. A do nosso marechal, ao contrario, poderia ser: *Dize, e não escrevas*, ou *Dize, e não faças*. Que o atestem o sr. Edwiges de Queiroz, ou o sr. Sousa e Silva; para não falar em tantos outros, da mais escandalosa notoriedade.

Esfarrapando as leis mais sagradas, autorizando os maiores attentados, cobrindo com a sua espada as maiores atrocidades, acolhendo, perdando e galardoando os maiores malvados, praticando as indelicadezas menos decentes a um chefe de Estado, diz, rediz, torna a dizer, que “nada tem de que corar ante a nação”, enquanto por sua vez, o irmão - *leader* nos assegura que o irmão presidente “tem pela constituição *verdadeiro fetichismo*”.

Decididamente ha de ser este o paiz a que alludia Leckey, o historiador inglez, ao apontar como a maior das suas desgraças a mendacidade e sempre a mendacidade: *mendacity and mendacity*.

(*Trecho da Conferencia que seria pronunciada em Santos, em 1910*).

A CLOACA MAXIMA

Tudo isso, toda essa gente, esse mundo todo vive atascado num largo vasadouro, num fundo lodoso como o dessa enseada ridentissima de Botafogo, espelho de jardins e céos azulados, no leito do qual, ha, talvez, mais de meio seculo, se vêm acamando, stractos sobre stractos, as fézes da cidade, cujas exalações perfumam, de quando em quando, o Eden circumvizinho. Esse lodaçal, velado aos olhos por uma deliciosa bacia sinuosa na qual se nos embevece a fantasia, e o estrangeiro vae admirar os milagres da nossa natureza, não suspeitando as malignidades que o homem aqui esconde e accumula debaixo do manto estrelado e cambiante da feiticeira, esse invisivel laboratorio de podridão, creado pelas nossas administrações nas funduras do mar, á beira do povoado, e encoberto por uma superficie ar-

gentina, reúne pinturescamente os traços da Cloaca maxima, do atascadeiro moral, onde se gera, ceva e ferve a nossa politica: o atascadeiro da mentira.

O REINO DA MENTIRA

Mentira toda ella. Mentira de tudo, em tudo e por tudo. Mentira na terra, no ar, até no céu, onde, segundo o padre Vieira (que não chegou a conhecer o sr. Urbano Santos), o proprio sol mentia ao Maranhão, e dirieis que hoje mente ao Brasil inteiro. Mentira nos protestos. Mentira nas promessas. Mentira nos programmas. Mentira nos projectos. Mentira nos progressos. Mentira nas reformas. Mentira nas convicções. Mentira nas transmutações. Mentira nas soluções. Mentira nos homens, nos actos e nas cousas. Mentira no rosto, na voz, na postura, no gesto, na palavra, na escripta. Mentira nos partidos, nas colligações e nos blocos. Mentira dos caudilhos aos seus apaniguados, mentira dos seus apaniguados aos caudilhos, mentira de caudilhos e apaniguados á nação. Mentira nas instituições. Mentira nas eleições. Mentira nas

apurações. Mentira nas mensagens. Mentira nos rlatorios. Mntira nos inqueritos. Mentira nos concursos. Mentira nas embaixadas. Mentira nas candidaturas. Mentira nas garantias. Mentira nas responsabilidades. Mentira nos desmentidos. A mentira geral. O monopolio da mentira. Uma impregnação tal das consciencias pela mentira, que se acaba por não se discernir a mentira da verdade, que os contaminados acabam por mentir a si mesmos, e os indemnes, ao cabo, muitas vezes não sabem se estão, ou não mentindo. Um ambiente, em summa, de mentiraria, que, depois de ter illudido ou desesperado os contemporaneos, corre o risco de lograr ou desesperar os vindouros, a posterioridade, a historia, no exame de uma época, em que á força de se intrujarem uns aos outros, os politicos, afinal, se encontram burlados pelas suas proprias burlas, e colhidos nas malhas da sua propria intrujice, como é precisamente agora o caso.

Já se entoou no parlamento republicano o panegyrico do jogo. Já se lavrou na imprensa da actualidade a apologia da perfidia. Ainda não se ensaiou, numa tribuna ou na outra, a glorificação da mentira. Mas ha de vir. Ha de estar proxima. Já tarda. Não se concebe

que se haja demorado tanto. E' a justiça da nossa época a si mesma. Pelo habito de preterir a tudo, não acabe ella, emfim, dest'arte, preterindo-se a si propria.

O MENTIROSO E O LADRÃO

Os antigos enxergavam no mentiroso o mais vil dos tarados moraes. Depois de enumerar todas as miserias de um perdido, concluïam quando cabia: "E até mente". Entre dois ladrões crucificaram os judeus a Jesus; porque não ousaram excrucial-o entre dois burlões. O ladrão prostitue, com o roubo, as suas mãos. O mentiroso, com a mentira, a propria bocca, a sua palavra e a sua consciencia. O ladrão offende o proximo nos bens de fortuna. O mentiroso, não é no patrimonio, é na honra, na liberdade, na propria vida. Tanto vae do latrocinio á calumnia. Do ladrão nos livra a tranca, o apito, a guarda. Do mentiroso nada nos livra: porque o enredo, a invencionice, a detracção, volatisados no ar, ou temperados com os condimentos do jornalismo, são impalpaveis como os germes das grandes epidemias. Nem o ladrão despoja senão aos que possuem.

Com os desvalidos da fortuna, que nada têm de que os roubarem, não póde nada. Mas, ao passo que os ricos e abastados se consolam, do que se lhes tira na reputação, com o que lhes sobra nos haveres, a mentira acossa os pobres na sua indigencia, carregando-lhes sobre o peso das necessidades as amarguras da vida calumniada. Flagello universal, ninguem se lhe evade; e os enjeitados do dinheiro são os sobre que ella mais a seu salvo se sacia, aggravando-lhes o mal nas privações com a crueldade dos aleives.

A MENTIRA POLITICA

Dirieis que, na politica, o character da sua torpeza e a relevancia dos seus estragos são menores?

Não, senhores. Ahi, pelo contrario, é que as suas devastações não têm limites, e que a sua indignidade excede todas as craveiras da nausea. A mentira politica, alugada, no Brasil, ao thesouro publico, não se reduz, como na arena dos interesses meramente privados, a negar merecimento e exalçar incapacidades, a perseguir virtudes, e divinisar crimes, a inquie-

tar pessoas, e destruir nomes, a solapar lares, a arruinar familias, a matar esperanças e desencadear cobiças.

No terreno das coisas publicas, entre nós, a mentira constitue o instrumento, por excellencia, da usurpação da soberania nacional pela oligarchia da União, pelas oligarchias dos Estados, pelas oligarchias das municipalidades. Cada uma dellas mente, assumindo o nome do regime constitucional, que observou, e matou. Cada uma dellas mente, sonegando ao publico as dissipações, as malversações, as corrupções, á custa das quaes se mantêm. Cada uma dellas mente, organisando, com o nome de serviços publicos, a miseranda afilhadagem, cuja interesseira dependencia as assessora, sustenta e desfructa. Cada uma dellas mente, organisando a incompetencia, galardoando a sabujice, promovendo a venalidade. Cada uma dellas mente, simulando o civismo, e não praticando senão um personalismo deslavado. Cada uma dellas mente, assoalhando a legalidade, e não perdendo ensejo de sophismar, evadir ou inverter abertamente as leis. Cada uma dellas mente, profanando o zelo: a paixão, o fanatismo do systema republicano, do regime federa-

tivo, da forma presidencial, que declaram eternos e não fazendo, na realidade, senão explorar um caciquismo grosseiro, *cujas audacias já teriam dado em terra, ha muito, com esta insolente falsidade constitucional, se o Brasil de 1919 ainda fosse o Brasil de 1889.*

A EMBAIXADA

A mentira de alta prosapia, que cercou o leito mortuario do conselheiro Rodrigues Alves, estendendo profanas mãos sobre os dias do seu transito para a eternidade, já nas derradeiras semanas da sua vida entra a laçar a trama dos enliços, que, em torno do meu nome e á custa do meu descanso, vem tecendo a triste meada ha quatro mezes.

Do leito da sua enfermidade o egregio brasileiro resolvera commetter-me a embaixada ao Congresso da Paz. Mas uma conspiração de chancellaria, com raizes internacionaes, que o nosso grande conterraneo expirou ignorando, veio a transformar, á revelia d'elle, o seu acto, num simulacro de convite, que eu não rejeitei no tom da minha indignação, attendendo á innocencia do presidente nas tramas que o atraioavam e ao estado melindroso da sua saúde.

O manejo, a que era tão estranha, devo dizel-o, a familia Rodrigues Alves, quanto o seu illustre chefe, tinha por calculo, de um lado, obrigar-me a deixar a embaixada ao autor do abuso interesseiro, que as circumstancias, neste ponto, burlaram, e de outro lado, malquistar-me com a opinião publica, ageitando, aos seus olhos, como acto impatriotico a recusa imposta á minha dignidade pela intemperança de uma ambição, que se utilisava da molestia do chefe do Estado para lhe frustrar uma resolução tomada por elle com extraordinaria solennidade.

Se o meu paiz se embaisse com a tramoia, e me não levasse a bem o unico procedimento, que, em taes condições, podia ter qualquer homem de responsabilidade e brio, envolvido numa grosseira intrigalhada e desacato por trapalhices de baixa diplomacia, eu, senhores, me daria por quites com o meu paiz, e me desligaria de qualquer representação ou mandato seu, pela razão de haver recebido em tão desmarcada injustiça a prova de que o seu serviço era inconciliavel com a honra dos seus servidores.

* Mas, senhores, a enchente de acclamações que a minha candidatura levantou por todo o nosso territorio, a corrente de applausos que o

corôa em todos os sentidos, evidenciam que a conjura de secretaria não surtiu os seus effeitos. A minha destruição, descontada com tanto gaudio, saiu-lhes ás avessas.

A PRIMEIRA MENTIRA

Se a nação brasileira, porém, não se illudiu, não foi tão mallograda no estrangeiro a politiquice intrujona. Numa época de internacionalisação como a de agora, força era que tambem a nossa intrujice politiqueira se internacionalisasse. O vôo de aves de gallinheiro não lhe dava para transpôr o Atlantico. Mas para esses gallinaceos as malas diplomaticas substituem as capoeiras. E foi mediante um desses vehiculos, entranchado no Itamaraty, que o "canard" do palacio da rua Floriano Peixoto venceu o oceano, para ir grasnar, com todos os bloqueios do protocollo, no Quai d'Orsay.

Declinando da embaixada, juntei á minha escusa alguns dos seus motivos principaes, de clarei, que a ella era forçado pelo modo como se houvera commigo o governo, e a este carreguei, sem circumloquios, toda a culpa da minha resposta negativa, arguindo-o de ter apparen-

tado um convite, de que eu apenas recebera a menção, envolvida em circumstancias ludibrias. Todo o Brasil o soube; pois as minhas duas cartas ao presidente e ao vice-presidente da Republica tiveram, em todos os periodicos, a maior publicidade.

A maganice, que arranjàra com altas encommendas e altas tenções essa velhacada, bem presentia a má impressão, que além-mar causaria, contra o governo brasileiro, a recusa da embaixada pelo homem, a quem coubera a influencia determinante no ingresso do Brasil á guerra, e a sua substituição por quem, até ao momento da nossa entrada na communhão dos belligerantes, não occultara opiniões e sympathias oppostas. Esta impressão excedeu a que os nossos *talleyransitos* receavam, ao que nos attesta um longo telegramma da "United Press", dado á estampa, ha cerca de tres semanas, debaixo de grossos titulos. Mas o mais illustre dos correspondentes habituaes do "Jornal do Commercio", o sr. Jayme de Séguier, em dias ainda mais recentes, num dos roda-pés do grande orgão, nos noticia ter a impressão desagradavel cedido á communicação, recebida ali, de que eu não aceitara a embaixada, "por estar doente".

Ahi está, senhores, como opera o trabalho incansavel da mentira. O governo brasileiro de mim mesmo recebera a declaração de que eu não accitava a embaixada pelos motivos de consciencia e dignidade indicados nas minhas cartas. O governo brasileiro me respondera, accusando sciencia desses motivos, buscando em parte rebatel-os, e deplorando não lhe ser licito, á vista da natureza delles, insistir no convite. Mas, prevendo que á galeria européa não era tão facil de se engorgitar com esta scena de vão palavreado, apparelhou de antemão o contrachoque, mandando annunciar no Congresso de Paris, que eu, para não accitar o cargo de embaixador, allegára enfermidade.

Que dirieis, senhores, de um particular, que mentisse arrostando a verdade com esse bronzeo despudor? Dirieis como os antigos, que elle mentia pela gorja, ou como dizemos hoje, dirieis, que mentiu como um sem vergonha, como um desbriado.

Rispida é a palavra, mas insubstituivel, a não ser por termos ainda mais cortantes. E será que a expressão já não tenha a mesma propriedade quando o villanaz, colhido em flagrante da mentira descarada, em vez de um

individuo qualquer, é o governo de uma nação, seus ministros, seus agentes?

A HONRA DOS HOMENS POLITICOS

Não, senhores, a honra é ainda mais obrigatória nos que representam nações do que nos que só se representam a si mesmos. A turpitude que, nos particulares, inspira desprezo e enjôo, no órgão de uma soberania nacional provoca escandalo e revolta. Num caso, é um sujeito que se desmoralisa. No outro, é uma nacionalidade que se desacredita; e, quando, como neste, o descredito não corre entre nacionaes, mas no meio de estrangeiros, mais dóe ainda nas faces do povo, que se lhe sente exposta, a injuria dos falsos representantes aos seus cabisbaixos representados.

NOTA

Ao se annunciar a Terceira Conferencia da Paz, a opinião universal não podia esperar outro representante do Brasil senão Ruy Barbosa. Quando se procedeu ao escrutinio entre as nações para indicar o nome dos juizes da Suprema Côrte de Haya, o nome do

grande brasileiro, foi o que colligiu maior numero de votos. Se me não trae a memoria, quarenta e tres nações lhe suffragaram o nome. Conseguir uma tal unanimidade, tarefa é acima das forças de uma chancellaria. Nenhuma nação se deixa levar por artificios de diplomacia em tal emergencia. A eleição de Ruy para a Suprema Côrte foi uma consagração.

Annunciou-se a Terceira Conferencia. Reinava no Brasil o dr. Delphim Moreira, ou antes, reinava no Brasil, em nome do dr. Delphim Moreira, já então abalado nas faculdades mentaes, um gabinete secreto, largamente conhecido, a serviço de presumptivos e presumpçozos candidatos ao lugar de Pinheiro Machado, arbitro da politica nacional. O sr. Domicio da Gama fôra convidado para ministro do Exterior. Logo que desembarcou, interpellado sobre a nossa representação na Conferencia, declarou que o nosso representante seria elle, uma vez que as outras nações se fariam representar pelos seus respectivos ministros estrangeiros, o que era uma flagrante inexactidão. A opinião publica alvorçou-se. Ninguem comprehendia que um diplomata discreto como o sr. Domicio da Gama se aventurasse a lançar a sua candidatura a um cargo tal sem o prévio assentimento das potencias que o escorassem á sombra. Homem cauto e ponderado, medido nas palavras e nas expressões, feito pela protecção de Rio Branco, a cujo serviço esteve por muito tempo, a attitude de Domicio da Gama era um veto á ida de Ruy Barbosa.

Já era presidente eleito da Republica o conselheiro Rodrigues Alves. Mas a cruel anemia que o salteára em S. Paulo e fôra na phase aguda dominada pelo

milagroso senso clinico de Mathias Valladão, chumbára-o na cama em Guaratinguetá. Rodrigues Alves tinha um senso muito agudo da dignidade do seu paiz e dos seus interesses. Desenvincilhou-se das parteiras politicas que o sitiavam com a candidatura Gama e escreveu uma longa carta a Ruy, convidando-o para o cargo.

Escreveram-lhe tambem uma carta em nome do sr. Delphim Moreira, vice-presidente *soi disant* em exercicio, no mesmo sentido. A essa carta seguiu-se a visita do sr. Helio Lobo, em nome do dr. Delphim Moreira, instando com Ruy pela acceitação do convite. O governo estava disposto a dar-lhe toda a liberdade de acção. *Apenas* desejava que o secretario geral da Embaixada fosse elle, Helio Lobo, e que Ruy fosse acompanhado de dois outros embaixadores : os srs. Epitacio Pessoa e Pandiá Calogeras.

Formular um convite nesses termos, a um homem das responsabilidades de Ruy, era o mesmo que apontar-lhe o caminho da recusa.

Ruy, na época, estava sinceramente convencido de que o sr. Calogeras era um germanophilo de quatro costados. Não tivera oportunidade de privar com esse grande e luminoso espirito. Quanto ao sr. Epitacio Pessoa, cujas preferencias allemans eram correntes, as suas relações eram distantes, frias e cerimoniosas. No que daria uma missão composta de tres embaixadores de credos radicalmente oppostos ? Que harmonia, que confiança, que unidade de vistas ? Não eram certos os choques, os dissídios, os dissentimentos ? Acresce que o ministro de quem ia depender Ruy era o mesmo que pleiteára o seu posto.

Eis a razão da renuncia de Ruy.

INTRIGAS COM O EXERCITO

Como, porém, ahí não era assim com duas razões que se poderiam lograr bem da trapalhice, enquanto a velha croia que os criou quasi todos ao collo, mexia os bilros na almofada, com ares de matrona, para embelecar os pataus, Madre Mentira, escanzelada e sizuda como um galgo russo, assumiu o seu posto, sacudindo as camandulas, como o sr. Lauro Müller as ferrugens da sua durindana. E, como a rameira embiocada em seriedade, para cheirar ao cheiro do tempo devia cheirar a guerra, a primeira paridura, que Mãe Mentis sacou de baixo do habito, foi a rasa descompostura que eu xingára o soldado brasileiro na minha plataforma de 1910.

Mãe Mentirada, a santanaria escanifrada e carifranzida, mentia da moleira aos pesunhos, na sua creatura morta de nascença. O

publico ha de lhe assistir, querendo Deus, á autopsia, um dia destes, em que me occuparei das minhas relações com o Exercito Nacional, o que a extensão deste discurso já não comporta. Mas razão é que a perrita da filha e a perra da mãe recebam, daqui, os carinhos premonitorios.

Desta vez não foi nem com a guella, nem com o tinteiro que a megera babujou a sordicia da invenção. Foi com a raspadeira e o eureka, apagando e raspando. Assim rouba o falsario: rapa atrás, rapa adeante, na escriptura. O restante é o que lhe convém. Mas é tambem, precisamente, o contrario do que resava o instrumento alterado. A esse processo do estellionatario, do "escroc", teve o meu discurso a sorte de ser submettido. Todo elle, na secção escolhida para a falsia, na secção dedicada ao Exercito e á Marinha, constitue um quadro continuo da minha devoção a essas duas classes, devoção comprovada, na minha vida inteira, por uma série constante de serviços, esses, de que, ainda ha poucos dias, o general Trompowski, com a mestria do seu talento, commemorou os mais notorios, numa recapitulação, aliás, ainda assim incompleta.

Ali, senhores, ali mesmo, no discurso esquadrinhado para a ignobil adulteração, ali mesmo, antes e depois do topico eleito para a "escroquerie", para o estellionato, ali, repito, ali é que eu advogava, para o soldado e o marinheiro, o augmento do soldo; ali é que eu, com o pão do corpo, implorava lhes déssem o do espirito, a instrucção; ali é que eu reivindicava, para um e outro, o direito de não ser rebaixados á condição de famulos dos seus superiores, cozinheiros, copeiros, mensageiros de leva e traz; ali é que me indignava eu contra a incongruencia, que, numa democracia, levanta hoje muralhas á carreira do soldado, quando Osorio se levantou de praça rasa ao marechalato, e Almeida Barreto subiu de recruta a marechal; ali, emfim, é que eu reclamava, pelos filhos dos sargentos, contra a sua exclusão das escolas militares. Toda essa oração minha, pois, era um hymno aos direitos do marinheiro e do soldado, um grito vibrante pelo respeito ás leis democraticas na essencia da vida militar, uma affirmação calorosa da urgencia de elevar as aspirações do soldado brasileiro, as suas condições de humanidade, as perspectivas do seu futuro, as garantias do seu merecimento.

Eis aqui está o que eu ali bradava, clama-va, trovejava aos governos de nosso paiz, tão surdos quasi sempre a esses interesses dos humildes. E vae o machacaz do falsario, raspando tudo isso, cortando tudo isso, occultando tudo isso, deixa apenas as dez ou doze linhas, onde eu pincelava, a tinta carregada, em traços grossos, mas verdadeiros, a condição ingrata da tropa de linha, rebaixada, maltratada, indisciplinada, malquistada com o seu officio pela grosseria, crueldade e bruteza do regime, que tudo lhe exigia, sem lhe dar nada.

Que é o que haverá, nessas linhas, senão o defesa do soldado, e, com ella, o mais severo libello contra os governos civis ou não civis, contra os costumes militares, que se esqueciam do cidadão, que se esqueciam do pae de familias, que, até, da creatura humana se esqueciam — no soldado? Então, de que outra maneira é que nos houvemos nós outros os abolicionistas, para arrancar as victimas do trafico africano e sua descendencia ao captiveiro? Como é que revoltariamos, e revoltámos, a seu favor, a consciencia da nação e do mundo, se não fosse inundando em luz o negrume das senzalas, e mostrando ali a toda a terra, de cócaras entre o tronco e o vergalho, deshu-

mañados, embrutecidos, immundos, os nossos irmãos na humanidade e em Deus, immolados ao ingrato regime que animalisava os instrumentos da riqueza nacional?

A falsidade, pois, era descoberta, soez, estupidarrona. Mentia pelas tripas de Judas, abrutadamente, cynicamente. Mas encheu as ruas, affixou-se ás paredes, engravitou-se nas esquinas, inundou os quarteis, abrilhantou jornaes — jornaes! senhores, jornaes! e levou o peito aos estranguladores da Deusa Mentira. Pelo cantos, pelas sargetas, pelos esgotos, o silvo da vibora sagrada attestava a presença da divindade esguia e carilonga, a cujo culto obedeciam essas falsificações atrozes, e que, do esconderijo da sua mascara de cada dia, espreita as suas obras, sedenta de mal, como de sangue humano o idolo frio dos thugs.

(Trechos da Conferencia na Associação Commercial do Rio de Janeiro, em 8 de março de 1919).

NOTA

Ruy foi um grande amigo do Exercito.

A affirmação parece ousada. Mas o Exercito não é o pugilo tumultuario e insoffrido dos politiquêi-

ros que reclamam para a sua actividade partidaria o respeito e o acatamento que se deve á classe a que pertencem, quando confinada no ambito da sua missãõ.

O Exercito é o poder executivo da consciencia nacional, o braço da Patria, a Nação em atalaia, a vigilancia dos berços, o resguardo dos tumulos, a segurança do presente e do porvir. Nobreza não ha maior que a da sua missãõ. Por isso mesmo as suas responsabilidades para com a Nação estão á altura dos deveres que lhe são imprescriptiveis. O Exercito não se pode sobrepôr á ordem civil. Não pode absorver a consciencia nacional.

Todos os povos cultos educam os seus exercitos no afastamento da politica. Por um motivo obvio. Sendo a parte armada da Nação, a outra teria que se lhe submeter a todos os dictames, toda a vez que se achassem em divergencia.

No Brasil não se entendia assim o dever do soldado.

O SERTÃO

A extensão, em que o percorri, comquanto limitada, mostrou-me todo o seu quadro; e esse quadro se me antolha o de um vasto Calvario, onde agonisa uma raça excruciada por ignobeis algozes. Nessa raça poz Deus um reservatorio de energias assombrosas. Para as admirar, não era preciso ver, como eu vi, desfilar em cargas soberbas os vaqueiros da Itiuba, os nossos centauros, os gauchos do Norte, vencendo a planura dos taboleiros com o mesmo desembaraço com que vencem as brehas da selva emmaranhada. Bastava sentir arfar, debaixo do sudario em que o envolveram, o arcaboço do gigante, ver como o peito lhe sacode a lage, em que o sepultam, escutar, através do chão morto e recrestado, o sussurro das nascentes daquela vida, constantemente

sangrada pela crueldade dos homens, mais séva que a inclemencia das seccas.

O que o rigor dos sóes caniculares não tem logrado sobre os corpos, tampouco tem vingado, até hoje, sobre as almas a rispidez das invenções da brutalidade. A existencia daquellas populações debaixo das miserias e violencias que a torturam, se me representa um milagre perenne. As influencias da nossa chamada civilização, que correm do litoral para o interior, bem fóra de chegarem ali como os sopros benignos do mar, como esses ventos aliseos, refrigerantes das regiões intertropicaes, requeimam, esterilizam e devastam. Nem que soprassem da costa d'Africa, e não das do Atlantico.

Os gregos puzeram toda a grandeza do horror tragico no supplicio de Prometheu, acorrentado pelos deuses aos penhascos do Caucaso, por haver roubado o fogo do céo. Mas a tragedia da realidade, aqui, é maior que a da imaginação. O sertão bahiano é um condemnado e um encadeado, não pela vontade sublime dos numes, não a um pedestal de grandeza nas rochas eternas da serrania, mas pelo baixo arbitrio humano á rasa eternidade do

deserto. Não é um Titão, mas todo um povo. Não caiu á sideração do raio olympico. Acaba lentamente pelo rasteiro trabalho dos vermes. Não está, como o heróe do attentado contra a divindade na tela de Velasquez, com as visceras ao sol, entre as garras do negro emissario celeste, o abutre implacavel de Jove. Arqueja, amortalhado na inundação de roedores e carniceiros, de murideos e chacaes, em que esfervilha a immensidade do ermo, onde se vae extinguindo, na inconsciencia do seu poder, a verdadeira Bahia, com o melhor da sua raça.

O espirito do sertão não necessitava de escalar o firmamento, para accender nos seus lares a chamma, de que se reanima o homem. Em si mesmo a trazia do seu berço, da sua historia, das suas tradições, da essencia do seu ser. Estirpe de bravos, de soffredores, de obreiros incansaveis, de lidadores sem pavor, reúne a indole dos justos á tempera dos leões. Na tremenda lucta com a natureza adquiriu a raiz das virtudes, em que se criam os povos de cidadãos.

Recebeu do meio agreste e hostile a coiraca da intrepidez moral. Medindo-se arca por arca em incessante porfia com a natureza

revêssa e desabrida, caldeou o character em aço inquebrantavel. Sob a melancolia intensa, que o envolve, se lhe escondem portentos de vigor, propriedades incalculaveis de reacção e regeneração, inexhauriveis elementos de vitalidade.

A POLITICA NO SERTÃO

Nem o solo, avaro e rude, nem o céu, des-carinhoso e agressivo, auxiliaram o desenvolvimento dessas qualidades. Mas a lucta com o céu e solo havia de as desenvolver, se principios estranhos e malfazejos não as contrariassem, se factores intrusos e perniciosos as não transviassem e corrompessem. A politica, entendida como sciencia de governar bem os homens, as devia acendrar e melhorar, guiando-lhes a educação e a cultura. Bem fóra dahi, é a que tem por objecto estimular, no homem, os instinctos subalternos, asselvajal-o e animalisal-o.

Em vez de elevar o sertanejo, as facções e os governos o não encaram senão como um instrumento exploravel. Temiam-lhe os dotes de independencia e altivez. Trataram de lh'os arruinar, ou inverter.

Em vez de excitar, nos sertões, o gosto do trabalho, a emulação do merecimento, as ambições da lucta pelo bem; em vez de os instruir, moralisar é ennobrecer, atearam nelles a desunião, os rancores, o fratricidio; promoveram as rixas da cobiça; abateram os direitos do merito; eternisaram a ignorancia; alliaram-se ao mandonismo; deram o poder á immoralidade, á venalidade, á brutalidade; e, depois de os desnaturarem, depois de os abastardarem, depois de os contaminarem, ainda por cima os argüem dos vicios, em que os embeberam, da penuria, a que os reduziram, dos achaques moraes, que lhes communicaram.

JAGUNÇOS E CANGACEIROS

Esses valentões profissionaes, esses aventureiros insolentes, esses matadores celebres, que infestam aquellas paragens, é a politica, e só ella, a que os gerou e cria. Da politica, e não dos sertões, é que nasceu o jagunço e o cangaceiro. São as oligarchias estaduaes as que os geram, as que os nutrem, as que os manejam. Nem é para servir aos interesses do sertão que os utilizam, mas, ao contrario, para

dessangrar o sertão, para o dividir e extenuar, para o infamar e perder. Foi do sertão retalhado e assolado pelos fratricídios, que a politica das cidades acoroçôa, e a politica dos mandões de aldeia executa, que resultou essa peste da vida sertaneja, agitada e ensanguentada por ella. Aos seus viveiros de criminosos vae abastecer-se o governo do Estado, arrega-menta-os nas suas tropas, e os arremessa contra os seus homens de prestimo, quando estes não se abandonam com a ralé dos seus sequazes.

OS CHEFES DO SERTÃO

Se algumas almas de rija integridade não cedem á pressão ou á seducção, e, erguendo-se acima desse arrazamento geral, reúnem á volta de si as sympathias da vizinhança, attraem á sua sombra a communiidade apavorada, projectam ainda á distancia uma influencia de respeito, esses varões, indobreveis ao dinheiro ou ao medo, constituem, ali, a derradeira esperança da sociedade inquieta.

Abandonada dos seus protectores naturaes, da policia, administração e justiça, toda ella se volta para esses leitões da confiança dos seus

comarcãos, que a necessidade rodeia de exercitos improvisados, e a occasião suscita como salvadores inevitaveis. Como haviam elles de pelear com essas forças estaduaes, que, sob o commando ostensivo dos mais celebrados facinoras, investem contra os povoados sertanejos, trucidando, matando, exterminando, á lei do arbitrio, á lei do instincto, á lei da sanha, livre e irresponsavelmente? Como, a não ser organisando a resistencia armada?

(Trechos da Conferencia de Nazareth (Bahia) em 19 de Dezembro de 1910).

A POLITICA E O CORAÇÃO

Se ella conhecesse melhor o homem, e o quizesse governar segundo as normas divinas, no coração é que, sobretudo, o iria buscar; porque o coração é a totalidade do homem moral, e, assim, a quererem levar os homens com o bem, pelo bem e para o bem, haviam de ir procurar onde elles sentem, onde soffrem, onde amam. Mas, onde está o amor, a magua, a sensibilidade, ahi se acham a paixão, a vontade e o heroismo, ahi a abnegação, o sacrificio e a revolta. Por ahi, pois, é que se estende a zona perigosa ás influencias do poder, inclinado ao arbitrio e á intolerancia, inclinado á vaidade e ao orgulho, inclinado ao privilegio e á espoliação.

Se o poder se regesse pela lei do Evangelho, regido seria o mundo pela lei do amor, que é a lei de Jesus. Mas o poder não conhece o Evangelho, senão para o desprezar. Toda essa

gente que nos olha de cima para baixo, vae á missa, ou se ajoelha nos templos, veste a roupa das procissões, ou beija as mãos aos ministros do Senhor, brilha nas devoções, ou priva com o clero. Mas enchem de fel a vida ao proximo, acossam de iniquidades os pequenos, e espremem até o sangue o coração dos seus semelhantes. É que não conhecem do Evangelho senão o avêssô; e, por isto, nas sociedades rebaixadas e barbarisadas, o a que se chama governo, ignora a lei do coração, e adora a lei do appetite.

(Trecho da Conferencia de Feira de Sant'Anna (Bahia), em 24 de dezembro de 1919).

NOTA

Euclides da Cunha descreveu como ninguem o *facies* atormentado do sertão. Ruy traça-lhe a psychologia, procura as raizes das desventuras que lhe affligem as populações, e vae encontral-as no abandono dos poderes publicos.

O sertão sempre foi "a terra que Deus esqueceu". Sua gente, entregue ao analfabetismo e á superstição, tinha que acabar logicamente no cangaço, milicia scelerada e predatoria, mas que, sob um certo aspecto, quando não constituida de facinoras, representa um rudimento de defesa, cooperação e assistencia em meio aos infinitos perigos do deserto.



II

O Exercito



O AMIGO DO EXERCITO

O EXERCITO

Este programma é um acto de sinceridade absoluta. Não requesta votos, nem evita responsabilidades. Não será para as fugir, pois, que encetarei esta secção, no plano geral das minhas idéas de governo, protestando ainda uma vez contra os baixos enredos, que me apontam como inimigo das classes militares. Ellas não têm, desde as vespersas deste regime, advogado mais desinteressado e amigo mais solícito do que eu. Durante a ultima phase da monarchia fui eu que as defendi, em reivindicações que me grangearam o seu entusiasmo. Do meu interesse por ellas, no governo provisorio, apresenta vestígios indelevelis a minha administração no ministerio da fazenda. Nos primeiros annos da nossa

existencia republicana, de 1892 a 1893, foi em mim que ellas encontraram o patrono espontaneo, gratuito, indifferente aos riscos da propria vida, na tremenda lucta a que me aventurei contra a dictadura militar, pelos direitos militares. E, quando estes, em 1895, e em 1898, procuraram buscar na clemencia constitucional o refugio contra os odios politicos e as vinganças do poder, as amnistias que baixaram sobre o exercito e a marinha, restabelecendo nas suas fileiras a união e a paz, foram obra da minha iniciativa, da minha tenacidade e do meu apaixonado amor á justiça. Meçam com estes serviços os seus, esses intrigantes, e veremos quem será o verdadeiro amigo da marinha e do exercito se eu, se os seus ignobeis especuladores.

Mas a minha estima ás classes armadas não é o vil sentimento dos ambiciosos, cortezãos e sycophantas da força. É o sentimento veraz e livre do patriota. Na mesma razão de sympathia que me inspiram as classes militares, está o horror que me infunde o militarismo.

O exercito vive de organização, disciplina e legislação.

Ora, tudo isso vae banindo completamente do exercito o militarismo, que na candidatura militar achou a sua expressão culminante. Illegalidade, indisciplina, desorganisação; eis, em tres palavras, a synthese rigorosamente exacta do seu estado actual. Já se não guardam, sequer, as apparencias. Na guarnição do Rio de Janeiro, a capital do paiz, por onde o Brasil mais visivel é aos olhos do mundo, as manifestações collectivas se reiteram cada vez mais edificantes. Para converter o exercito brasileiro no pedestal da ambição de um homem, desviam-no inteiramente da sua missão constitucional, embebem-no de espirito politico, envidam tudo para transformal-o num instrumento de oppressão do voto popular. Se esta obra de maldade continuasse, acabaria por incompatibilisar completamente a força armada com a nação. Porque esta, não esqueçam, é a soberana. A força armada valerá pelos serviços que lhe prestar.

NOTA

Entre as grandes figuras do Exercito, Ruy Barbosa é objecto de um verdadeiro culto. Embalde um

pugillo de extremistas nos primordios da Republica procurou liquidar-lhe a reputação, com o anathema de sebastianista. A pécha de então o tempo encarregou-se de reduzir-a ás devidas proporções. Republica era uma dessas palavras cabalisticas que valiam por si mesmas e por si sós, embora vazias de realidade. A questão das formas de governo, tão insignificante na theoria quanto na pratica, uma vez que se olhem os phenomenos na sua realidade, sem a suggestão dos rotulos, nada vale. A Inglaterra victoriana e imperialista continua a ser a maior das republicas do universo. Nas republicas sul-americanas nenhuma ha em cuja historia não se vejam instituições na apparencia republicanas, mas, na verdade, autocraticas, enfeixado o poder sempre nas mãos de um só homem, o que é a caracteristica da monarchia.

Dizer estas verdades, e até pensal-as, era, para os idealistas de 89, um sacrilegio e um crime. Formados pela leitura da Revolução Franceza, fascinados pelo arremesso dos girondinos, pelo vulcanismo de Danton, ou pelo estoicismo de Robespierre, queriam formar o Brasil á imagem e feição da França de Thermidor.

O Comtismo, ansioso por encontrar no Brasil a cobaia para as suas experiencias, ageitou a historia do 15 de novembro ao interesse do egrejario: fez de Benjamin Constant, o patrono de uma seita a que aquella alma, duma augusta sinceridade, sempre declarou que não se sentia ligado senão pelos laços de sympathia e de respeito que todos os estudiosos devem á grande figura de Augusto Comte.

Os expoentes da campanha que negava a Ruy toda e qualquer influencia no Governo Provisorio foram principalmente militares. Dessa incompatibilidade proclamada por elles contra o organisador do regime, nasceu a lenda da sua inimizade ás classes armadas, lenda que, quando Ruy se separou de Floriano, recrudescceu para se consolidar entre espiritos desavisados, pouco ao par dos antecedentes do caso.

A campanha contra Ruy tomou aspectos de uma intolerancia que por vezes chegava ás raias do desvario.

É sabido e resabido que foi elle o principal autor da Constituição de 24 de fevereiro, cujo original foi escripto de seu punho, da primeira á ultima letra. Pois bem, numa questão de facto como esta tem-se negado a propria evidencia. O rascunho do original ainda existe e tem sido photographado varias vezes. Comtudo, cada vez que se fala no celebre artigo que separou a Egreja do Estado, vem á baila a affirmação de que não foi da lavra material e da autoria espiritual de Ruy Barbosa. Embalde este, presentes e vivos ainda os grandes responsaveis pelo 15 de novembro, proclamou no Senado, com o assentimento destes, entre os quaes se enumeravam Quintino Bocayuva, Campos Salles e Glycerio, que o autor da liberdade religiosa fôra elle. A lenda precisava destruir a verdade, e ainda hoje corre mundo que aos positivistas se deve o celebre artigo que separou a Egreja do Estado.

Comprehende-se que nos Estados Unidos, cuja Constituição exara disposição semelhanté, ainda se discuta se foi Madison, ou Patrick Henry o seu autor. Mas

no Brasil, ainda havendo contemporaneos vivos e documentos, a duvida só pode ser filha da má fé.

Nos largos extractos que se vão ler sobre as relações de Ruy Barbosa com o Exercito, ver-se-á quanto elle encarava seria e profundamente as classes armadas na sua missão de garantia da nossa liberdade, honra e vida.

MISSÕES TECHNICAS PARA O EXERCITO

Era para mim da maior curiosidade esse estudo, além da minha antiga quèda de ser eu quem primeiro, entre nós, aconselhou como indispensavel e urgente, o entregar-se a educação technica do nosso exercito a instructores estrangeiros.

Vae por dez annos que alvitrei e sustentei essa medida, redigindo a "Imprensa". A idéa poz em ferverça contra mim o "chauvinismo" jacobino. Era a contra-prova de que eu não estava em erro. Mais tarde, homens sinceros, que, a esse tempo, me não achavam razão, acabaram por dar-m'a. A excellencia dos resultados da missão Balagny, em S. Paulo, veio agora tornar inquestionavel o acerto do meu juizo. Sei que o marechal Hermes, cheio de

prevenções contra ella, a ponto de evitar, uma vez de passagem em Santos, a parada na capital daquelle Estado, para não ser obrigado a examinar a obra dos instructores francezes, seduzido, afinal, por insistencia do barão do Rio Branco, ali foi ter, e não lhe poupou expressões de admiração e applauso. Eu não lhes medi os meus. Era uma irreprehensivel amostra do exercito europeu, na physionomia, no porte, no desgarré das tropas, na facilidade, na precisão, no brilho das manobras.

Quando me franquearam o quartel, tive, num relance, a indicação da força, que transmudára os grosseiros elementos ali encontrados pelos officiaes francezes, nesse modelo de harmonia, disciplina, vigor e capacidade militar. Era a escola, da qual me disse o commandante Balagny, mostrando-me os bancos e carteiras dos seus alumnos. "É o meu instrumento de transformação". A escola desapareceu dos nossos quartéis. Foi-se com o culto. Nenhum laço moral, hoje, entre os nossos soldados, para avigorar a disciplina com o freio da consciencia, para depurar a violencia no sentimento da responsabilidade, para escoimar das suas fezes a corrente armada.

Graças a esse regime, de moralidade e intellectualidade, ha cerca de seis mezes, entre aquelles cinco mil homens, não ha um caso de insubordinação ou embriaguez. O policia paulista compete com o soldado francez, ou o allemão nas qualidades technicas, e, a certos respeitoes, se aproxima do japonéz. Não levando em conta a policia riograndense, de que não posso julgar, porque não a conheço, a policia de S. Paulo é a unica organização verdadeiramente militar, entre nós existente. O accesso é subordinado ali á cultura, á graduação intellectual. O principio da iniciativa individual, condição primaria na formação dos exercitos modernos, recebe, ali, o maior desenvolvimento. E da convergencia desses factores com o da mais rigorosa disciplina resulta aquelle primor de educação militar.

Ora, não se pode admittir que sejam as instituições policiaes de um Estado as que, entre nós, continuem a constituir o modelo da organização de força armada. Se em alguma coisa, pois, se deve empenhar o amor proprio das nossas classes militares, será em realisar e exceder, quanto antes, aquelle exemplo.

Tal coisa, porém, não se alcança com as reformas em papel. A reconstituição de um

exercito é obra pratica, e não trabalho de secretarias. Toda a sua base jaz na instrucção da massa armada, na severa adestração technica, de que só os grandes exercitos estrangeiros nos podem ministrar os agentes. Para isso não existem competentes no Brasil, nem se podem formar no exterior. É essencial que ella nos venha directamente das suas fontes, sem intermediarios apressados e superficiaes.

Assim o comprehendeu a administração de S. Paulo. Assim releva que a comprehenda a da União. Com o devido tacto se resguardam ali os melindres do nosso nacionalismo, confiando á missão estrangeira apenas a instrucção. Os instructores nenhuma acção disciplinar exercem, a não ser mediante as autoridades militares e administrativas brasileiras. Procedendo-se assim, não occorreu, até agora, em S. Paulo, o minimo caso de attricto, desde que se acabou de organizar o systema.

Das nações contemporaneas, a que de todas prima pela intensidade e vehemencia do patriotismo, remontado verdadeiramente á altura de um culto, é a japoneza. Pois bem, os japonezes fizeram o seu exercito, hoje talvez, o primeiro do mundo, pelos instructores estrangeiros, mandados buscar á França e á Allemanha.

O mesmo caminho têm seguido todas as Republicas sul-americanas dotadas hoje de verdadeiras instituições militares: o Chile; a Argentina; o Perú.

Não entregou ao estrangeiro o chileno somente a instrução das suas forças; confiou-lhe até a sua organização. Esta é perfeitamente exemplar, e nella, a meu ver, devemos ir buscar a imitação utilisavel no Brasil. Um exercito de instrução, pouco numeroso mas solido, rigorosamente modelado, perfeito, em cujo seio successivamente os cidadãos alistaveis nas bandeiras vão, todos os annos, ou todos os semestres, receber a preparação technica, donde sahirão as futuras reservas, a verdadeira defesa nacional, que aqui só se realisará effectivamente, quando o nucleo permanente da força armada não opprima o paiz, e o exercito seja a nação, não militarizada, mas adestrada periodicamente na escola das armas.

As nossas reorganizações do que se tem preocupado, é, tão somente, dos quadros da officialidade. Todas ellas esquecem o soldado, cellula mater plastica do organismo militar.

NOTA

A xenophobia nacional sempre entendeu que a aprendizagem com o estrangeiro redundava na mais chapaçada das humilhações. Missões para o Exército brasileiro? Para que? a que titulo? que tinhamos a invejar do estrangeiro? que tinhamos que aprender com elle?

Era a philosophia de Molière: os gentishomens de farda nasciam tudo sabendo...

Outra foi a attitude do Japão. Convenceu-se de que precisava largar a velha couraça do *samurai* e pôr-se ao par de tudo que o estrangeiro conseguira na especialidade das armas e da disciplina. Não só contractou missões, como enviou legiões de japonezes a estudar no estrangeiro tudo que havia de melhor no assumpto. O resultado foi o que se viu: o papel do Japão nas guerras com a China e com a Russia.

Se não nos quadrasse o exemplo do Extremo Oriente, teriamos bem perto, na America do Sul, a prata da casa. O Perú e o Chile tornaram-se duas potencias militares, graças ás missões estrangeiras, e a propria Argentina, não menos orgulhosa do que nós dos seus fóros de cultura e intelligencia, teve de seguir o exemplo de suas irmans sul-americanas, para se collocar ao par das grandes conquistas da metallurgia, da physica, da chimica e da psychologia militar.

Quando Ruy lançou a idéa de uma missão militar para o Exército Brasileiro, houve uma leva de broqueis contra a sua iniciativa: não se estava vendo ali o dedo do inimigo da classe militar? Com que direito um réles paisano se intromettia numa questão de classe, para dar conselhos que se lhe não pediam?

Passaram os tempos. Pouco a pouco, por um grande esforço de auto-cultura, começaram a apparecer no Exercito Brasileiro figuras tão altas como as dos melhores exercitos do mundo. Esses homens viajaram, viram e aprenderam, comprehenderam o crime que se estava praticando com o nosso Exercito, deixando-o sem disciplina, sem material, sem finalidade, sem tradição, transformando a brilhante e gloriosa carreira na corrida de gansos das burocracias, em que o tempo conquista os bordados de general, que as outras nações mais avisadas só concedem áquelles que reúnem um conjuncto especial de qualidades superiores. Salvo gloriosas excepções individuaes, o nosso Exercito era um agglomerado de burocratas de farda, tão alheios ao que se passava no mundo das armas como ao mundo de Sirius ou Saturno. Mentalidades de sargentões contavam a historia do Brasil pelos fastos que lhes soavam ao nivel das intelligencias rudimentares, certas de que a superioridade de casta os dispensava de toda e qualquer prova de competencia e idoneidade.

Veio a primeira missão estrangeira; foram os nossos primeiros officiaes estudar nos exercitos mais adeantados da Europa. Os velhos fantasmas do exercito ronceiro e colonial recolheram-se á sombra. Um espirito novo correu as fileiras; começaram a apparecer grandes nomes, grandes figuras, grandes servidores do Brasil, prégando a disciplina, o trabalho diario na caserna, a educação moral do soldado, pela assistencia, pelo contacto e pelo exemplo. E o Brasil tem hoje uma pleiade de soldados dignos dos mais adeantados exercitos do mundo. Ninguem mais discute as vantagens das missões estrangeiras.

Fique notado que o precursor da idéa foi o grande Ruy.

PRINCIPIOS PARA A BOA CONSTI- TUIÇÃO DO EXERCITO

Ora, o soldado, entre nós, ha mister de tres beneficios urgentes:

- 1.º — A escola;
- 2.º — A cultura moral;
- 3.º — O augmento de soldo.

Para esta ultima condição, que se liga ás outras duas, chamo especialmente a attenção dos nossos administradores e financeiros. Com uma despesa incomparavelmente menor do que a nossa mantêm os argentinos um exercito mui superior ao do Brasil. Isto sem parcimonia, gastando com a maior largueza no armamento, nas munições, nos exercitos, nas manobras. Claro é, portanto, que, entre nós, a nação está sendo lesada. Em cessando, pois, os abusos, teremos com que custear ao exercito brasileiro

tudo isto que lhe falta, manobras, exercicios, munições, armas, e, ainda, com que fazemos ao soldado, como ao marinheiro, a justiça até hoje, não usada para com elles, de os remunerar com alguma equidade.

Sobre estes fundamentos é que se ha de estabelecer a disciplina militar, sem a qual o exercito será supportado, será temido, será bajulado, mas não inspirará confiança, estima, reconhecimento como instituição necessaria e orgam tutelar de nossa integridade e da nossa honra.

A disciplina deve manter-se firmemente:

1.º — Pela observancia absoluta das leis militares;

2.º — Pela moralidade e rigor da justiça militar nos actos e sentenças dos seus tribunaes;

3.º — Pelo mais absoluto respeito da administração aos direitos legaes dos militares e da legislatura, aos seus direitos constitucionaes;

4.º — Pelo desenvolvimento da instrucção militar e do ensino civico nas classes armadas, especialmente nas suas camadas inferiores e com particular esmero no soldado, cuja cultura

intellectual e moral constitue a base de toda a organização capaz das forças de mar e terra num paiz civilisado;

5.º — Pelo cuidado em subministrar ao soldado e ao marinheiro, de accordo com as crenças de cada um, livremente manifestadas, os beneficios espirituaes, que os seus sentimentos religiosos reclamarem;

6.º — Pela repressão dos attentados contra as leis da subordinação da ordem militar á ordem civil;

7.º — Pela mais estreita observancia das normas que vedam ao exercito e á armada as manifestações collectivas;

8.º — Pelo cuidado em arredar as escolas militares dos centros de agitação politica e contagio sedicioso, elevando juntamente ao mais alto gráo a sua cultura scientifica e o seu valor pratico, mediante o mais serio desenvolvimento do estudo nas disciplinas militares;

9.º — Por uma administração, em summa, que exclua totalmente da politica o exercito e a marinha, os encerre unicamente no circulo natural da sua vocação, os reduza, emfim, ao seu legitimo papel de orgams defensivos do paiz, contra o estrangeiro, e sustentadores das

instituições constitucionaes, nas mãos do poder constituído contra a desordem.

Nas considerações que aqui levo expendidas, muitas, das principaes, se estendem ao regimen.

NOTA

O alicerce do Exercito é o soldado. Exercito de officiaes brilhantes, mas de soldados bisonhos ou revéis, de exercito só tem o nome. Crear soldados conscios dos seus deveres e responsabilidades, deve ser a primeira tarefa dos superiores.

Essa verdade comezinha só recentemente se começa a respeitar no Brasil. O soldado até ha pouco era o recruta pelludo a quem o official não se dirigia senão para o mandalete e o cabo para a faxina. A instrucção se cifrava aos manejos de formação e armamento. Cuidado com a parte moral do inferior, nenhum. Preoccupação bôa para os bachareis de farda e os sonhadores... Hoje quem conhecer um official verdadeiramente digno desse nome, que commende uma unidade, verá um quadro differente. Inferiores e chefes constituem uma grande familia. O official não se incumbe apenas da educação do soldado, senão ainda de lhe influir no espirito o conceito da sua nobre missão, elevando-o e dignificando-o.

O Brasil pode estar certo de que tem hoje o maior dos elementos para um grande exercito — o elemento humano. O elemento material, este poderá lhe faltar, devido á premencia das circumstancias, mas é

mais facil de obter do que o outro. Nota digna de attenção. O exercito brasileiro é radicalmente infenso á entrada dos militares na politica. Noventa e cinco por cento dos nossos officiaes de terra e mar são desse parecer. O nucleo que se quer sobrepor á Nação, governando-a contra sua vontade, não chega a cinco por cento e é constituído na quasi totalidade dos elementos menos ponderaveis quanto á cultura, ao criterio e á orientação.

FIDELIDADE E TRADIÇÃO

Para as lides que empreendemos agora o de que sobretudo haveremos mistér é de pureza, de desinteresse e lealdade; é dessa fidelidade que não conhece a suspeita, não aguarda premios, não conta os annos, vive de confiança e de admiração.

O ideal após as longas calmas, as desfolhas da outomnada, a aspereza das invernias, renasce todas as primaveras como a belleza dos campos na espontaneidade de suas flores.

Dessa formosa virtude é que vivem os povos grandes: por ella se lhes reconhece a identidade moral, se lhes assegura a perpetuidade, se lhes restabelece a solidariedade entre as gerações successivas.

Uma noite, num espectáculo de transmutações a que assisti num dos theatros de Londres, ao erguer-se o panno, que baixava e subia

continuamente, surprehendendo-nos com a exhibição viva de summidades contemporaneas, vimos assomar uma figura marmorea em seu pedestal sobre a alcatifa, tendo por fundo do quadro a perspectiva da praça de Westminster. Era o vulto de Lord Beaconsfield, a imagem de Benjamin Disraeli — já então roubado pela morte á politica, mas não ao reconhecimento da Inglaterra — que ali surgia, revestida a columna de sua glorificação e tapizado o solo que a sustentava, com as florinhas predilectas do famoso estadista.

A esta vista inesperada, levanta-se o auditorio inteiro: senhores que enchiam os camarotes; as poltronas, as galerias, estão de pé, um só estremecimento sacode o recinto, estendem-se os braços, todas as mãos se agitam no ar e longas, repetidas, prolongadas, fragorosas salvas de palmas abalam a casa.

Elles haviam tido a visão de seu grande homem; eu tinha a da Gran-Bretanha.

Mas, no seu throno de rochas eternas, a senhora dos mares me parecia revestir por manto de rainha a sua fidelidade.

Felizes os fieis! felizes! Só elles são robustos, só elles são dignos, só elles são poderosos, só elles são longevos. É a virtude em cujo

meio se renova e se depura incessantemente o amor.

Ora, do amor, a reprodução; da reprodução, a juvenildade, a acção, a energia, a madureza, a fructescencia e, dahi, o progresso, o renascimento, no mundo moral como no mundo physico.

Todas as coisas mudam sempre sobre uma base que não muda nunca.

Toda a familia, toda a associação, toda a sociedade tem a sua condição na permanencia da ordem, da legalidade, da tradição, quando estas assentam nas regras divinas do bem, sobre as quaes a consciencia christan se não engana.

Toda a rebeldia á tradição, á legalidade, á ordem constituida, importa numa dessas infidelidades que as nações expiam á custa da propria conservação, como os individuos, as impurezas da volubilidade, nos temperamentos desregrados.

(Trecho da Conferencia de 15 de janeiro de 1910, no Polytheama Bahiano).

ARISTOCRACIA DE FARDA

Outra idéa, com effeito, não se contem no asserto de que os civis se mostraram incapazes de exercer o governo, e, por isso, rejeva confial-o aos militares. Quantos são os civis? Vinte e cinco milhões de almas, pouco mais ou menos. Quantos os militares? Se contarmos todos os que trazem farda, quatorze, dezeseis ou dezoito mil. Mas ahi iriam de envolta o soldado ou o marinheiro, que não entram na conta dos beneficiados com os apanagios do mando. Quando se fala, pois, do predomínio militar, não se trata, realmente, senão da officialidade, uns dois ou tres milheiros de punhos agaloados, e, desses em ultima analyse unicamente a minoria contemplada na privança do chefe e nas sympathias do seu corrilho. Para o governo dos nossos vinte e cinco milhões a idoneidade residiria exclusivamente nessa exigua

aristocracia, cujo numero, em materia de milhares, não chega ao plural dos gregos. E ahí está, senhores, como esses patriotas ennobrecem aos olhos do mundo a patria brasileira: expondo-a ao desprezo e ao ridiculo do estrangeiro como um paiz de dezenas de milhões de habitantes, cuja verificada incapacidade os condemna á tutela de uma ou duas mil espadas.

NOTA

A aristocracia da farda é a cohorte daquelles que não se contentando com a profissão das armas reclamam ainda para si o direito de tutelar os governos. Sobre elles muito haveria que escrever. Para que? O bom senso e a razão estão em pleno eclipse. Essa theoria que retardou durante tantos deçennios o desenvolvimento dos povos sul-americanos, quem se encarregará de varrel-a da nossa civilisação é o proprio exercito, a parte san, a parte incontaminada, a parte que vive identificada com a communhão dos seus patricios.

AS PROVAS DO GOVERNO MILITAR

Mas, se os governos civis provaram mal, onde é que já provaram bem os governos militares? De toda a America Latina, que elles têm infectado e deshonrado, esterilizado e perdido, apenas exceptuavam o Mexico, as apologias correntes ao genio de Porfirio Dias. O desenvolvimento material daquelle paiz, os longos annos de immuniidade a revoluções que vae atravessando, e o verniz de civilização anglo-americana, com que o lustra a vizinhança immediata dos Estados Unidos, aureolaram de uma reputação liberal o nome daquelle dictador. Mas "esse benevolo paternalismo", que se lhe attribue, já não resiste ao inquerito, a que hoje se está procedendo na propria imprensa americana, onde estudos recentes, de grande sensação, acabam de accusar, debaixo dessas exterioridades enganadoras de riqueza e pro-

gresso, o desenvolvimento de uma barbarie assignalada caracteristicamente pelo dominio da escravidão em toda a sua plenitude nas aridas terras do Yucatan, consagradas á cultura do agave.

Nos sensacionaes estudos que a tal respeito vem, desde outubro, estampando o "American Magazine", sobre o "Barbarous Mexico", se oppõe um quadro bem diverso ás noções geralmente em voga ácerca daquelle oasis de liberdade no sombrio mappa das republicas enoitecidas e amaninhadas pelo militarismo. Prefaciando, numa nota editorial, esses escriptos, assim lhes synthetisa a redacção da revista o conteúdo:

"Até aqui não tínhamos sciencia de que á nossa porta existisse a escravidão em escala tal, que homens e mulheres se vissem reduzidos a captiveiro perpetuo, esfomeados, açoitados, vendidos. Cuidavamos que o Mexico fosse, de algum modo, uma Republica, e não, como ora se verifica, um governo mais absoluto e autocratico do que o russo. Suas Siberias tem elle nas regiões quentes do sul, seu systema de espiagem, suas condemnações por delictos politicos, suas tremendas prisões. A Constituição é um papel morto. O governo é governo da

minoria, com um vasto exercito permanente para lhe guardar as costas. Os do topo accumulam milhões, e enriquecem dia a dia; as classes médias, excluidas e descontentes, se afundam na pobreza; as ultimas classes orçam pelas raias da fome. O Mexico é um grande paiz habitado por quinze milhões de infelizes. Pela elevação do povo nada se tem feito, embora o sentimento democratico lhe haja resistido no seio ás perseguições, ás prisões, ao exilio e á morte. E por que o não sabiamos ha mais tempo? Porque o governo superintendia em todas as fontes de esclarecimentos, e vigiava sobre todos os meios de transmissão de informações. Ali se estipendiam ou supprimem os jornaes ao bel-prazer da administração. As noticias verdadeiras do Mexico não lhe transpõem as fronteiras. Os livros que descrevem a actualidade real das coisas, passam pelo confisco ou desaparecem recolhidas por compra as edições. Graças a certo ascendente subtilmente exercido sobre o jornalismo, se criou, em torno do Mexico de Porfirio Dias, um grande mytho. É o mais assombroso caso, que a historia nos regista, do abafamento da verdade, assim como da disseminação de meias

verdades e falsos testemunhos. No Mexico a Republica é um véo e uma impostura”.

Ali, diz o autor desse trabalho de elucidação, não ha liberdade politica, não ha liberdade de tribuna, liberdade de imprensa não ha, nem escrutinio livre, nem partidos, nem garantia alguma, das mais essenciaes á pessoa, á vida e ao grangeio da nossa felicidade. É uma terra onde, ha mais de trinta annos, se não pleiteia a eleição presidencial, onde o poder executivo dispõe de tudo mediante um exercito permanente, onde os cargos publicos se compram e vendem a preços taxados, onde o povo não tem direitos, onde os reis do agave exercem sobre uma immensa escravaria branca o dominio do relho. Taes as bellezas do militarismo no unico paiz de formas republicanas, onde se inculcava que elle havia logrado conciliar o reinado inviolavel da paz com a manutenção de uma verdadeira democracia.

DOUTRINAS DE TARIMBA

Doutrinas de tarimba pretendem o contrario, no Brasil; porque, aqui, o de que se cogita, não é, como entre os Kuropatkines e Leas, de organizar a defesa da nação, gloria do genio militar, mas de nos inocular o militarismo, coisa diversa, que vive na lepra dos quartéis mazelados pela cobiça, pela indisciplina, pela immoralidade, cujas sementes querem o bafio, a escuridão e o desasseio do regimen de caixas encouradas.

OBEDIENCIA

Num exercito onde os generaes se rebellam contra a lei, os officiaes não guardarão obediencia aos generaes, os inferiores faltarão com o respeito aos seus superiores, os soldados não tardarão a zombar dos seus commandantes. O general Von Der Goltz, o celebre estrategista prussiano, na sua obra famosa "Da nação armada", onde se professa no maior esplendor da sciencia allemã a sciencia da organização dos exercitos e a direcção da guerra moderna, accentuando a necessidade absoluta de que "a obediencia seja igual no alto e em baixo", nota, com o saber da experiencia, que "o soldado obedece, consoante vê obedecerem os seus chefes". Em todas as condições da vida a obediencia aos que nos mandam é a condição da autoridade sobre os em quem mandamos.

Ora, num paiz de liberdade e ordem, quem sobre todos manda, é a lei, a rainha dos reis, a superiora dos superiores, a verdadeira soberana dos povos.

(Trecho da Conferencia de 17 de fevereiro de 1910, no Theatro de Juiz de Fóra).

ELEVAÇÃO DO SOLDADO

Um dos topicos, senhores, do meu programma, que mais agastaram o hermismo, foi o relativo ao nosso exercito, e, nesse, a iniciativa, a que me abalancei, quanto ao soldado brasileiro, de lhe proclamar dignidade como elemento humano e capital na importancia das forças armadas. “É dos soldados que devemos sempre curar”, escrevia o general Negrier a um dos seus coroneis. “Lembrae-vos de que graças a elles é que obtendes esses postos e condecorações tão appetecidos”. Não menos energicamente dizia o general Marmont: “Falar com desdem dos soldados, que compõem o vulgo dos exercitos, é como que blasphemar. Falar delles com indifferença, é desconhecer as condições da nossa natureza”. Se, no tecido immenso da criação, “os infinitamente pequenos são os arbitros e os organisadores do

universo", do mesmo modo no estofo organico das sociedades, em todas as manifestações da sua existencia, os humildes, os subalternos, os obscuros são a materia da vida, a origem do bem e do mal, o principio do vigor ou da morte. Como tratar, pois, da organização do exercito, e esquecer-lhe a cellula elementar, cogitar alguem na renovação das instituições militares, e não se occupar com o soldado?

O SARGENTO COSTA LEITE ESBOFETEADO

A minha volta da Bahia, em janeiro, dera ocasião, no quartel do terceiro batalhão de infantaria, a um rasgo de colera delirante, em que um official daquelle corpo se expoz á desconsideração e ao horror dos seus commandados, na mais detestavel das attitudes. O sargento Costa Leite, que incorrera no crime de se achar presente á minha chegada, incendiára as iras do primeiro tenente ajudante. Onde estava qualificado o seu delicto? No hermismo do mandão, que interpella o sargento, o injuria, o esbofeteia, e, ainda em cima, o manda recolher á solitaria, condemnado indefinidamente a pão e agua. No mesmo dia a equivalencia actual entre a condição do soldado e a dos escravos se assignalava, ali, com a caracterisação da mais rigorosa identidade. No epi-

sodio mencionado era o rosto do homem que recebia em cheio o ultraje pela mão do seu superior. No outro é o couro de boi que funciona. Um soldado commettera uma pena disciplinar. Cortam-lhe o corpo a vergalhadas.

O CHEFE E O SOLDADO

Não se obtem a disciplina, cimento dos exercitos e garantia do seu valor, pelos meios violentos, mas pela educação moral do soldado e pelo desenvolvimento de relações affectuosas entre elle e a officialidade. “Por que modo se logrará installar no soldado o santo respeito á lei?” — pergunta o general prussiano Von der Goltz. “Não, de certo, punindo-o quotidianamente, nem dando-lhe á educação um rumo superficial que tenda a fazer delle um bello typo de parada, mas trabalhando na sua “educação moral”, por meios singelos e idoneos, consistentes em habitual-o a ser ordenado, exacto, honesto, leal, a respeitar a propria dignidade e a alheia. Nem tudo isto basta, porém, sem a ligação e a fusão de coração, entre officiaes e soldados. E’ particularmente o capitão que ha de ser o educador e o pae dos seus “descen-

dentess". Neste dever dos superiores, insistia o general Kuropatkine, em 1906, endereçando a sua mensagem de adeus ao primeiro exercito da Mandchuria: "Procedendo como paes da sua gente", dizia elle, "é que os nossos officiaes lhe têm grangeado a affeição e o respeito. Considerae que, entre os nossos soldados, não é uma phrase van o tratamento "pae-commandante". "Elles a têm por exacta".

Os maiores chefes do exercito amaram e acarinharam os seus soldados. Alexandre abraçava, chorando com elles, os velhos, os invalidos, os exhaustos, regressantes aos seus lares. Não era só a gloria de Cesar, que reduzia e dominava as suas tropas: era a sua sollicitude com ellas, os seus actos de tolerancia e magnanimidade no commando. O genio, só por só, não lhe teria assegurado o ascendente, a affeição apaixonada, a idolatria, que elle inspirava aos seus homens de guerra. Turenne velava, com extremo, pela mantença dos seus commandados, pelo transporte dos feridos e doentes, pelo soccorro aos vencidos, na canseira das marchas. Suvaroff, o maior dos generaes russos, timbrava na humanidade e no zelo com os obscuros heroes das suas campanhas gloriosas, com essas devotadas unidades humanas,

que a sua tactica de arrojados imprevistos convertia em instrumentos irresistiveis de triumpho.

Os verdadeiros educadores militares occupam-se, com o maior encarecimento, da dignidade pessoal do soldado. "E' uma força", diz Gavet, no seu livro sobre a arte de commandar — "é um elemento de energia". "Os officiaes não devem transcurar meio nenhum de a desenvolver no coração dos soldados". "Se os tornardes passivos, que acção tereis sobre elles?" Não ha idéa mais "detestavel" que a de "abaixar e dobrar os inferiores". O commandante não tem o direito de aviltar o seu commandado.

Nunca a humilhação, a compressão, as punições afflictivas. "Empresar o terror, como meio de commando, é realmente o artificio mais pasmoso que se poderia imaginar. Lidaes com soldados: a primeira qualidade que lhes haveis de inculcar é, seguramente, a coragem, e, todavia, o que os fazeis cursar, diariamente, vem a ser isso, a que poderiamos chamar exercicios praticos de medo. O ideal seria, ao contrario, ensinar os vossos inferiores a não se arrecearem de nada. Não ha coragem que seja de

mais, se attendermos nas provações do tempo de guerra e do serviço de combate”.

Não é no medo, senhores, que assenta a disciplina: é no sentimento do dever. “Assim como não se formam homens de bem com o receio da policia, não se formam soldados valerosos com o receio dos castigos. Se não for educativa a vossa disciplina, se actuar á maneira de um estadulho, continuamente alçado, que effeito prestavel dahi aguardareis? Só uma lição dará ella a colher aos vossos inferiores: a de se occultarem, para fazer o que vos não apraz”. A pena afflictiva não chama o castigado a melhores sentimentos. Antes, se lhe resta alguma altivez, “lhe estimula o amor proprio a não se mostrar abatido; a sua indisciplina toma á energia da resistencia falsos ares de nobreza: a indisciplina a alardeia e persiste”.

OS OFFICIAES DESABRIDOS

Um official desabrido, arrebatado, iracundo não pode commandar. Conta o general Marbot, nas suas "Memorias", que, destacado, como official de estado-maior, ao serviço do marechal Lannes, um dos grandes auxiliares de Napoleão, não vacillara em lhe relatar as expressões, de que a seu respeito usára o imperador, tendo-o visto desabrir-se no campo da batalha, contra um capitão da artilharia: "O demonio deste Lannes", disséra Bonaparte, "reune todas as qualidades que constituem os grandes capitães; "mas nunca o será", porque não sabe refrear a sua colera, e se descommede "até" contra officiaes de posto subalterno, o que, num chefe de exercito, é um dos mais graves defeitos". Accrescenta Marbot que o marechal Lannes, impressionado, caprichou em se vencer, e o conseguiu. Marechaes daquelle

tempo, em que, pelos modos, a obstinação e a cegueira não eram timbres do posto supremo. E notae, senhores, o “até” de Napoleão, que, nesses actos de furor, põe tanto maior gravidade na violencia, quanto menos alta for a graduação do paciente.

O PUNDONOR DO SOLDADO

Nos exercitos onde a disciplina observa a egualdade, que a deve caracterisar, os deveres dos officiaes para com os soldados não se respeitam menos estrictamente que os dos soldados para com os officiaes. Vou dar-vos a mostra, num exemplo que dirá tudo, remontando-me ás tradições de uma organização militar eminentemente aristocratica, a das forças francezas na época de Luiz XIV, quando a officialidade se entrelaçava com a nobreza e, com os privilegios desta, realçava a autoridade dos seus postos. Refiro-me a um factio curiosissimo, narrado pelo marechal Puysegur. (Não sei se ides notando que insisto em navegar attentamente na esteira dos marechaes.)

Mr. de Marillac, sahindo a cavallo dos aposentos do rei, encontrou uma sentinella, cuja arma que lhe feriu a garupa do cavallo. Mr. de

Marillac, que era então “marechal de campo” (advérte: outro marechal) “bateu na sentinella. Mr. de Gôas mandou prender a sentinella, que era do seu regimento, e quiz forçar Mr. de Marillac a um duello. O rei chamou á sua presença os dois adversarios, condemnando Mr. de Marillac a se recolher preso, e deliberou submeter a conselho de guerra a sentinella, “que não cumprira o seu dever”. Sabeis, senhores, qual era o dever a que a sentinella faltára? A sentinella, julgada em conselho de guerra, “foi condemnada ao supplicio da estrapada, “em razão de não haver matado o marechal”, quando este a maltratára. O rei perdoou ao soldado a pena. Mas Mr. de Gôas o expulsou do regimento, depois de o ter degradado”. Vêde o escandalo: um marechal preso por haver posto as mãos numa sentinella, uma sentinella condemnada e expulsa das fileiras, por não haver respondido á grosseria com a morte do marechal, que lh’a infligira.

HONRA MILITAR

Em 1861, o coronel Crawley, do 15.º regimento de hussards, assumiu o commando, nas Indias, do 6.º de dragões. Accusado ahi, por um capitão, de faltas militares, chamou-o ao julgamento de um tribunal marcial, onde entre as testemunhas arroladas pela accusação, figurava o sargento Dilley. Irritado Crawley contra este, mandou-o encerrar numa enxovia, de cujos soffrimentos resultou a morte do preso. Mal, porém, chegaram á Gran-Bretanha novas dessas circumstancias, o sentimento nacional irrompeu numa explosão tão violenta de indignação, que, diz Luiz Blanc, nas suas "Cartas de Inglaterra", mais facil é imaginar do que descrever. Abalou-se o Parlamento. Na linguagem mais vehemente, foi chamado a contas o Duque de Cambridge, chefe do Exercito, não lhe valendo o prestigio de membro da casa rei-

nante. Queriam reter nas Indias o processo. Mas o governo teve de ordenar que fosse julgado em Inglaterra. Ao banco dos réos foram arrastados o general Farrell, commandante em chefe de Bombaim, *sir* Williams Mansfield, e, até, o commandante em chefe do Exercito das Indias, *sir* Hugh Rose. Tratava-se, como aqui, de um sargento. Mas por elle se doeu a officialidade ingleza, como se fôra um official o victimado. Na Camara dos Communs se manifestou ella, pela voz de Mr. Coningham: "Em nome dos officiaes, dos sub-officiaes e dos soldados do Exercito inglez, requeiro justiça, sim! Ainda quando a justiça houvesse de alcançar generaes, ainda quando a censura tivesse de remontar até sua alteza real, o commandante em chefe do nosso Exercito".

ATROCIDADES INDIGENAS

Quanto vale, porém, entre nós, a vida do soldado brasileiro? Ides vel-o. Das duas violencias aviltantes commettidas contra um sargento e um soldado, no quartel de um dos corpos da guarnição da capital, um, o do chicoteamento, não soffreu a minima contestação. Depunham contestes, a esse respeito, o "Diario de Noticias", o "Seculo", o "Correio da Manhã". Segundo este, o numero de vergalhadas, a couro de boi, no flagellado, montava a trezentas. De québra, no misero estado em que o deixou a tortura incomportavel, ainda o mandaram enxovar na solitaria, condemnado a pão e agua por vinte e cinco dias. Incredulas categoricamente e com essa precisão de um crime nefando como esse, não articularam as autoridades militares uma syllaba em sua defesa. Imputar-lhes este silencio a desdem, seria

averbal-as de inconsciencia. Não era, pois, desdem: era a confissão tacita dos indefensáveis.

Quanto ao escandalo das bofetadas por mão de official ajudante, em pleno quartel, na cara de um soldado, afigurou-se ao commandante do regimento que lhe bastava, por liquidação de contas, encostar-se á tentativa de rectificação mal amanhada num periodico hermista, cuja "exactidão" subscreve, accrescentando a essa laconica declaração, numa carta por esse jornal estampada, este periodo quasi de todo inintelligivel com que a remata: "Não é possível que com isenção de animo fosse a informação prestada a diversos outros orgams da imprensa, que, com manifesta imparcialidade, se dignaram publicar o que jamais será possível dar-se, attendendo "a que o signatario não delega os seus poderes e autoridades, que lhes são inherentes".

Omitto o periodo inicial e as palavras finaes dessa salgalhada, onde o destinatario da carta se vê tratado, successivamente por "vossa senhoria", "vós" e "você", para transcrever só o principal, que ahi fica, desse documento lastimavel, cujo autor, o chefe daquelle corpo, não dá como impossivel o grave delicto

de brutalidade e covardia attribuido a um dos seus officiaes, senão porque o commandante “não delega os seus poderes e autoridades aos seus auxiliares”. Interpretada logicamente, esta passagem não contesta que o official houvesse esbofeteado o seu subalterno, senão porque actos desta natureza estão na competencia indelegavel dos poderes do commandante.

Melhor fôra, senhores, não responder cousa nenhuma do que engrolar esta resposta. Na fórma é uma vergonha; no conteúdo, uma enormidade; na intenção, uma evasiva; na essencia, uma confissão. O libello subsiste em toda a sua hediondez. Nem o ministro, porém, nem o quartel general se mexeram. Eram duas cumplicidades, que, desde então, se firmaram. Decididamente, sob o mysterio dessa incubação, algum novo monstro se estava gerando. Não tardou que se descobrisse. Aos 9 do corrente o “Seculo” denunciava que as autoridades militares haviam transferido o sargento Costa Leite para o Amazonas, onde, tempos antes, adoecera de beri-beri, molestia da qual ainda se não curou.

Ora, nessa doença fatal, a volta ao lugar onde se adquiriu, importa inevitavelmente na reincidencia da enfermidade. A devolução do

pobre sargento aos sitios onde contrahiu o mal, envolve, pois, a sua sentença de morte. Sentença de execução immediata; porque o condemnado já lá vae, caminho do matadouro. Sentença irremediavel; porque, na sua impalpabilidade, não tem formas, e, no seu arbitrio, não admitte recursos. Sentença capital; porque a reinfecção e o seu sinistro desenlace, em taes casos, offerecem a certeza da mais ominosa causalidade.

NOTA

Era da tradição luso-brasileira o castigo corporal. O celebre regimento do Conde de Lippe, reflectindo o pensamento da época, muito contribuiu para radical-o entre as nossas forças de terra e mar.

O castigo corporal, como elemento repressor, é talvez o mais forte dos que se conhecem. Na Europa inteira, o paiz de indice criminal mais baixo é talvez a Gran-Bretanha. Ali o criminoso, que na França arrosta sereno a guilhotina, pensa duas vezes antes de arrostar as laminas de couro que lhe flagellam impiedosamente o dorso. É a Gran-Bretanha um paraizo dos alcoolatras. Darwin, voltando de uma viagem, só nas ruas de Liverpool, á noite, encontrou mais bebedos do que vira em toda a sua excursão. Toda essa gentalha desvaira, rixa, lucta e sopapeia-se, segundo os preceitos britannicos do *box*, sem outras consequencias que

lesões de pequena gravidade. O homicídio acarreta ao seu autor não só penas de ultima gravidade, como a reprovação geral. Puxar alguém de uma arma na Inglaterra é chamar contra si a execração publica e arriscar-se ás sevicias dos circumstantes revoltados.

Seria talvez necessario no tempo do Conde de Lippe e no tempo do velho exercito, que engajava nas suas fileiras a borra social desordeira e facinora, seria talvez permissivel o castigo corporal. Uma vez, porém, processada a elevação do nivel do soldado, uma vez que a preocupação dos superiores é a sua cultura e o seu melhoramento, a conservação desse regime aberraria de todas as normas de civilização.

O nosso Exercito de terra e mar aboliu os castigos corporaes. Por inqualificavel abuso, porém, a instituição morta no texto legal revivescia a espaços em praticas abusivas. Contra uma dessas praticas abusivas é que se insurgiu o clamor que acima transcrevemos de velho liberal.

O SOLDADO SOB O REGIME MILITARISTA E O SOLDADO SOB O REGIME MILITAR

Tres attentados numa só manobra. Abafou-se para sempre o inquerito reclamado. Assegurou-se a impunidade ao tenente incurso no crime. Liquidou-se-lhe a victima, para que nunca mais se ouça rumor dos seus soffrimentos. Tudo por obra do hermismo, graças ao seu poderio, e em beneficio do seu triumpho. E' a enthronisação, nos quartéis, do regime da bofetada. E' a abolição da justiça militar nos mais odiosos horrores contra a disciplina. E' a frustração, insidiosa e covardissima, da garantia constitucional, que aboliu a pena de morte. Mas não são unicamente brechas na ordem constitucional, não são somente afrontas á nação brasileira, na sua consciencia, no seu

credito, na sua civilisação, em tudo o que distingue uma sociedade christan de uma horda de selvagens, em tudo o que differença um povo de uma vil manada. São ainda golpes no Exercito, abalo no alicerce das leis militares, sementes vivas de odio, mettidas nas relações entre a fileira e o commando. Todavia, é em proveito de uma candidatura militar que se operam, e vingam, desabusadamente, para assentar no governo do paiz um marechal.

Considerae bem, senhores. Na França de Luiz XIV, as justiças militares condemnam uma sentinella, por não haver morto um marechal, que a espancára. Na Inglaterra de Jorge III, os tribunaes militares sentenceiam á forca, 30 annos após o delicto, a um coronel, cujos actos de brutalidade occasionaram a morte de um soldado. Mais tarde, na éra da rainha Victoria, as crueldades de um official contra um sargento na extrema asiatica dos dominios da Gran-Bretanha, revoltam a opinião nacional na metropole, e arrastam ao julgamento, no seu fôro, além do culpado, os generaes das forças britannicas, na India Inglesa. Aqui, em plena constituição republicana e em franca situação militar, um official esbofeteia a um seu commandado, e, para aco-

bertar o crime ao esbofeteador, o Ministerio da Guerra, o governo da Republica, envia a enxovalhada victima dessa bruteza á morte certa nos longinquos sertões do norte.

A honra da nossa patria, senhores, exigia que se destruíssem essas arguições. Não por um desses inqueritos dissimulatorios capciosos como o que, no caso fluminense do assassinio dos estudantes, em setembro do anno passado, absolveu os maiores responsaveis, mas por um inquerito livre, amplo, honesto, luminoso, que estabelecesse concludentemente a verdade. Necessaria era que uma elucidação decisiva como essa viesse demonstrar que este paiz estremece pela vida de seus soldados, e que ella não se acha entregue, nos quartéis, ao dominio irresponsavel e irrefreavel do terror. A propria reputação dos nossos officiaes estaria empenhada em se escoimar dessa macula, se não se tratasse aqui mais que de uma calumnia perversa, ou, a ser verdadeira a revelação, que nos indigna, em se estremar de uma solidariedade intoleravel.

O FACTOR MORAL

Com o florianismo as instituições republicanas correram o risco de eliminação, que ora estão correndo. Mas entre os proprios amigos da dictadura não expirava o civismo, a altivez, o sentimento constitucional, que dentre a sua mesma gente no Congresso, teve movimentos efficazes de resistencia, e cortou á dictadura o vôo final. Agora, porém, esses elementos capitularam. Camara e Senado se atrelaram ao serviço do dictador em projecto. No officialismo republicano não ha resquício de apreço ás instituições. Só nos resta levantar a nação, armada com o seu brio, a sua vontade, as suas leis, correndo sobre os nossos males o cauterio do ferro em braza. Para isso não sabemos insultar, mentir, calumniar, revidar com os meios contra nós exercidos. Mas precisamos buscar na palavra humana todos os seus

recursos, inflamma-a nos grandes sentimentos d'alma, revestil-a de todo o seu poder, abrir os diques á sua força, oppôr torrente a torrente, a da nossa indignação á dessa calamidade, sermos asperos, decididos, impetuosos. São cargas de baioneta á "Suvaroff" contra as odiosas trincheiras do militarismo reincidente.

Combatendo assim pelos interesses da nação, combatemos, justamente, pelos interesses do Exercito brasileiro. O maior elemento de vigor, nos Exercitos, é a sua tempera moral. Estudando as causas dos revezes russos e dos triumphos japonezes, diz o general Kuropatkin, no seu celebre livro: "Muitas vezes eramos superiores ao inimigo e o não podiamos derrotar. A explicação deste phenomeno é simples. Comquanto materialmente mais fracos do que nós, os japonezes eram "moralmente" mais fortes, e o ensino de toda a historia nos mostra que o factor moral é que acaba vencendo". Ainda noutro lugar: "Quando a preponderancia da energia moral estava do nosso lado, como na guerra com os suecos, os francezes, os turcos, os montanhezes do Caucaso, e os naturaes da Asia Central, fomos nós os vencedores. Na ultima guerra, a nossa energia moral era menor que a dos japonezes; e foi essa inferioridade,

mais do que os erros de commando, o que originou os nossos desbaratos. A insufficiencia da nossa energia moral, em comparação da dos japonezes, actuou em todas as espheras do nosso Exercito, desde as mais altas até ás infimas, e reduziu de modo enorme o nosso poder combattente”.

Faltava solidez ás tropas moscovitas, porque lhes minguava o impulso heroico, o impulso guerreiro, a “exaltação moral”. Bilderling se exprime do mesmo modo que Kuropatkine, num artigo famoso, estampado em 1906, no “Invalido Russo”, sobre “o sentimento do dever e o amor da patria na guerra”. Todos os testemunhos competentes são accordes em que “a principal causa, a que os aponezes deveram a sua victoria, foi “o elevado tom moral” da sua gente”.

Não ha na experiencia da guerra, lição mais constante e mais certa. Já Pedro, o Grande, punha a maior defesa do imperio “nos corações denodados”. Napoleão, o mestre dos mestres, nos diz que, “na sciencia da guerra, tres quartos das probabilidades da victoria dependem das condições moraes; das materiaes, apenas um quarto”. O general Leer, na sua “Estrategia Positiva”, qualifica o homem como

“o elemento capital na arte da guerra”. O general Dragomiroff classifica “a energia moral”, como “o mais importante dos elementos militares”. Suvaroff reputava possível “ousar os mais atrevidos commettimentos, sem risco de mallogro”, em se contando com “o impulso moral desenvolvido no seu maximo gráo”. “As armas podem variar”, dizia o inspirado guerreiro, “e, com ellas, a tactica: mas as mãos, que as manejam, e os corações, que movem essas mãos, são sempre os mesmos”.

Ahi está, senhores, o que Napoleão chamava “parte divina da guerra”. “Achilles”, diz o grande capitão, “era filho de uma deusa e de um mortal; é a imagem do genio da guerra. A sua parte divina é tudo o que deriva das considerações moraes, do character, do talento, do interesse do vosso adversario, da opinião, do espirito do soldado, forte e vencedor, ou fraco e abatido, consoante se lhe afigura sel-o. A parte terrestre são as armas, os entrincheiramentos, as posições, as ordens de batalha, tudo o que entende com a combinação das cousas materiaes”. De sorte que os meios materiaes estão em segundo plano. Na parte divina da arte sobresâem as condições moraes.

Como, porém, desenvolver nas tropas esse

elemento supremo? “A força moral”, (quem fala é o marechal Burgeaud), “a força moral está sempre acima da força physica”. Prepara-se essa força “elevando a alma do soldado, infundindo-lhe o amor da gloria, a honra regimentar e, sobretudo, estimulando-lhe o patriotismo. Com a confiança de homens assim aparelhados se podem commetter as maiores cousas”. Kuropatkine demonstra longamente como os exitos extraordinarios do Japão resultavam essencialmente da educação dos seus soldados. O espirito moral que os animava era o que os convertia nesses furacões prodigiosos, cuja violencia, ao clamor dos “Banzai!”, varria os obstaculos, passava por sobre os fossos, entulhando-os de corpos, rompia insensivel as trincheiras de arame farpado, e assomava, em ondas humanas, montanha acima, ao alto das fortificações russas. Nunca se viu a coragem associar desse modo e frieza á impetuosidade; porque nunca se viram forças, onde se houvesse tecido com tamanha solidez o estofa moral do soldado.

Se é verdade, pois, senhores, como disse o marechal Marmont, que “na victoria o elemento moral sobreleva a todos os demais”, e que, alem de certo limites, “a força de um exercito não

augmenta na razão do numero dos homens e dos recursos materiaes, mas, na do espirito que o anima”, não basta ensinar ao soldado “o seu officio”: releva ir mais longe: “criar-lhe a mentalidade, educar-lhe a alma”. Não são minhas estas palavras, mas de um official do estado-maior belga. Nestes assumptos a minha incompetencia quer andar sempre arrimada a todas as muletas da autoridade. “A alma” diz elle, “faz o soldado, e a cada soldado a sua tactica”. Donde se vê que a educação moral dos soldados não corresponde só a um interesse moral: é a maior das exigencias do interesse “militar”.

CAPACIDADE TECHNICA

É rir, porém, que se fale em capacidade profissional numa época em que a incapacidade é o fôro da aptidão para o mais eminente dos cargos do Estado. Se, para governar um paiz, todos servem, por que não ha de servir quem quer que seja, para commandar um Exercito? Para que escolas militares e cursos technicos, se Napoleão apanhou tantos dos seus mais gloriosos generaes nos campos de batalha? Suvaroff, o maior dos homens da guerra que as colligações européas oppuzeram aos exercitos da revolução franceza, era um dos mais instruidos homens do seu tempo. Aprofundára os mestres da sua arte, de Cesar a Condé e de Vauban a Frederico II. Excellente engenheiro e tactico admiravel, além do seu idioma vernaculo, falava correctamente o francez, o allemão, o polaco, o grego moderno, o tartaro, o

turco, possuía amplos conhecimentos em mathematica, em historia, em geographia, saboreava os classicos francezes, deleitava-se na leitura de Lafontaine e Racine. “Preparadissimo”, como se vê, nem por isso lhe “tiveram medo” os russos. Toda essa bagagem de saber, que, entre nós, o inhabilitaria á conta de literato, erudito e theorico, não impedia que assombrasse a Europa, com as maiores victorias da colligação anti-franceza, que tivesse por instrucção do seu governo fazer a guerra “como lhe parecesse”, e que, solicitado pela Inglaterra e pela Austria a commandar, como generalissimo, os Exercitos alliados na Italia septentrional, o Czar o convidasse, dizendo: “Suvaroff não precisa de louros, mas a patria necessita de Suvaroff”.

Dizem que, ainda hoje, se entende assim na Europa e no resto do mundo, e que, entendendo assim, é que os japonezes fizeram o seu Exercito, saturando-o da educação technica européa, ministrada, no começo, por instructores francezes, e, depois da guerra franco-prussiana, por instructores allemães. Nem a reforma militar prussiana, depois de Iena, se consummou, ao que me consta, senão graças ao mais completo rompimento com o passado, o mais absoluto divorcio da rotina, a mais radical

insurreição contra a machina das secretarias, á grande revolução moral e scientifica encarnada no genio de Stein.

Mas estes exemplos não prestam. Tão pouco nos servem os da vizinhança argentina ou chilena. Temos a prata de casa. Fique o Exercito mergulhado na sua dissolução. Dos elementos da sua dissolução não contagie o paiz. Para enfeixar nas mãos esse duplo trabalho regenerador, venham os Washingtons de bronze industrial e os Napoleões de pateo de quartel.

(Trecho da Conferencia de 19 de fevereiro de 1910, no Theatro de Ouro Preto).

NOTA

A capacidade technica é um resultado de alta cultura, que só pode ser o producto do tempo e do trabalho. Quando a Allemanha foi derrotada em Iena, o meio de que lançou mão para curar as feridas do orgulho nacional foi a criação da Universidade de Berlim. Só esta, dizia Frederico Guilherme, poderá nos abrir o caminho do reerguimento.

A França, depois de Sedan, seguiu o exemplo da Prussia. Demoliu a velha Sorbonne para edificar a

moderna e reorganizou a sua *E'cole Centrale*, viveiro das maiores capacidades contemporaneas.

Foi um movimento de alta cultura, condensado por Fichte nas suas Mensagens á Nação Allemã, que formou a geração dos fundadores do Imperio Germanico.

A França, comquanto avessa á disciplina e sem o espirito gregario do tudesco, creou na sua *E'cole Centrale* um viveiro de capacidades capazes de contrasar a maravilhosa organização allemã. A grande guerra de 1914 foi vencida principalmente pela *E'cole Centrale*; foram os seus filhos, os Fochs, os Joffres, os Pé-tains que conseguiram oppor ao prodigio da organização allemã os milagres da improvisação latina destinada a vencel-a.

Grande cousa será o patriotismo e não menores a bravura e a coragem. De nada valem, porém, se não forem manobradas pelo espirito que deve traçar o caminho por onde se encarreirem com o maior rendimento e a menor perda.

Suppor que um militar, só por que o seja, só por que se sinta capaz de morrer, tem em si o dom de exercer um papel efficaz no momento em que lho reclamem, é desconhecer as contingencias da guerra moderna, o imperioso das suas necessidades, o jogo preciso dos seus recursos. Não ha duvida que os factores moraes são, em ultima analyse, os que preparam e decidem. Dentro, porém, de uma relativa equivalencia de meios e recursos. A maior das bravuras pessoas nada vale deante dum morteiro ou de uma metralhadora.

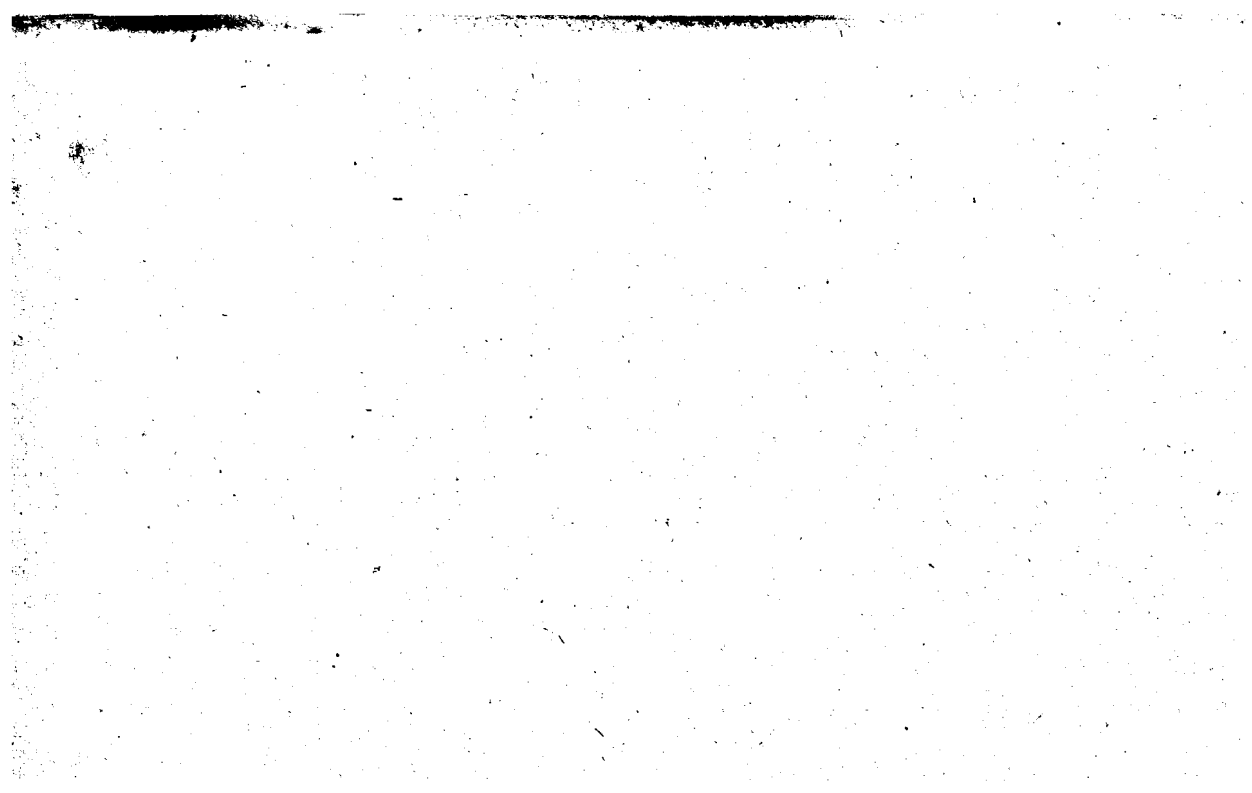
O official moderno, alem das qualidades fundamentaes que formam o character, ha de ter a experiencia, a pratica e o conhecimento preciso das armas que lhe incumbe manejar.

Essas verdades, corriqueiras hoje no Exercito, o primeiro dos escriptores que as reivindicou foi o civil Ruy Barbosa.



III

Religião e Estado



A QUESTÃO RELIGIOSA

Nunca occultei que a minha fé houvesse fraqueado muitas vezes. Mas também nunca me senti constrangido e mprofessar, através dessas vacillações, a minha fidelidade á religião dos meus antepassados. Catholico, no entanto, associei sempre á religião a liberdade, bati-me sempre, no Brasil, entre os mais extremados, pela liberdade religiosa, fui, no Governo Provisorio, o autor do acto que separou a Igreja do Estado, e com satisfação intima reivindico a minha parte na solução constitucional, que emancipou, em nossa terra, a consciencia christan, dos vinculos do poder humano.

Já se vê que, sob um governo meu, não correria risco de se romper o escudo tutelar dessa legalidade, com que tanto concorri, para abroquelar as minorias religiosas.

Por outro lado, porém, sob a minha influencia, ou com a minha sancção, não é que se autorisaria a expressão anticatholica ou athéa, que certas manifestações da incredulidade, entre nós, têm querido imprimir á solução brasileira do problema religioso. Se esta solução não amordaça o atheismo, nem por isto lhe confere o privilegio de tingir de sua côr a imparcialidade christan das nossas instituições. Deus não recusa liberdade aos seus proprios negadores. Mas, por isso mesmo, no fundo mais inviolavel de toda a liberdade está Deus, a sua garantia suprema.

O principio das egrejas livres no Estado livre tem duas hermeneuticas distinctas e oppositas: a franceza e a americana. Esta, sinceramente liberal, não se assusta com a expansão do catholicismo, a mais numerosa, hoje, de todas as confissões nos Estados Unidos, que nella vêem um dos grandes factores da cultura e da sua estabilidade social. Aquella, obsessa do eterno fantasma do clericalismo, gira de reacção em reacção, inquieta, aggressiva, proscriptora. Com uma, sob as formas da liberdade republicana, assiste o seculo vinte ao tremendo accesso de regalismo, que baniu do paiz todas as congregações religiosas. Sob a outra se

reunem os profugos da perseguição ultramarina, e as collectividades religiosas se desenvolvem, tranquillias, prosperas, fructificativas, sem a mais ligeira nuvem no seu horizonte.

Na melhor cordialidade os prelados romanos e os membros do sacro collegio se sentam á mesa de "Roosevelt", o protestante, que não falta um só domingo, no templo do seu culto, aos deveres do serviço divino.

Foi esta a liberdade religiosa que nós escrevemos na Constituição brasileira. Esta exclue do programma escolar o ensino da religião. Mas não consente que o ensino escolar, os livros escolares, professem a irreligião e a incredulidade, nem obsta, quando exigido pelos paes, ao ensino religioso pelos ministros da religião, fóra das horas escolares no proprio edificio da escola.

REGIME DA SEPARAÇÃO

Condemna-se muitas vezes, desattendendo ás circumstancias, o regime de separação entre a Igreja e o Estado. Os que o fazem, têm mil vezes razão, quando se trate de um divorcio operado pela malevolencia, ou pela indifferença. Seria licito, porém, dizer o mesmo de uma distincção accentuada entre os dois poderes, aliás amigos e obsequentes um para com o outro? Se a independencia e a separação traduzem o rejeitar a Igreja de todo em todo a indebita intervenção do Estado nas questões religiosas e o recusar de todo o ponto o Estado qualquer mescla de politica religiosa na direcção dos negocios publicos, será condemnavel esse regime? Ora, tal é o character de republica americana: e nas circumstancias em que se tem encontrado no novo continente, a Igreja delle se regosija e congratula,

ENSINO RELIGIOSO

EDUCAÇÃO RELIGIOSA FACULTATIVA NA ESCOLA

Ainda ha pouco, na minha excursão á Bahia, o orador que me recebeu em nome da comissão popular rememorava a minha attitude, no imperio, durante a questão religiosa, defendendo, contra a politica de sua majestade, os bispos encarcerados. O orgam daquella comissão, o sr. Torquato Bahia, falava com a autoridade cabal de testemunha, como companheiro meu de luctas naquelles tempos, quando, na redacção do "Diario da Bahia", sustentei a campanha da liberdade religiosa, advogando contra a perseguição do regalismo imperial a causa do episcopado brasileiro. Nunca relembrei esse facto. Mas, já que aquelle depoimen-

to o traz á memoria dos esquecidos, muito me honro de o recordar.

Não é pois, bem o vêdes, não é por lisonjear a religiosidade mineira que insisto nestes assumptos. Todos os meus escriptos, actos e palavras anteriores, afinam rigorosamente com a intelligencia que, na minha plataforma, dei á separação constitucional entre as Igrejas e o Estado. A solução com que ali resolvo o problema do ensino nas escolas publicas, é, precisamente, a mesma consagrada ha vinte e oito annos, no projecto de reforma do ensino primario, que, em setembro de 1882, submetti, como relator da commissão de instrucção publica, á Camara dos Deputados.

Ali, no art. 1.º, § 3.º, exonerando o professor primario, nas escolas officiaes, dos deveres da instrucção religiosa, accrescentava eu:

“O ensino religioso será dado pelos ministros de cada culto, no edificio escolar, se assim o requererem os alumnos, cujos paes o desejarem, declarando-o ao professor, em horas que regularmente se determinarão, sempre posteriores ás aulas, nunca durante mais de quarenta e cinco minutos cada dia, nem mais de tres vezes por semana”.

O mais entusiastico adepto da instrucção religiosa nas escolas não poderia querer mais. Tres lições por semana, de tres quartos de hora cada uma, satisfariam amplamente ás exigencias razoaveis da familia e do clero. Quasi trinta annos ha, pois, que, occupando-me com a organização geral do ensino, planeava eu, em termos rigorosos, a associação do ensino franqueado, nos edificios escolares, aos ministros do culto, para o magisterio da palavra divina. Não era uma noção vaga, enroupada em phrases declamatorias: era uma providencia legislativa, articulada em textos expressos, com todas as cautelas de execução necessarias á sua praticabilidade. Secularizando a funcção do mestre publico, alliava-lhe eu, á escola das familias dos alumnos, o concurso do ministerio sagrado, mantendo aos programmas escolares o seu character neutro, mas respeitando, na religião dos paes, os seus inviolaveis direitos.

ESTADO E ENSINO RELIGIOSO

Entre as minhas autoridades em abono desse alvitre ia eu buscar, já antes, em 1877, quando comecei a recommendal-o, a do catholicismo belga, apoiando-me no sentir da commissão nomeada pelo chefe do partido catholico, mr. de Theux, em 1833. "O Estado", raciocinava elle, "o Estado mantem-se estranho ao ensino religioso. As horas de aula combinar-se-ão de modo que os alumnos possam receber dos ministros do culto esse ensino".

Já se vê que eu não advogava a secularização do ensino em proveito do atheismo. Os meus intuitos eram declaradamente oppostos. A propria função do mestre, estremada assim do ministerio sacerdotal, na primeira instrução da mocidade, se mantinha vinculada á cultura parallela do sentimento religioso pela obrigação de o não melindrar. É o que eu ac-

centuava, encarecendo e transcrevendo o projecto legislativo submettido, em 1855, ás camaras hollandezas, no art. 21, no qual se estatua: "A instrucção deve servir para desenvolver os sentimentos moraes e religiosos. Os instituidores abster-se-ão de ensinar, praticar, ou autorisar qualquer coisa, que possa offender ás crenças religiosas dos meninos inscriptos na sua escola". Taes as idéas que eu sustentava, ha trinta e tres annos, naquelle meu livro, hoje contra mim tão explorado, sobre o concilio do Vaticano, idéas que reiterei, em 1882, no meu proprio projecto de reforma geral do ensino, e, em 1895, na minha conferencia de 22 de fevereiro, na Bahia, em beneficio dos orphãos do Asylo de Nossa Senhora de Lourdes.

RUY E RELIGIÃO

FONTES

Bem vêdes que ha mais de trinta annos apostoliso a liberdade religiosa "como nos Estados Unidos". Depois continuei, sem quebra, a preconizar essa idéa: em 1882, na camara dos deputados: em 1893, nas conferencias da Bahia e no "Jornal do Brasil"; em 1895, nas "Cartas da Inglaterra"; em 1896, na minha "Resposta" ao Conde de Affonso Celso; em annos posteriores, no meu discurso ao Senado sobre a Legação do Vaticano; mais tarde, ainda, na "Imprensa"; afinal, em 1903, no Collegio Anchieta.

SYNTHESE DO SEU PAPEL NA LIBERDADE RELIGIOSA

A liberdade religiosa, como nos Estados Unidos, é, no Brasil, uma formula minha, da minha antiquissima iniciativa, da minha intensissima propaganda, a que tenho volvido com tenacidade, sempre que neste paiz se discute a hermeneutica das nossas leis constitucionaes, no tocante ás relações entre a republica e os cultos.

*(Trechos das Conferencias na Bahia
e em Minas, em 1910).*

NOTA

Os trechos aqui transcriptos dispensam todo e qualquer commentario. São a historia mais autentica que se podia desejar do regime da separação, cujos beneficios a propria Igreja é a primeira a reconhecer.

A historia do catholicismo no Brasil, durante o regime imperial, é o do seu deperecimento, do seu divorcio da consciencia popular. Glorioso e triumphante nos primeiros periodos da nossa vida, com a geração dos grandes jesuitas que nos moldaram o character e crearam as formulas moraes dentro das quaes estamos vivendo, o catholicismo não resistiu ao envenenamento pombalino, que o pretendia transformar numa dependencia do Estado. O sinistro e obtuso marquez, cujo genio de estadista não passa duma criação de escribas estipendiados, laicisou o clero, apontando-lhe como missão precipua intervir na politica e na administração. Data dahi a desvirtuação sacerdotal que encheu o Brasil dezoitocentista de pombalistas de batina. Creou-se um typo de padre brasileiro racionalista, libertario, politiqueiro, isto é, a negação da propria missão sacerdotal. Reduziam a sua actividade a engrolar o latim nas cerimonias e embolsar as esportulas. O mais do tempo que lhes sobrava, dedicavam-no á politica, á conspiração, ao palanfrorio revolucionario. O seminario de Olinda, cujos estatutos reproduziam os da Universidade de Coimbra, a grande officina do racionalismo lusitano, formou a geração dos padres que iam tomar parte nos movimentos insurreccionaes do paiz. A Revolução do Equador foi uma revolução de padres, numerando-se em mais de vinte os que contava nas suas fileiras. A politica imperial no assumpto seguiu sempre a tradição de Pombal. Dahi o embate com d. Vital e d. Antonio de Macedo Costa, na celebre questão dos bispos em que saiu tão mal ferida a dignidade do Imperio. Coube á Republica extirpar nas raizes o pombalismo. O acto que separou a Egreja do Estado

libertou-a do virus que a contaminava e a fé pôde propagar-se na linha dos seus destinos.

A questão do ensino religioso nas escolas, desde o momento em que não seja obrigatorio, não significa adhesão do Estado á Igreja. Representa apenas o reconhecimento de que a parte mais importante da educação é a moral, a que forma homens de elite dentro de uma religião, cujos principaes dictames são acceitos por todos os outros credos civilizados em todos os continentes e latitudes.

Propagandistas do protestantismo ha pouco tempo exhumaram velhos trechos truncados do "O Papa e o Concilio", pretendendo provar tanto o atheismo de Ruy, como o seu absoluto divorcio da religião catholica.

Já longamente esplanei esse caso de consciencia, quer na *Formação Espiritual do Brasil*, quer no prefacio da "*Cartas da Inglaterra*".

Inutil será negar que Ruy pagou tributo á crise que o racionalismo Cartesiano, sob differentes avatares, desencadeou sobre o seculo XIX. Elle mesmo o confessa no seu celebre trecho :

"Mas, em todos esses pontos, é sempre do menos para o mais, supponho eu, do mal para o bem, ou do bem para o melhor que tenho mudado, ou feito por mudar, com especialidade nos trinta e tres annos que vêm da agonia do outro regime a isto, que não sei como se chame, do actual.

Onde, porém, creio se perceberá differença mais sensivel, é nos sentimentos religiosos. Profunda e inalteravelmente christãos foram elles sempre. Mas quem

ler o *Diario de Noticias*, como quem leia *O Papa e o Concilio*, ou o *Discurso da Maçonaria*, verá quanto vae do homem de 1876 e 1819 ao de 1903, 1919 e 1921: o da oração do paranympo no Collegio Anchieta, o da oração do jubileu na Missa Campal, o do discurso paranympico em S. Paulo”.

Mas, pouco a pouco, a evolução de Ruy foi-se processando no sentido contrario. As conquistas da sciencia, que pareciam apenas augmentar o campo do materialismo, foi-se pouco a pouco vendo que operavam em sentido contrario. Todos os axiomas scientificos e todas as noções tidas e havidas como definitivas sobre a materia, a força e a vida soffreram embates profundos. As grandes descobertas da physica e da electricidade aboliram os velhos canones da sciencia materialista. Os axiomas de Buchner e Darwin ruiam fragorosamente. Os raios X lançaram por terra a theoria da densidade dos corpos, os raios Roentgen transformaram as noções da luz; os raios Marconi devassaram um mundo novo, que revolucionou todas as noções de espaço, de vibração, de optica, de acustica e de distancia.

Sobre as ruinas dessa que podemos chamar escolastica materialista, senhora absoluta dos espiritos até nossos dias, levanta-se um novo mundo, que começa a dealbar no horizonte. Presente-se o dia em que o Cosmos começará a ser estudado sob um aspecto novo, tão differente do antigo quanto o laboratorio de Edison da cella de um alchimista. Dia a dia a sciencia vae reduzindo as suas incompatibilidades com o livro da verdade revelada, a Biblia, que de instante a instante

se vae vendo comprovada pelas descobertas da archeologia. Duvida-se da estrella de Belem. Mas a astronomia vem com os seus calculos e declara: é o cometa de Halley que nesse momento apparecia no céu da Palestina. Duvida-se da trucidação dos phenicios pelo povo de Israel: encontram-se inscripções na America, onde se diz claramente que elles emigraram para fugir á matança ordenada por Salmanazar. E seria multiplicar ao infinito as citações se quizessemos mostrar os pontos em que a exegése moderna confirma o Livro dos Livros. Por esse caminho, o consorcio entre a sciencia e a religião se torna possivel. Ha um grande argumento contrario: o da duvida, que a crença parece proscrever. Sem essa lampada é impossivel penetrar nas galerias do conhecimento. A duvida é a mãe e a musa de toda a civilisação. Mas o proprio Vaticano não a fulmina com o seu anathema. Em todo o corpo da sua doutrina só ha uma região vedada á sua exploração — a do dogma. O estudioso que se não quizer divorciar da crença tem, portanto, um territorio immenso a explorar; sobram-lhe todos os departamentos que não entendam com a parte defesa.

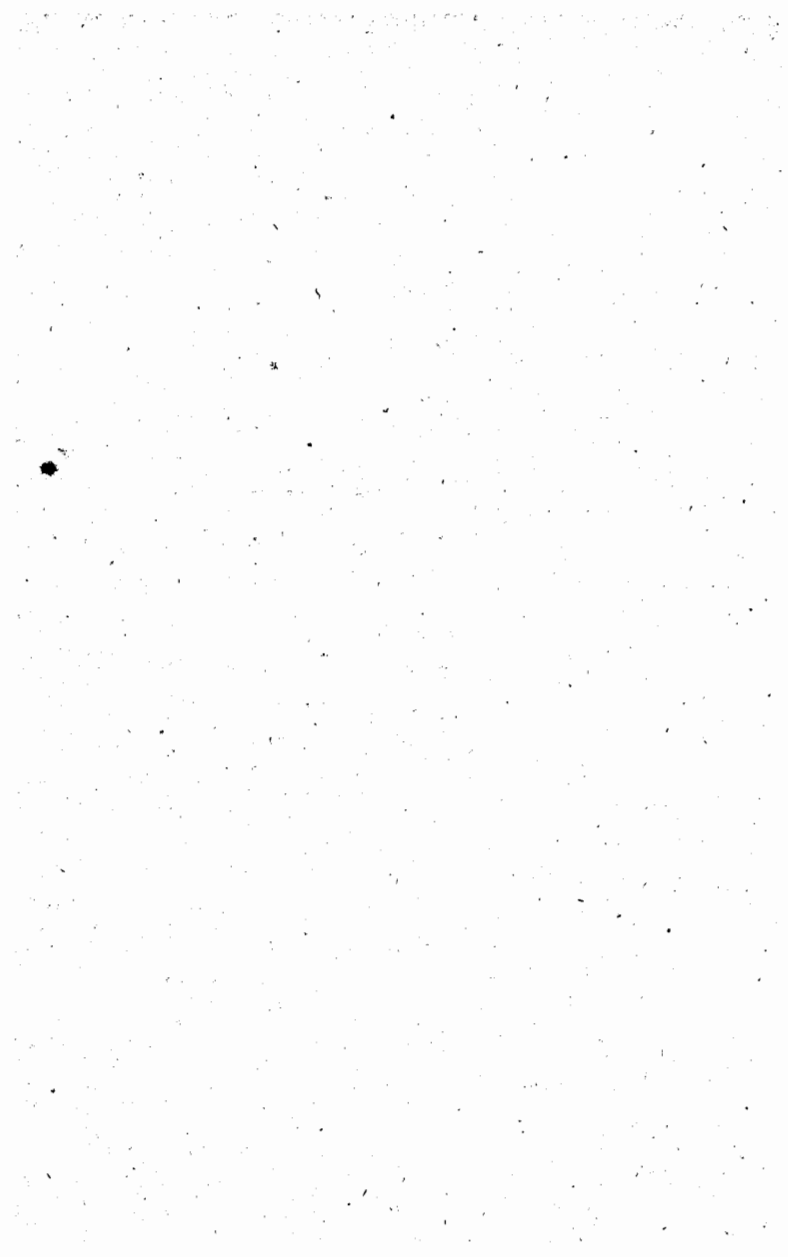
Será talvez bom repetir, para acabar com as explorações, que Ruy abjurou "O Papa e o Concilio", obra da mocidade, desarticulada do nucleo da sua producção constructora. Como catholico viveu, como catholico procedeu, como catholico morreu. No seu glorioso declinio, no radioso crepusculo de uma existencia, cujas ultimas horas tiveram clarões desconhecidos á sua alvorada, integro de todas as faculdades, escrevendo e pensando como nunca dantes pensara, a fé recebida dos paes lhe revivesceu num rosal de sentimen-

tos, a que o fim proximo dava toques de uma quasi santidade.

A calumnia, porem, é tão impenitente como o interesse. "O Papa e o Concilio" ainda ha de ser citado muitas vezes, como prova do atheismo de Ruy. Mas ahi fica um documento, que se pode ignorar mas não destruir — o do meu testemunho.

IV

Força e direito



CONCEITO MATERIAL DA LIBERDADE

RESPOSTA AOS QUE A DESDENHAM

A que viria aqui o estrangeiro, o desconhecido, o incompetente?

Senhores, a trazer á soberania da grandeza argentina o tributo da obediencia de um coração livre, que não sei se vos deve mais hoje nas honras desta solennidade, quando me recebeis como o mensageiro do meu Governo e da minha nação, ou ha vinte e tres annos, quando não negastes ao expatriado o asylo da vossa hospedagem, o refugio das vossas leis, a segurança da vossa protecção. Foi então que as leituras do meu exilio me levaram a estrear os volumes do vosso Alberdi, o primeiro escriptor vosso que me pôz em communhão com o pensamento liberal argentino, e que, não obstante as suas pre-

venções anti-brasileiras, cada vez mais admiro, e ainda hoje tenho por uma das intelligencias mais selectas da literatura americana. O illustre tucumano, uma das glorias da antiga Universidade de Buenos Aires no segundo quartel do seculo passado, por duas vezes, nos máos dias de sua terra, experimentou as tristezas de foragido, indo buscar, successivamente, em Montevideo e no Chile, á sombra do agasalho estrangeiro, o abrigo, onde exercer os seus direitos de pensar e escrever livremente.

Foi em condições como essas, que vim conhecer, em 1893, as plagas argentinas. "Yo dejé mi pais", dizia elle mais tarde, "yo dejé mi pais en busca de la libertad de atacar la politica de su gobierno, quando ese gobierno castigaba el ejercicio de toda libertad, como crimen de traicion á la patria". Não lhe bastava, como a outros, "el deseo de ser libre". Não tinha para com a liberdade esse "amor platonico". Era "de un modo material y positivo" que lhe queria. "Amo-a, para a possuir", accrescentava. "La amo, para poseerla... Pero no hay mas que un modo de poseer su libertad, y ese consiste en poseer la siguridad completa de si mismo. Libertad que no es seguridad, no es garantia, es un escollo".

Era assim que a definia a Inglaterra, que a definem os Estados Unidos, e o espirito argentino, interpretado nos escriptos de um dos seus mais luminosos pensadores, já então não a sabia definir de outro modo. "La civilizacion politica es la libertad. Pero la libertad... no es otra cosa que la seguridad: la seguridad de la vida, de la persona, de la fortuna. Ser civilisado, para un sajón de raza, es ser libre. Ser libre es estar seguro de no ser atacado en su persona, en su vida, en sus bienes, por tener opiniones desagradables al gobierno. La libertad que no significa eso, es una libertad de comedia. La primera e ultima palabra de la civilisacion es la seguridad individual".

Toda a civilização, pois, se encerra na liberdade, toda a liberdade na segurança dos direitos individuaes. Liberdade e segurança legal são termos equivalentes e substituíveis um pelo outro. O estado social que não estriba nesta verdade, é um estado social de oppressão: a oppressão das maiorias pelas minorias, duas expressões em substancia irmans, da tyrannia, uma e outra illegitimas, uma e outra absurdas, uma e outra barbarisadoras. As Republicas latinas deste continente, que se desnaturaram das suas constituições mais ou menos livres, e

se afundaram na selvageria, não devem essa infausta sorte, senão á desgraça de menosprezarem e não praticarem este singelissimo rudimento de philosophia constitucional.

Olvidada ou abolida essa noção elementar, os Governos, dedicados pelas suas cartas á forma republicana, mas realmente assentados na intolerancia, derivam acceleradamente para esse estado singular de chronicidade na epilepsia, cujos phenomenos o sr. Lucas Ayarragaray descreveu com lampejos de Tacito no seu livro *La Anarquia Argentina y el Caudillismo*, e um dos vossos maiores historiados, o sr. Vicente Lopez, caracterisou em termos frisantes, quando se occupa, na sua grande *Historia de la Republica Argentina*, com "el descenso fatal del organismo politico hacia la tirania absoluta".

A dominação hespanhola não havia apparelhado os povos, como a colonisação britannica da America do Norte, para o regime da liberdade. Da sujeição absoluta ás fórmulas embryonarias da obediencia passiva não se havia de chegar, sem transições dolorosas, á autonomia no governo do povo pelo povo. A semente cultivada pelo truculento despotismo dos reis absolutos germinou logicamente no brutal despotismo dos caudilhos. Dahi "esse poema

barbaro” de servidão e da desordem, essa “subversão cyclopea”, a “gauchocracia”, que requintam a anarchia até a demencia, exaltam a crueldade até o delirio, produzem a mashorca e o caudilho, tingem de sangue a historia dos pampas, e, com a superstição de um militarismo selvagem, com os costumes de um partidarismo atroz, dividem a sociedade em verdugos e proscriptos, classificam os cidadãos em patriotas e traidores, enthronisam no poder os mandões sanguisedentos, e ermam de espiritos cultos o paiz, provocando com elles o desterro, onde rutilam, em constellações deslumbrantes, as vossas estrellas de primeira grandeza: os Sarmientos, os Alberdis, os Rivadavias, os Tejedores, os Lopez, os Mitres, os Varelas, os Canes, os Echeverrias, os Lavalles, os Gutierres, os Indartes, os Irigoyens e tantos outros, onde se concentram, e de onde se derramam os raios mais luminosos da intelligencia argentina.

Todos os que não se alistam nessa demagogia de crueza e pilhagem, estão “fóra da protecção das leis”, são “execrandos criminosos”, nutrem “sentimentos infames”, passam pelos “entes mais vis da sociedade”, formam a categoria dos “immundos” e “selvagens”. Na litteratura virulenta, que emana desses paroxysmos

sinistros, a plethora do odio fratricida introduz esse vocabulario monstruoso, onde cada ultraje reflecte as paixões mais tenebrosas da vesania da força, armada com as "faculdades omnimodas", as dictaduras tumultuarias, os plebiscitos grotescos, em que a unanimidade dos votos recolhidos pelo Terror corôa "os restauradores das leis", e os decretos de traição, que fulminam os mais nobres representantes da cultura juridica, então nascente ainda, mas já viva, exuberante e radiosa.

A FORÇA E O DIREITO

O FAIR PLAY

A sociedade humana, escrevia o anno passado um autor americano dos mais notaveis, não pode estribar em ultima alçada na força. Quando numa eleição os republicanos votam, pondo fóra do poder os democratas, de onde fiam elles que os democratas entregarão o poder? Do Exercito e da Marinha, direis. Mas quem manda no Exercito e na Marinha, quem dispõe desses instrumentos do poder são os democratas, que se acham no Governo. Não ha outra segurança de que os democratas delle desçam, e entreguem esses instrumentos de poder; não ha outra, senão o accordo, a convenção existente nas leis. Se elles não estivessem por esse accordo, os republicanos levantariam um Exercito de insurgentes, para tanger do Go-

verno os democratas, precisamente como occorre em certas republicas sul-americanas: obtido o que, occupariam o poder, até que os democratas, por sua vez, reunissem outro Exercito. De maneira que a sorte reservada aos Norte-Americanos seria, dest'arte, a mesma dos outros paizes, onde as revoluções succedem uma á outra, de seis em seis mezes. O que o evita é, unicamente, a confiança geral, que todos nutrem de que nenhum dos parceiros ha de falsear as regras do jogo. Forçoso é confessar que se estende a mesma convenção ao campo das relações internacionaes; e o militarismo não perecerá, senão quando vier a ser geralmente reconhecida a necessidade para as nações de se regerem pela mesma norma. Toda a esperança de que elle acabe por se extinguir está em vermos triumphar uma doutrina melhor, reconhecendo-se que a lucta pelo ascendente militar deve ser abandonada, não por uma só das partes, mas por todas. Prescreva-se o anarchismo internacional, a theoria de que entre as nações não existe sociedade, preferindo-se esse erro ao reconhecimento franco de um facto obvio, qual o de que as nações formam uma sociedade, e de que esses principios, onde toda a gente assenta a esperança da estabilidade da

civilização dentro em cada Estado, se devem applicar egualmente como a unica esperanza de se manter a civilização nas relações dos Estados uns com os outros.

Para fazerem do direito da força e da excellencia da guerra os dois polos da civilização, necessario será levarem ao mundo superior da consciencia as devastações, com que se tem assolado o mundo, onde reinam as conquistas materiaes do nosso progresso. Abala-se pelos seus fundamentos a razão humana, destruindo as fronteiras que separavam o bem e o mal, o justo e o injusto, a violencia e o direito. O mundo está farto de ouvir cantar em todos os tons de enthusiasmo a apologia do exterminio systematisado. Mas, quando, para caracterização da guerra não chegassem as maldades innominaveis, que essencialmente a definem, qualificada estava ella de sobra, sem mais nada, com essa aberração, que inventou, em beneficio dos interesses da guerra, o privilegio de legitimar a immoralidade, e que, deste modo, põe em conflicto duas moraes antagonicas, uma reservada aos fortes, com a garantia executiva das armas, outra consignada aos fracos, com a miseria da sujeição illimitada ao capricho dos fortes.

Não existia a moral, senão, justamente, para moderar os grandes, e escudar os pequenos, refrear os opulentos, e abrigar os pobres, conter os fortes e garantir os fracos. Com a dualidade que introduziram, porém, na concepção da moral, a força e a guerra, apoderando-se do mundo, assentaram a moral no dinheiro, na soberba e no poder, fizeram da moral a humilhação, o ergástulo, o captiveiro dos fracos, dos necessitados e dos pequenos. Duplicando a moral, aboliram a moral; e como a moral é a barreira das barreiras entre as sociedades civilizadas e as sociedades barbaras, abolindo a moral, proclamaram implicitamente por ultimo destino do genero humano a barbarie. Barbarie servida pela physica e pela chimica, barbarie adulada pelos sabios e doutos, barbarie dourada pelas artes e letras, barbarie disciplinada nas secretarias e quarteis, barbarie com a presumpção da sciencia e o genio da organização, mas nem por isso menos barbarie, antes, por isso mesmo, barbarie ainda peor. Maldita seja a guerra, que reduzindo a moral a lacaia da força, rebentou o senso intimo dos povos, e envolveu em trevas a consciencia de uma parte da humanidade.

PROPHECIAS

COMMUNISMO

Uma commoção tal, por mais horrenda que haja sido a guerra, vem a ser ainda cem vezes mais sinistra. Porque não é a fraternidade: é a invasão do odio entre as classes. Não é a reconciliação dos homens: é a sua exterminação mutua. Não arvora a bandeira do Evangelho: bane a Deus da alma e das reivindicações do povo. Não dá treguas á ordem. Não conhece a liberdade christan. Dissolveria a sociedade. Extinguiria a religião. Deshumanaria a humanidade. Everteria, subverteria, invertaria, a obra do Creador.

Ora, senhores, taes cataclysmos não vêm ao acaso, nem de improviso. Resultam, necessariamente, da mais longa actuação de

causas continuadas. Na Russia e na Allemanha o que os originou foi a inveteração das autocracias, isto é, a soberania do arbitrio, da irresponsabilidade e da oppressão, eternisados e inalteraveis.

REVOLUÇÃO OU DISSOLUÇÃO?

Hoje, no mundo, já não ha revoluções: ha dissoluções. Para evitar as dissoluções, fazem os governos as revoluções por meio de ousadas reformas, e medidas transcendentas. Na ausencia destas, as nações estacionarias não se revolucionam: decompõem-se, vão se dissolvendo num estalar crescente de todas as juntas do apparelho social.

A revolução regenerava, sancava, renovava. A dissolução envelhece, desorganisa e mata. A revolução alterava as formas do Estado, exterminava os privilegios, consolidava a liberdade, assentava a soberania do povo; mas sobrepunha a todos os poderes constituídos a lei, a justiça, o direito. A dissolução pela anarchia rejeita a sociedade, rejeita a religião, rejeita a Patria; rejeita a historia, substituindo tudo pela méra inversão dos factores da injustiça social.

BOLCHEVISMO

Assim que, senhores, já não é hoje a anarchia uma palavra, um mal vago, remoto, exótico, dominavel pela força organizada. É uma allucinação reduzida a pratica. É um pesadelo introduzido na vida real. É uma contingencia imminente, um perigo á porta, e poderia vir a ser, de um momento para outro, uma realidade actual. Toxico subtil nas combinações debaixo das quaes se propina á consciencia dos humildes, sente-se menos nas alturas, porque, nas suas tendencias geraes, participa da natureza de certos gazes pesados, como o oxydo carbonico, que gravitam para as camadas baixas do ambiente, e rastejam com a morte pelo chão. Mas por toda a parte se infiltra, em toda a parte se acha, e de toda a parte ameaça.

O mundo inteiro o está sentindo. O mundo inteiro contra elle se reveste de forças moraes, elevando as suas leis, democratisando as suas constituições, entregando aos povos a solução dos seus problemas.

Só o Brasil não vê. Só o Brasil diverge. Só o Brasil recua. Só o Brasil se acastella na mentira de uma rotina conservadora, com que

a industria politica mascara os interesses da sua estabilidade. Só o Brasil renuncia a ter um governo de legalidade, honestidade e liberdade, para se offerecer ao mundo no espectaculo de uma nação de vinte e cinco milhões de almas de baixo dos pés de *sete acrobatas* da feira politica.

1932

Ai do povo, que se não envergonha de tal farça! Ai de nós, brasileiros! Ai de vós, classes conservadoras! se não souberdes levar a nação brasileira á sua reintegração na posse de si mesma. Não são unicamente as nossas instituições as que periclitam: é a sociedade toda; é toda a ordem humana e divina, abandonada ás ondas estrangeiras, que para nós avançam: as ondas barbaras da desordem, ou as ondas subtis da colonisação politica. Anarchia, ou protectorado. Protectorado, ou anarchia. Eis a formula do nosso proximo destino. Se o Brasil não acorda. Se a nação não se reconquista a si mesma. Se um grande povo não se envergonha de se deixar cavalgar e deshonrar por uma ciganagem pernostica e desabusada, a verdade é esta, senhores, eu vol-a annuncio em

toda a sua tremenda gravidade: ou o Brasil entra imediatamente numa reconstituição profunda, ou começa imediatamente a entrar numa phase, de que não sairá nem com as suas instituições, nem com a propria honra da sua situação internacional intacta.

NOTA

A revolução de outubro e o bolchevismo ahi estão retratados.

PROPHECIA DO CHAOS ACTUAL

O retrocesso que, com esta situação funesta, obra unicamente sua, acaba de operar na civilização a politica alleman, dá-lhe um character de antagonismo com o seculo em que ella pretendia gravar o sello do seu nome, apresenta-a, aos olhos da maioria das nacionalidades, como o inimigo universal da paz, da liberdade, do direito, e ha de ligar á sua responsabilidade as desorganisações, as revoluções e as maldições, que da recrudescencia dos armamentos derivarão, necessariamente, para o mundo, se, com o termo desta lucta, não se resolver o problema da justiça internacional e da ordem internacional, assentes em convenções inviolaveis, cuja observancia o concurso dos povos civilizados assegure, contra as ambições turbulentas de todos os continentes.

PROPHECIA DA CRISE ECONOMICO-FINANCEIRA DE HOJE

Dirão que a guerra estimula a industria e commercio? Às vezes, mas passageiramente. Foi o que occorreu, por exemplo, depois da campanha russo-japoneza. Paizes houve, como os Estados Unidos, cujas vendas ao Japão, á Russia e á China cresceram após essa guerra. Mas á excitação succedeu, logo em seguida, uma depressão profunda. Matara ella centenas de milhares de homens, empobrecera milhões: e os dois paizes abatidos com a sangria tiveram de economisar por muitos annos na proporção correspondente ao decrescimento dos seus recursos com os sacrificios da lucta. Naturalmente é o que succederá tambem, passada a guerra actual.

(Trechos da Conferencia realizada na Faculdade de Direito e Sciencias Sociaes de Buenos Aires, em 14 de julho de 1916).

O IMPREVISTO

Todos estes actos da soberba allucinada se teriam successivamente consummado, ou se estariam consummando, se a guerra de 1914 não houvesse encahado no milagre belga, no imprevisto britannico, na renascença franceza, no renovamento russo; se tivesse logrado ser a guerra, que elles sempre scismaram no seu desprezo das outras nações, a guerra que um allemão do seculo XIX, o Professor Heinrich Leo, tinha por certo seria a do advento da Allemanha ao seu logar de primazia: “uma boa guerra”, como elle dizia, “uma boa guerra esperta e divertida, que, atravessando com furor, a Europa, sirva de crivo, para alimpar a nação, e nos descarte da canalha escrofulosa, que, tomando espaço, o cerceia aos outros”.

Não o foi. Não pôde ser a guerra expedida e lêda, célere e triumphal, que elles sonha-

vam, uma guerra terminada, segundo o annuncio de Cesar, antes que as folhas daquelle outomno acabassem de cair, e as tropas vencedoras houvessem esgotado as adegas da Champaña, com a espuma de cujas ultimas botelhas teria sido tão galante regar a victoria sem contratempos. Serviu, sim, de crivo á nação que a declarou: mas, em vez de ser para lhe defecar as veias de sôro corrupto, foi para lhe espremer, coado nas putridas cubas da morte, o mais e o melhor do seu sangue, deixando, ao cabo, na joeira funesta, como restos da escolha, com os mutilados, os invalidos, os decrepitos, os inuteis, gerações debeis, e combalidas, origem de outras gerações combalidas e debeis. Atravessou com furor a Europa, mas, em vez de ser para encontrar a ralé carcomida de alporcas, pela qual as suas espadas cuidavam passar como lancetas e vasculhos, foi para se defrontar com uma França maior que a da Revolução e a de Bonaparte, com uma Inglaterra maior que a de Wellington e a de Nelson, com uma Russia maior que a da campanha de Napoleão e a do incendio de Moscou, com uma Italia maior do que todo o seu passado, com uma Belgica maior do que toda a sua civilisação, com uma Europa reerguida, retemperada, renascente, com a re-

constituição de uma grande potencia militar na Republica franceza, com a improvisação de uma grande potencia militar no imperio britannico, com a reorganisação de uma grande potencia militar nos dominios moscovitas, com a revelação de uma grande potencia militar no Reino italiano, e com a surpresa de uma grande vitalidade militar na industriosa familia belga. De modo que, por todos os lados, o horizonte se lhe escurece, o terreno se lhe accidenta, os obstaculos se lhe amontoam, os calculos se lhe mallogram, a victoria lhe escapa, e, certa, a espera a ruina dos seus projectos.

(Trechos da Conferencia no Theatro de Petropolis, em 17 de março de 1917).

NOTA

Nada varia mais do que o conceito das palavras. O vocabulo fica o mesmo, porém tem phases prolongadas de differenciamento. Qual a liberdade de Montesquieu? Qual a de Locke, no famoso livro que foi a base da Constituição americana? Sobre cada uma dessas accepções poder-se-ia escrever um livro. Tanto para Montesquieu como para Locke a liberdade era um conceito politico resultante do jogo harmonico dos poderes, uma especie de atmosphaera ou de ambiente

creado pelo bom funcionamento do mecanismo do Estado. A liberdade de Rousseau era já outra coisa: um sentimento innato no homem, que nascera bom, que faria da terra uma mansão edenica se as convenções sociais não o afastassem da sua verdadeira natureza.

Encarada pelos philosophos e pensadores, a liberdade circumscrevia-se ao campo restricto das especulações philosophicas. Coube á Revolução Franceza transportar-a do campo da theoria para o da pratica. Liberdade foi o primeiro lemma de 93. Quem poderá definir a liberdade da Revolução Franceza? Ninguém. Nem elles mesmos, os chefes, os arautos que a transformaram na mãe da guilhotina. Esta, pelo menos, a impressão mais sensível daquelles tempos. A liberdade, em França, aboliu franquias e privilegios, e abriu theoreticamente o caminho de todos os postos. Mas não deixou ao mundo uma interpretação razoavel daquillo em que consistiam as suas conquistas.

A Inglaterra sempre concebeu a liberdade de um modo menos amplo e theatral.

O inglez gosa de uma autonomia cujos limites são fixados por leis escriptas e consuetudinarias, que nenhum arbitrio poderia desconhecer ou derogar. Todos os direitos dos subditos britannicos, quer os civis, quer os politicos, estão abrigados á sombra dessa tuteia secular.

A França revolucionaria, a França que plasmou á sua imagem e semelhança as republicas sul-americanas, fez da liberdade um nome irascível e truculento, mas indefinível. Todas as reivindicações desse rebanho de Panurgio tiveram e têm por divisa a palavra

liberdade. Mas, como a traduzem na pratica os novos girondinos ou os novos jacobinos?

Toda a America do Sul gosa da mais completa liberdade, nas constituições, é sabido. Mas, quem dispõe dessa liberdade, a seu bel prazer, é o general que galgou a presidencia por um golpe de mão ou o politico que á mesma ascendeu por um corrilho de interesses. As opposições, então, vêm o que significa realmente essa palavra. Não ha direitos adquiridos. Não ha direito. Os tribunaes se agacham aos pés do senhor do dia, em nome da razão do Estado, chancellando com a sua autoridade os maiores abusos e crimes. E a Liberdade continúa sorrindo no seu throno de flores entre os applausos dos despotas e seus sequazes.

O Brasil não podia escapar á regra commum. Paiz da mais ampla liberdade pela sua magna carta, ao primeiro alvoroço duma mudança politica, cessam todos os direitos dos vencidos, transformados em párias. As mais sagradas garantias individuaes desapparecem ao primeiro capricho e vê-se, então, que a tal liberdade não passa de eterna armadilha architectada pela astucia dos politicos, contra a credulidade dos ingenuos.

Convem procurar sempre e cada vez mais definir o conceito da liberdade. A liberdade é o direito de não se fazer alguma coisa senão em virtude de lei. A liberdade é a plena autonomia individual, que só conhece por limites a norma juridica. A necessidade das necessidades, numa nação, é a Justiça. O complexo dos seus preceitos fielmente observados é o que assegura a todos e a cada um a liberdade. Na boa distribuição da justiça reside o segredo das nações

prosperas e, mais do que isso, das nações livres, se me permitem a redundancia, uma vez que nações prosperas não pode haver que não sejam livres.

A liberdade, portanto, é um conceito, em ultima analyse, juridico. Liberdade politica não pode haver senão dentro de raias restrictas. Mas estas, ao menos, que se conservem e respeitem.



V

O Mundo Internacional



INTERPRETAÇÃO DO SEU PAPEL EM BUENOS AIRES

Pela ordem constitucional e pela patria é que estaes aqui reunidos, concidadãos meus. Não me enganava eu em me crer o vosso mais fiel interprete, quando, em julho do anno passado, na grande capital argentina, depois de concluida a minha missão diplomatica, ergui a voz para combater em nome da lei internacional a falsa neutralidade, que violava essa lei grosseiramente, assistindo impassivel ao desmoro-namento systematico das convenções de Haya pelo martelo dos hunos.

Desejaria ter errado. Congratular-me-ia hoje commigo mesmo de ter então visto e previsto o mal. Mas, ponto por ponto, em todo o meu ver e prever, me deu a mais estrondosa razão o curso dos successos. É que era facil ver e prever, quando não se tratava senão de applicar o bom senso á intelligencia dos aconte-

cimentos e as leis moraes á deducção das previsões. As leis moraes e o senso moral não podiam falhar num dos casos mais obvios de sua applicação, a que tem assistido a historia da humanidade. O diagnostico e o prognostico estavam ao alcance da menos intrincada medicina. Mas os interesses do egoismo politico turvaram a razão dos grandes Esculapios, e o mundo neutro está hoje quasi todo no vórtice da conflagração, porque os guias das nações não souberam oppor, em tempo, ao menos no terreno moral de um protesto generalisado, a resistencia do genero humano ao desvario do prussianismo.

Não foi a guerra o que eu préguei em Buenos Aires: foi a evidencia da solidariedade entre os povos não atacados e os povos atacados na causa da legalidade internacional, que estes representavam. Não foi a guerra o que ali sustentei: foi a lei de correspondencia inevitavel entre a segurança dos neutros e a reivindicção do direito constituido, cuja queda o kaiserismo proclamava. Não foi a guerra o que eu advoguei naquella solennidade memoravel; foi a união resoluta dos neutros em reprimirem, com um acto colectivo de reprovação absoluta, a insurreição do pan-germanismo

contra a existencia de todas as nações independentes.

Se logo ás primeiras explosões da revolta insana contra o direito constituido nas convenções de Haya, dizia eu “os signatarios dessas convenções levantassem o clamor publico da censura universal contra o arrojo das paixões embriagadas no delirio do orgulho, a torrente da desordem ter-se-ia moderado se não recuasse”. Minha convicção era, e continua a ser agora, ainda mais energicamente, que a selvageria germanica recuaria deante dessa barreira formidavel. Ora, para começar a erigil-a, não se requeria a iniciativa das grandes potencias, das potencias armadas. Todas as nações eram obrigadas a esse movimento, porque todas eram contrahentes nos actos juridicos de Haya, todas por elles deviam acudir quando violados, todas prevaricariam, repudiando esse dever, commum a todas.

Como ellas, o Brasil prevaricou, em seu proprio damno, e a sua prevaricação mal se attenúa, por brilhar em tão luzida companhia. Entre as nações, como entre os individuos, os grandes, pela sua mesma grandeza, podem contar mais com o seu poder que com o seu direito. Mas os pequenos só com o seu direito podem

contar contra a soberba dos poderosos. Nesta situação, porém, dominada pelos mais altos interesses humanos, qualquer que fosse a nacionalidade, cuja voz se levantasse, impor-se-ia, determinaria, arrastaria o concurso das outras. Se viesse a ser o Brasil, esse Brasil do valor moral de cujo rompimento de relações com a Alemanha tantos encarecimentos agora se tecem na Europa e nos Estados Unidos, — se viesse a ser o Brasil, a sua attitude repercutiria em todo o continente, a opinião publica, já em brasas na grande republica da America do Norte contra as vacillações do seu governo, se elevaria a uma altura de pressão decisiva, as outras democracias americanas nossas irmans se lhe seguiriam, e a insolencia aggressiva do germanismo entraria em vasante.

Os dois annos de liberdade, que se lhe deixaram com a criminosa connivencia de todos os governos neutros, essa larga tolerancia, essa cumplicidade monstruosa o acoroçaram, de vesania em vesania, até á systematisada exterminação do povo belga, á liberdade cynica da guerra submarina e ao privilegio bestial assumido pela derrota de assolar, na retirada, as regiões abandonadas pela occupação militar.

Os neutros renunciaram ao papel glorioso de evitar, de atalhar, de represar essa inundaçào de crueldade. Mas a sua abstençào animou até ao extremo do extremo a demencia truculenta do inimigo do genero humano, incutindo-lhe coragem, para lhes lançar á cara o repto da guerra submarina.

Esse repto era a declaraçào geral de guerra a todos os neutros, porque era o pregão, deitado a todos elles, de que a Allemanha não distinguiria, nesse tratamento illegal e barbaro, entre o commercio das nações neutras e o commercio das nações belligerantes, de que as selvagerias allemans contra a propriedade commercial dos belligerantes se estenderiam á propriedade commercial dos neutros, de que no mesmo exterminio se amalgamariam os navios, as tripulações, os passageiros de todas as nacionalidades.

Então é que os neutros se lembraram de protestar. Um protesto em resposta á mais insolita de todas as declarações de guerra!

As declarações presumem-se reguladas pelas normas juridicas da guerra. A primeira das normas juridicas é a das immunidades reconhecidas ás populações e aos individuos não combatentes, principio da humanidade, que, desde Grocio, desde a primeira metade do seculo

dezeseis, se considera, em tempo de guerra, como a divisa capital entre a barbarie e a civilisação. O direito, assumido pela Allemanha, de metter a pique os vasos mercantes, sem aviso prévio, nem consideração de especie alguma para com as vidas humanas ali transportadas, abolia esse principio terminantemente, rasgadamente, desafiadoramente. Era, portanto, a declaração de guerra aggravada pela illegalidade, pela deshumanidade, pela brutalidade, pelo inaudito da provocação.

Essa opinião bastava, claro está, bastava ser minha, para não ser exacta. Mas, graças a Deus, é, afinal, a opinião sustentada hoje na gloriosa mensagem do presidente dos Estados Unidos e formulada na resolução do Congresso americano. Os Estados Unidos *não declaram* a guerra, acceitam, reconhecem, annunciam o estado de guerra já existente. Os actos da Allemanha importam no estado de guerra, a que a nação americana se submette.

Mas, esta situação não era, não é diversa da nossa. Não. Era, e é absolutamente a mesma situação do Brasil. Donde resultou, para os Estados Unidos, o estado de guerra, por elles reconhecido? Da nova formula de bloqueio instituida pelo governo allemão; o

bloqueio com a nota comminatoria do afundamento dos navios, sem prévio aviso, nem contemplação de ordem alguma com as vidas humanas. Da promulgação dessa formula, seguida pouco depois de actos de execução no torpedeamento de um vaso mercante americano, emanou, para o governo de Washington, a guerra em estado inevitavel de acção actual, a guerra decretada, não pela republica americana, mas pelo imperio allemão.

Este, porém, não intimou a formula selvagem do bloqueio, a comminação de exterminio dos passageiros e equipagens embarcados nos vasos mercantes, não dirigiu essa categorica ameaça unicamente á patria de Wilson. Ende-reçou-a a todos e a cada um dos neutros, communicou-a a todos os neutros e a cada um delles, endereçou-a especialmente, solennemente, ao Brasil, e, dahi a dias, a poz em effectividade com actos de execução crueis em um vaso mercante brasileiro, tres de cujos tripulantes morrem assassinados, num barbaro assalto naval, pelos corsarios allemães.

(Trecho do discurso pronunciado de uma das janellas do "Jornal do Commercio", por occasião da grande manifestação popular ao orador, na tarde de 14 de abril de 1917).

A NEUTRALIDADE

Nos tempos de hoje, senhores, com a internacionalisação crescente dos interesses nacionais, com a permeação mutua que as nacionalidades exercem umas nas outras, com a interdependencia essencial em que vivem umas das outras as nações mais remotas, a guerra já não se pôde insular nos Estados entre quem se abre o conflicto. Suas commoções, seus estragos, suas miserias repercutem ao longe, sobre o credito, o commercio, a fortuna dos povos mais distantes. E' mistér, pois, que a neutralidade receba uma expressão, uma natureza, um papel diversos dos de outr'ora. A sua noção moderna já não pode ser a antiga.

Até onde a concepção da neutralidade, pondera um escriptor norte-americano, "até onde essa concepção estriba no supposto de que as nações não participantes numa guerra nella

nada têm que ver, nem estão obrigadas a coisa alguma para com os belligerantes, e se podem isolar dos seus effeitos, essa concepção assenta numa serie de ficções. Pela expansão das suas relações mutuas, e com o argumento da reciproca dependencia entre ellas, as nações constituem, de facto, uma sociedade, e, reconhecidas as consequencias que nesse facto se envolvem, já não é possivel a neutralidade em sentido real, no caso de uma grande guerra”.

Nas condições actuaes do mundo, não ha meio, com effeito, para os neutros, “de se esquivarem a pagar duro tributo por guerras, em que não têm parte, nem responsabilidade”. As operações militares, com o bloqueio, o exercicio do direito de visita, a repressão do contrabando, sejam quaes forem as reservas e attentões com que procedam os belligerantes, hão de magoar e desgostar os neutros. Por outro lado, o commercio de armas e munições bellicas, exercido abertamente por nações neutras com uma das partes combatentes em detrimento da outra, estabelece differenças incontestaveis na maneira de tratar os belligerantes. Theoricamente a lei é de egualdade. Na pratica a desigualdade é flagrante. Póde succeder, como tem succedido, que, dadas as circumstancias da

lucta, esse concurso da industria dos neutros seja decisivo para a victoria de um dos lados: e, dest'arte, paizes pelos quaes não se considera nem se deve considerar violada a neutralidade, contribuem directamente para a superioridade militar de uma das partes belligerantes, em prejuizo da outra.

Daqui se concluirá que se devam reformar as leis da neutralidade, para vedar o commercio particular de armas entre os neutros e os belligerantes? Não; porque, para chegarmos ahi á egualdade real na observancia das leis da neutralidade, necessario seria cortar, não somente o commercio de artefactos militares, mas todo o commercio entre belligerantes e neutros. De outro modo, assegurado esse commercio a uns pelo dominio dos mares e tolhido a outros pelo bloqueio, o simples trafego de mantimentos que vão abastecer um dos belligerantes, não abastecendo o outro, póde actuar decisivamente para o anniquilamento dos bloqueados e o triumpho dos bloqueantes. Mas, levada até o extremo de suspender inteiramente o commercio com todas as nações em guerra, para estabelecer em todas um pé de egualdade absoluto, a neutralidade importaria na abolição do bloqueio, o que é absurdo; porquanto

seria desarmar, na guerra naval, combatentes das suas superioridades naturaes. Toda a neutralidade, pois, hoje, encerra em si restricções e differenças, que negam a neutralidade.

- Demais, instituida a prohibição absoluta d ocommercio de armas, o que lograva era unicamente assegurar á paz armada, ás conspirações de ambição militar resultados ainda mais certos.

As nações pacificas seriam, assim, mais facilmente victimas da sua desambição, da sua boa fé, da sua confiança na honra dos tratados. Não se poderiam valer, contra a guerra inesperada e subita, do recurso aos mercados productores de armamentos. Todas, portanto, se veriam obrigadas a dar-lhes, na paz, as maiores proporções para se acautelarem das surpresas da guerra; com o que a paz viria a tornar-se, cada vez mais e, inevitavelmente, um estado virtual de guerra. Não restaria, então, outra escolha na vida internacional, senão entre guerra e guerra: guerra aparelhada, ou guerra declarada, guerra imminente, ou guerra presente.

Não é, pois, nessa declaração absurda que se hão de alterar as regras da neutralidade; porque seria alteral-as em beneficio da milita-

risação do mundo. A reforma que urge submettel-as deve seguir a orientação opposta: a orientação pacificadora da justiça internacional. Entre os que destroem a lei e os que a observam não ha neutralidade admissivel. Neutralidade não quer dizer impassibilidade; quer dizer imparcialidade; e não ha imparcialidade entre o direito e a justiça. Quando entre ella e elle existem normas escriptas, que os discriminam, pugnar pela observancia dessas normas não é quebrar a neutralidade; é practical-a. Desde que a violencia pisa aos pés arrogantemente o codigo escripto, cruzar os braços é servil-a. Os tribunaes, a opinião publica, a consciencia não são neutros entre a lei e o crime. Em presença da insurreição armada contra o direito positivo, a neutralidade não pode ser a abtstenção, não pode ser a indifferença, não pode ser a insensibilidade, não pode ser o silencio.

Se o fosse, a obra de Haya não seria sómente um capricho futil: seria uma cilada atroz. Porque, descansados no supposto valor dos seus dictames como limites á força e garantias do direito, os povos se entregaram á expectativa do regime juridico ali cuidadosa-

mente regulado, para acordarem de repente ao troar dos canhões, que os despedaçaram.

Os Estados soberanos não se reuniram durante longos mezes na capital da Hollanda, para examinar didacticamente os problemas do direito internacional, e redigir em collaboração um manual theorico de direito das gentes. A Conferencia da Paz não foi uma academia de sabios, ou um congresso de professores e jurisconsultos, convocados para discutir methodos e doutrinas: foi a assembléa plenaria das nações, onde se converteram os usos fluctuantes do direito consuetudinario em textos formaes de legislação escripta, sob a fiança mutua de um contracto solenne. Desde então os Governos que o assignaram, se não se constituiram em tribunal de justiça, para sujeitar os transgressores á acção coercitiva de sentenças executórias, contrairam, pelo menos, a obrigação de protestar contra as transgressões.

A NOSSA NEUTRALIDADE

E' possivel que, a esse tempo, lamentassemos haver dado actualmente á noção de neutralidade a intelligencia desacertada e absurda, que hoje lhe attribuimos, pervertendo-lhe o alcance, e desnaturando-lhe os deveres com uma theoria, que invoca os interesses da nossa paz, como se estivessemos aconselhando a guerra, por querermos que se articule uma reclamação, que se lavre um protesto, que se enuncie um desaccordo, que se aponte, em summa, a lei transgredida, e se appelle para a obrigação contractual de a respeitar.

Não procedendo assim agora, como poderiamos, e deviamos, sem que um exercicio tão curial e singelo dos nossos direitos mais elementares, sem que um desempenho tão natural e innocente das nossas mais solennes obrigações internacionaes, as da solidariedade na ma-

nutenção das convenções de Haya, corresse o minimo risco de nos levar ás fronteiras da guerra, não procedendo assim, digo, renunciámos ao jus de recorrermos, algum dia, a essas disposições tutelares, quando houver quem contra nós as conculque, e prescindimos do reconhecimento das grandes nações ao sacrificio de cujos direitos legaes, consagrados por contractos em que somos parte, encolhemos os hombros.

Será que, desta maneira, obtenhamos, sequer, a complacencia dos transgressores conscientes e systematicos da grande lei, ás conveniencias dos quaes prestamos o auxilio da nossa impassibilidade á tortura dos tratados, em que somos tambem contrahentes? Não. Esses receberão com sobranceria o silencio, em que abafamos a nossa reprovação transparente, recebello-o-ão como homenagem de medo ao seu poder, e com alegria acolherão o abandono por nós do direito alheio, como certidão, que lhes damos, do obito dessas convenções, na mesma cova, na qual se sepulta, com ellas, a nossa defesa futura.

O PROTESTO SARAIVA

“A esquadra de sua majestade catholica, que hostilisa a Republica do Chile, bombardeou a cidade de Valparaiso, destruindo propriedade chilena publica e particular pertencente a subditos e cidadãos de potencias neutras. Este acto de EXCESSIVA E DESNECESSARIA hostilidade produz no Brasil a mais penosa impressão. *Neutral na guerra* em que infelizmente se acham empenhados o Chile e Espanha, tem o governo de sua majestade o imperador cumprido, e cumprirá com o mais religioso escrupulo, os deveres que esta posição lhe impõe. *Mas a par desses deveres, tem elle outros que deve satisfazer.* NÃO SOMENTE NO INTERESSE PROPRIO: no dos DEMAIS ESTADOS AMERICANOS, no de uma causa que é COMMUM A TODAS AS NAÇÕES CIVILISADAS, *sejam ellas belligerantes ou neutras.* A moderna civilisação, respeitando os direitos dos belligerantes, tende a minorar os

males que resultam do estado de guerra: consegue proteger tanto a propriedade neutral como a inimiga inoffensiva, e condemna todo o acto de hostilidade que não seja necessario. Valparaíso estava protegida por esta pratica salutar. Não era uma praça de guerra; era uma cidade commercial, e encerrava, além de propriedade inimiga inteiramente inoffensiva, propriedade estrangeira e neutral de valor consideravel. A sua destruição em nada aproveitava á Espanha; não tirava recursos ao inimigo, nem influa directa ou indirectamente no exito da guerra. Bombardeando aquella cidade, prejudicou a Espanha principalmente aos interesses neutraes e *estabeleceu um precedente fatal, que não pode ser sancionado nem mesmo PELO SILENCIO DAS DEMAIS NAÇÕES. Todas ellas devem protestar, e o Brasil protesta.* Empenhado tambem numa guerra, conhece o Governo Imperial, pela propria experiencia, quanto convem aos belligerantes que lhes não seja impedido ou embaraçado o exercicio dos direitos soberanos, mas procura DIMINUIR OS MALES QUE DESSE EXERCICIO PODEM NASCER, RESPEITANDO OS INTERESSES NEUTRAES, concedendo-lhes tudo quanto é possivel, prescindindo mesmo do uso dos seus direitos e deixando de praticar

aquelles actos que não são indispensaveis ao seu objecto. O Governo Imperial, portanto, pronunciando-se nesta questão, apoia-se *nos seus direitos como neutral* e no seu procedimento como belligerante. O BRASIL E A MAIOR PARTE DOS ESTADOS AMERICANOS, novos ainda, não dispõem de todos os recursos precisos para se fazerem respeitar; e disseminada a sua riqueza e a sua população ao longo das costas extensas e indefesas, estão sujeitas por isso ao abuso de força e necessitam por isso, que SEJAM MANTIDAS AS MAXIMAS DA CIVILISACÃO MODERNA, QUE CONSTITUEM A SUA PRINCIPAL E MAIS EFFICAZ PROTECCÃO”.

José Antonio Saraiva.

Aqui, senhores, da situação de fraqueza dos Estados debeis, não se extraem argumentos para lhes aconselhar a cumplicidade do silencio, a covardia da mudez; ao contrario, na propria fraqueza desses Estados se aponta a principal consideração para que elles reajam com seu direito de protesto, como a defesa que lhes resta no character de povos fracos, contra os attentados da força.

Esta é, sr. presidente, a evidencia que o senso commum nos está mostrando. Os fortes

defendem-se pela força que têm á mão, os fracos, pela allegação dos direitos que se lhes não pode tirar.

Note ainda v. exc.: — o conselheiro Sarai-va, o governo imperial não collocava a questão exclusivamente no terreno dos interesses americanos: estabeleceu ao mesmo tempo essa questão na esphera mais ampla dos interesses humanos. Refere-se aos seus deveres, “aos deveres que o governo imperial tem consciencia de ter, não somente no interesse dos demais Estados americanos, mas tambem no de uma causa que é commum a todas as nações civilisadas, sejam ellas belligerantes ou neutraes”.

Nesse admiravel documento, srs. senadores, se acham compendiados, como num evangelho immortal, os principios todos suscitados pelo interesse brasileiro, principios agora desconhecidos, contestados, repudiados em nome das conveniencias e da fraqueza das nações pequenas e desarmadas, como se para essas nações houvesse outro recurso de affirmar a sua existencia e segurar o seu futuro, senão o de affirmar energicamente o seu direito como uma fortaleza que a sua situação lhes permite contra as invasões dos poderosos,

OS FARRAPOS DE PAPEL

Se os tratados são trapos de papel, porque se consignam em papeis, trapos de papel são os contractos, porque todos em papel se escrevem. Se, celebrando-se no papel, os tratados, por isso, não são mais que trapos de papel, mais que trapos de papel não são também as leis, que no papel se formulam, decretam e promulgam. Se os tratados, porque no papel recebem a sua forma visivel, a trapos de papel se reduzem, as Constituições, que no papel se pactuam, não passam de trapos de papel. Trapos de papel, maiores ou menores, mas tudo papel e em trapos. De maneira que todo o commercio humano, todas as relações da sociedade, todos os direitos e deveres, a familia, a patria, a civilização, o Estado, toda a fabrica do mundo racional, bem lançadas as contas, outra cousa não é que uma traparia de papel,

valioso ou inutil, conforme se trate de impôr aos fracos ou servir aos fortes.

Menos do que papel é a palavra, porque é sopro; e todavia se imaginava outr'ora que ella vincula os reis e os povos, os homens e os nomes. O verbo de Deus, antes de registado nas Santas Escripturas, o juramento na sagração dos soberanos, na inauguração das Constituições, na investidura das dignidades, no depoimento das testemunhas, a poesia homérica no canto dos aedos, a tradição na memoria das gentes, a eloquencia na voz dos oradores, tudo é palavra, a palavra cujo *fiat*, no Genesis, creou o mundo, cuja vibração, na historia, transforma e revoluciona a terra. Quando a palavra se transfere da voz ao papel, cuidava o vulgo ingenuo que ella subia um gráo na escala da segurança, não porque a consciencia valha mais escripta do que falada, mas porque, falada, não deixa na escripta o rastro da sua authenticidade. Dahi o valor do papel, que não comunica a sua destructibilidade ao seu conteudo, antes recebe do que elle contém a sua inviolabilidade. Essa a nobreza do papel. No papel se salvaram todos os monumentos das letras antigas. No papel se perpetuavam os antigos foraes dos municipios livres. No papel se es-

creveu a Magna Carta. No papel fixa o mathematico os seus calculos, a chimica as suas formulas, a geographia as suas posições, a astronomia as suas medidas. No papel é que Leverrier descobriu Neptuno. Ao papel é que a amizade, o direito, a honra confiam os seus segredos, as suas dividas, os seus compromissos. No papel é que as sciencias, as literaturas, as instituições eternisam as suas obras primas, os seus titulos de estabilidade, os archivos do seu passado, as garantias do seu porvir. Todo o universo moral, todo o universo politico, todo o universo humano assenta, hoje, em trapos de papel. As ventanias da guerra por elle passam, e o arrebatam, o dispersam, o somem. Ahi está porque ella começa incendiando bibliothecas. São congeneres do papel, asylos do pó, dos vermes e da intelligencia. A guerra, entregando-os ás chammas, saneia o globo. Deus não o creou para o verbo, mas para o ferro.

Se houvesse de acatar esses papelejos, papelicos, essa papelagem, a guerra estaria desarmada. A cada passo o fantasma de um direito, o tropeço de uma convenção, a impertinencia de uma garantia. *Cedant arma togae,*

dizia outr'ora o mundo. Mas, hoje, o que se diz ao mundo é que *cedat jus armis*: ceda o direito á força. E como a força tem a sua culminação na guerra, a guerra é a lei das leis, a justiça das justiças, a soberania das soberanias.

Essa grandeza não tolera a liberdade, nem a humanidade, nem a honestidade. Se um individuo repudiasse a sua assignatura num contracto legitimo, a titulo de ser um trapo de papel, ninguem o trataria por homem de bem. Mas, se uma nação repudiar tratados solennes, a titulo de serem papeletes, ninguem ousará dizer que fez o que não devia. Porque a força é o juiz dos seus direitos, a guerra é a arbitra dos seus poderes, e todas as convenções internacionaes encerram a clausula, subentendida sempre, do *rebus sic stantibus*. Emquanto as *circunstancias não mudarem*, isto é, emquanto outra não seja a vontade soberana do mais forte.

E' pela guerra, diz Bernhardi, "e só pela guerra que se pode realizar a *expropriação das raças incompetentes*. Domina o mundo a idéa de que a guerra é um instrumento politico antiquado, já indigno de povos adeantados em ci-

vilisação. Nós outros, nos não devemos deixar seduzir dessas theorias. Os tribunaes de arbitramento são um perigo, visto como podem tolher os movimentos ás potencias envolvidas no caso.”

AS PALAVRAS DE FICHTE

Nas *Mensagens á Nação Alleman*, que escrevia, em 1808, entre as dolorosas provações de sua patria, Fichte appellava do poder da força para o poder do espirito. E' da força para o espirito que nós appellamos tambem; e não o poderíamos fazer em expressões mais sentidas ou verdadeiras. "Não lucteis", dizia elle, "por conquistar com armas corporeas; mas tende-vos firmes e erectos na dignidade do espirito ante os vossos antagonistas. Vosso é o destino superior de fundar o imperio do espirito e da razão, destruindo aos rudes poderes da materia o seu dominio de regedores do mundo... Sim: em todas as nações ha intelligencias, nas quaes não calará jamais a crença de que as grandes promessas, feitas á especie humana, de um reino do Direito, da Razão e da Verdade, sejam illusões vans. Essas in-

telligencias nutrem a convicção de que este regime de ferro é apenas uma transição para um Estado mais bem constituido. Em vós confiam esses e, com elles, as raças mais novas da humanidade. Em sossobrando vós, comvosco sossobraria na humanidade a esperança de uma regeneração futura.”

Estas palavras, reiteradas agora, cento e cinco annos depois, não têm senão que variar de endereço. O philosopho tinha razão. O patriota não tinha. As raças mais novas confiam em si mesmas. E' em si propria que a humanidade espera. A ella é que nos dirigimos. E quando o reino do espirito vier, será pelo enlace da liberdade européa com a liberdade americana, numa communhão hostile á guerra e armada contra ella, de garantias inquebrantaveis.

(Trechos da Conferencia na Faculdade de Direito e Sciencias Sociaes de Buenos Aires, em 14 de julho de 1916).

EXORTAÇÃO A WILSON

Erro grande, irreparavel erro, commette-ram, de certo, os Estados Unidos (e são os seus estadistas de mais valor os que o estão dizendo), erro funesto á sua gloria e ao seu destino, deixando, como deixaram, de pugnar pela observancia dos tratados, em que assentava a ordem internacional, abstendo-se de se pronunciar contra a invasão da Belgica, não levantando a voz contra a dilaceração methodica e radical das convenções de Haya. Perderam, assim, uma occasião unica de assumir o primeiro lugar entre as nações, de ser o arbitro entre os combatentes na celebração da paz vindoura e reunir em torno de si todos os povos do continente americano.

Bem sei que o elemento germanico, nos Estados Unidos, reune cerca de dez milhões de almas. Mas, a esses dez milhões teria para

oppôr aquella Republica os seus cem milhões de cidadãos americanos, a solidez inabalavel da sua nacionalidade, a indomavel energia do civismo da sua população, o sentimento intensissimo do seu espirito de solidariedade, as suas maravilhosas qualidades moraes, o seu poder inexcedivel de acção, a força, o genio, a vitalidade incommensuraveis da sua raça, da sua constituição e da sua democracia.

O elemento germanico, portanto, apesar das suas ameaças, não se aventuraria á insurreição. Não se pôde, comtudo, esquecer o seu valor politico nos comicios populares, attento o numero dos seus votos. Mas, se essa multidão votante, de procedencia estranha, cerrasse fileiras, convertendo-se numa especie de exercito eleitoral, em hostilidade á opinião dominante no paiz, toda a nação, num movimento instinctivo e geral, se consolidaria num só corpo, unanime, coheso, impenetravel, em apoio do Governo ou da candidatura, que representasse o sentimento dos Estados Unidos contra as exigencias dessa minoria aggressiva. De modo que, embora as considerações de prudencia não deixem de ter, no assumpto, sua gravidade, não bastariam, para abalar a confiança na efficacia da reacção nacional, nem para justificar,

aos olhos do mundo, o receio de obedecer ao mais sagrado e relevante dos compromissos.

Eis porque a America inteira tinha os olhos nos Estados Unidos, no cidadão eminente, no sabio publicista, na culta intelligencia do homem respeitavel, a quem se acham entregues hoje os destinos do povo americano, e, vendo nas elevadas condições da sua instrucção, da sua experiencia e da sua integridade outras tantas garantias da comprehensão exacta do grande problema, esperava do colosso do Norte um brado que salvasse a humanidade, que assegurasse aos Estados Unidos a vanguarda no desenvolvimento do mundo e que trouxesse ás outras nações americanas razões novas, decisivas razões, para acreditar que o novo continente seja capaz de dar ao antigo a lição de que a força está subordinada ao direito.

Infelizmente, até hoje, o temos esperado, em vão. Mas, ainda assim, não haverá quem me convença de que os Estados Unidos acceitem, nos negocios da sua consciencia e das suas relações com o mundo, o ascendente politico, ou o protectorado eleitoral da Allemanha.

Entretanto, numa ordem subalterna de considerações, o que ali se tem passado até hoje se poderia explicar pelo justo sentimento

que têm os Americanos da sua posição excepcional. Se a politica americana, agora, deste modo, não tem crescido, moralmente, na opinião dos outros Estados, disto se poderão consolar, todavia, os Estados Unidos, sentindo que continuam a ser uma potencia consideravel, acautelada pelos seus gigantescos recursos para a emergencia eventual de uma aggressão armada. O que lhes resta, comtudo, será verem se lhes póde ser licito despreocuparem-se de responsabilidades moraes e lavarem as mãos de que o Deus da justiça e da verdade seja, outra vez, crucificado.

A BELGICA

Vêde essa Belgica, a quem a Providencia reservou a missão de ser, pela sua assombrosa resistencia ao primeiro embate da massa invasora, a barreira decisiva da civilisação contra a barbarie na surpresa do tremendo cataclysmo, salvando a Europa, o mundo latino, o futuro humano do diluvio da força. Vêde, pairando sobre o seu povo inimitavel, o espirito do soberano immortal, que, do alto da sua realza expatriada, reina sobre a admiração da terra, merecendo já em vida, á justiça da Historia, pela voz dos contemporaneos, o titulo indisputavel de Grande, junto com o privilegio de viver, no coração dos amigos da humanidade, como a imagem augusta e pura da honra e do direito.

A FRANÇA

Contempla essa França, a civilisadora, por excellencia, do mundo moderno, a patria do gosto, do enthusiasmo e da generosidade, a mãe espiritual do orbe latino, subindo, no meio das suas afflicções e do seu luto, a uma altura desusada na sua propria historia, crescendo além da sua propria grandeza, buscando, nas suas entranhas inesgotaveis, thesouros ignotos de energia e belleza, para atordoar os seus inimigos, acima dos quaes se agiganta nas artes de que elles mais se prezavam, nas virtudes em que elles se criam privilegiados, nas forças de que imaginavam exercer o monopolio, juntando á bravura a paciencia, o calculo ao arrojo, a constancia com a iniciativa, para de cada obstaculo extrahir um triumpho, de cada agonia uma resurreição, de cada impossibilidade um milagre — terra á qual se parece ter trazido o fogo do céu nas invenções do genio, nas excellencias do saber, nas proezas do heroismo.

AVE, BRITANNIA !

E a Gran-Bretanha, senhores? Que homem ahi ha, verdadeiramente tal, que se não ensoberbeça de pertencer á especie capaz de gerar essa força entre todas sincera, fecunda e creadora? Espiritualmente, é do seu regaço que sáe, nos tempos modernos, toda a humanidade livre. Conta-se por centenas de milhões a sua familia de almas, a todos os grandes ramos da qual se estende o beneficio das suas instituições. O seu espirito juridico impregnou de liberdade todas as nações que tiveram a ventura de nascer da sua estirpe ou passar pelo seu contacto. No seu lar invejavel ha um seculo que habitava a paz, com a qual parecia consorciado o genio austero e laborioso do seu povo. Mas, quando lhe forçaram as portas, uma transfiguração, de que a historia não conhece exemplo, converteu o mais

civil de todos os povos do mundo num viveiro de soldados invenciveis; dos seus castellos sahiu a flor da sua aristocracia, para ir, morrendo, ensinar ao povo a simplicidade do morrer pela justiça; a mais admiravel organização militar cobriu o paiz de uma defesa impenetravel; a terra, espantada, viu surgir, ali, um exercito immenso, improvisado em dois annos; e da pequena ilha, cuja destruição os seus inimigos prelibavam seguros, se elevou, de repente, uma grandeza inesperada, uma serena grandeza, desmarcada e inacessivel, diante da qual se amesquinha o mytho dos Titans antigos e as montanhas do globo se abatem; porque ella tem debaixo da mão os oceanos, regidos pelas suas esquadras, peleja em todas as regiões do orbe ensanguentado pelo conflicto, e, com os recursos infinitos das suas riquezas, do seu credito, da sua vontade absoluta de vencer, domina a lucta como o fanal da victoria vigilante nos tenebrosos horizontes do planeta envolvido pelas sombras da guerra.

São essas, senhores, essas, sobre todas, as nações a que devemos as nossas origens moraes, a nossa emancipação, a nossa formação, a nossa educação, as que nos embeberam na liberdade, as que nos ensinaram o direito, as que nos ini-

ciaram no governo de nós mesmos, as que nos deram os nossos melhores estadistas, as que nos instruíram nas letras, na politica e no trabalho, as que com os seus capitaes vivificaram o nosso progresso, as que com a sua sympathia, o seu bom senso e sua liberdade nos têm auxiliado nas crises do nosso credito, sem que jamais cobiçassem o nosso territorio, ameaçassem a nossa independencia, humilhassem a nossa debilidade, ou descreessem do nosso futuro. Não podemos ter amigos mais provados, mais leaes e mais seguros.

(Trecho da Conferencia em 17 de setembro de 1916, na solennidade promovida pela "Liga Brasileira pelos Alliados", no Theatro Lyrico do Rio de Janeiro).

INTRIGAS COM O EXERCITO

“O CONCILIABULO DO CATTETE”

Foi, sobretudo, por isso, sr. presidente, que, convidado pelo exmo. sr. presidente da Republica, a comparecer em palacio, a uma reunião com v. exc., o ministro das Relações Exteriores e o nosso honrado e eminente collega, o dr. Rodrigues Alves, não me julguei com o direito de escusar-me sob qualquer razão ou pretexto.

Estava longe, porém, srs, senadores, de suppor que o cumprimento de um dever tão elementar de cortezia, dêsse ensejo á criação de imputações de character tão odioso e absurdo, quanto as de que fui alvo por esse motivo.

Vi, sr. presidente, por alguns orgãos da imprensa a noticia de que, nos conciliabulos (é a expressão usada), nos conciliabulos reuni-

dos — não sei se aqui também, nesta Casa, mas, especialmente, no palacio presidencial — havia eu declarado que o Exercito Brasileiro não merecia a confiança da Nação, e que esta se devia precaver contra elle, não lhe dando as armas, que, naturalmente, o Exercito Brasileiro aproveitaria para volver contra o Paiz.

Imputações tão ridiculas...

O sr. Pires Ferreira — Apoiado.

O sr. Ruy Barbosa — ... tão ignobeis e tão torpes, creio que não mereciam as honras de serem trazidas á tribuna (*apoiados geraes*), se não fosse necessario, em certas occasiões, que certas infelicidades tivessem a exhibição de um pelourinho bastante vasto para lhes servir de castigo, quando outros lhes não coubessem.

Ninguem poderia suppor que, já agora, não possa um homem comparecer á casa do chefe da Nação sem se cercar das cautelas necessarias de quem penetra num lugar suspeito.

Conciliabulos, segundo os dictionarios, se o uso da nossa lingua não mente, são reuniões prohibidas de individuos que se juntam para fazer mal ao publico. E quer-me parecer, sr. presidente, que a simples presença do chefe do

Estado bastaria para excluir da reunião em que tomei parte o character de uma assembléa dessa natureza...

O sr. Alfredo Ellis — Apoiado.

O sr. Lopes Gonçalves — Muito bem.

O sr. Ruy Barbosa — ... além de que, por si só, a minha presença tambem devia ser sufficiente...

O sr. José Euzebio — A presença de todos que lá estiveram.

O sr. Ruy Barbosa — ... assim como de cada um dos que, então, naquella casa compareceram, para que o nosso encontro não pudesse ser recebido por ninguem neste Paiz com semelhante suspeição. (*Apoiados*).

O sr. Mendes de Almeida — Foi uma reunião honrosissima.

O sr. Ruy Barbosa — Foi uma reunião a que compareceram o chefe da Nação, o seu ministro das Relações Exteriores, o vice-presidente da Republica, um ex-presidente da Republica e um individuo, como eu, que não prima por sua subserviencia, por seu agachamento ao governo, nem pelo habito de tomar parte em coisas que não possa confessar e sustentar deante do mundo todo de cabeça erguida. (*Muito bem*).

Naquella reunião — escusa dizer, mas di-
rei — não se falou do Exercito Brasileiro nem
das forças armadas, nem directa nem indirecta-
mente com elles nos occupámos.

O sr. Rodrigues Alves — Apoiado.

O sr. Ruy Barbosa — Se o fizéssemos. as
minhas palavras não seriam aquellas, porque
nada na minha vida autorisa ninguem a suppor
que eu fosse capaz de as usar. (*Apoiados*).
Ao contrario, em cada um delles deve estar o
sentimento bastante profundo, e bastante se-
guro, de repulsa a uma imputação destas, con-
tra o homem que esteve sempre ao lado do
Exercito Brasileiro, em todas as occasiões em
que seus direitos correram algum risco, e que
nunca andou pescando interesses pessoaes nas
aguas turvas dos elementos militares.

Não tinha o sr. presidente da Republica
necessidade nenhuma, nem havia opportunida-
de alguma naquelle momento para se conside-
rar obrigado a solicitar a presença dos srs.
ministros da Guerra e da Marinha, a uma re-
união daquella natureza; não se tratava, entre
nós, ali, de discutir assumptos militares, de
ventilar questões de estrategia ou de tactica,
de estudar a situação do Exercito ou da Mari-
nha, de computar ou estudar os elementos com

que o paiz poderia contar, para entrar nesta lucta; de nada disso se tratava senão unicamente de questões de ordem constitucional e de questões de direito internacional, completamente alheias á competencia profissional daquellas autoridades.

(Trecho do discurso pronunciado no Senado, em 31 de maio de 1917, sobre a Revogação da Neutralidade do Brasil).

NOTA

Para dar a sentir a vehemencia com que Ruy acreditava na força soberana do Direito, nada talvez melhor do que a narração da sua attitude na Conferencia da Paz.

Acompanhei-o em Haya com uma curiosidade analytica da maior insuspeição, visto que nessa época eram muito mais estreitas as minhas relações com Rio Branco do que com elle. Investido da posição de Embaixador na Assembléa das Nações, Ruy não se deu ao trabalho de preparar o ambiente, quer local, quer externamente, para uma maior projecção do seu nome no scenario da historia. Retrahido, timido, sobrecarregado de serviços, a sua vida na capital da Hollanda era de quasi clausura no apartamento em que trabalhava. Pouco tempo perdia com as exigencias da vida social, reduzindo ao minimo a distracção do trabalho na troca de gentilezas e visitas protocollares. As grandes

nações encaravam os trabalhos da Conferencia com o mesmo sorriso de scepticismo, com que proferimos o velho e celebre brocardo portuguez: — Quartel General de Abrantes...

Sob o faustoso daquelle encenação, atraz das bambolinas daquelle palco magnificente, moviam-se e chocavam-se, não os grandes interesses permanentes da especie, mas rivalidades, ambições, intrigas e interesses. Dominava uma preliminar inconcussa, bastante para invalidar todos os trabalhos da Assembléa: a de que só as grandes nações tinham direito ao sol. As outras não deviam passar de satellites dos astros de primeira grandeza: adoptar-lhes os interesses, os principios, as theorias. Não havia um logar para o direito. A fé juridica, exilada do grande conclave, só encontrou um asylo em Ruy Barbosa. Era com um sentimento que muito se aproximava de compaixão que alguns dos membros da Conferencia, mais sympathicos ao nosso Ehmaixador, lhe contemplavam a actividade. Quando o viam esplanar longamente um ponto de direito internacional, escutavam-no com deferencia, mas sentia-se que estavam pensando: "Coitado! Está perdendo o tempo".

A questão da liberdade dos mares, das presas maritimas, das minas e submarinos, parecia que nunca poderia ser posta em equação deante de um tribunal qualquer, mesmo do da opinião, naquelle época em que ninguem se permittiria o arrojo de admittir que a supremacia naval dos bretões pudesse um dia ser posta em cheque por outra qualquer potencia maritima. Se Ruy percebeu esse ambiente de scepticismo, como não podia deixar de ter percebido, nem por isso se deixou

contagiar por elle. Tinha a certeza de que o *statu quo* não podia continuar e de que logicamente o dominio da força teria de se desentranhar nos excessos inherentes aos imperativos da sua natureza. Continuou lenta e tenazmente nesses trabalhos, nas suas advertencias, nas suas previsões, procurando traçar limites ao arbitrio no momento em que a força rompesse as fronteiras do direito. Não conheço maior exemplo de fé na força do direito. Tudo lhe dizia: "Perdes o teu tempo, semeias nas pedras. Recolhe-te ao silencio e ao descanso, como os outros". Uma certeza, porém, o alimentava: a de que não podiam demorar as violencias que exhibiriam á luz meridiana a imprescriptivel necessidade das restricções legais que ao menos as humanisassem.

Quando estalou a Grande Guerra, que começou pela violação da neutralidade da Belgica e cujo espirito se manifestou na celebre declaração de Bethmann Holweg, já se começou a sentir o quanto eram necessarios limites ao desvario da força. Porém, somente quando a campanha submarina e os *raids* aereos da Allemanha espalharam sobre o mundo o terror, é que se pôde ver quanta razão tinham os sonhadores da idéa moral, que se oppunham ao apresamento dos barcos neutros dos paizes mercantes, ao uso do submarino contra viajantes, ao bombardeio das cidades indefesas. Coube, então, a Ruy completar em Buenos Aires o seu papel de Haya. Ambas as jornadas só têm uma explicação: a crença profunda no Direito, a crença de que a força tem de ser sempre limitada pela norma juridica, a menos que a humanidade se resigne á regressão aos tempos da barbarie.

QUEM ERA WILLIAN T. STEAD

Nada melhor do que a palavra de William T. Stead para attestar a posição a que attingiu Ruy na Sociedade das Nações.

William T. Stead tornara-se a maior força da publicidade universal. A sua "*Review of Reviews*", formava opinião em todos os paizes de lingua ingleza. Suas idéas de pacifismo e liberdade, seus esforços pela côrte das Nações, para a qual conseguiu da munificencia de Andrew Carnegie o palacio que hoje se erige em Haya, tinham-no collocado numa posição sem par entre os internacionalistas. O desinteresse, a desambição, o alheamento a interesses materiaes augmentaram-lhe a força moral. Rompera com Cecil Rhodes, o multi-millionario sul-africano, por uma questão de principios: recusava á Inglaterra o direito de intervir no Transvaal. Embalde o fundador da Rhodesia emvidou esforços para demovel-o de um proposito em cuja persistencia teria de renunciar á livre disposição da immensa fortuna que o fundador do imperialismo inglez na Africa do Sul lhe havia legado, sob condições bem pouco onerosas. Stead não transigiu e num celebre *meeting* do Hyde Park levou a independencia ao ponto de chamar a Inglaterra de nação de piratas e apontar o seu ex-amigo como o pirata-mór.

Chispavam nas suas pupillas verdes de celta todas as fagulhas do misticismo irlandez. Nascera naquella que merecera o nome de "Ilha dos Santos".

A sua vida espiritual era duma vibração continua; a sua actividade não conhecia remittencias. Vivia num moto continuo. Quando o pensavam em Londres, eis que de repente surgia em Philadelphia ou Nova York, Vienna ou Petersburgo.

As suas relações com Andrew Carnegie começaram numa reunião publica, num theatro, creio que em Chicago. Aquelle tomára a palavra e foi abruptamente interpellado pelos apartes de Stead, que chegára incognito de Londres e não achára outro logar senão nas galerias. Apesar desse inicio pouco auspicioso, as relações entre ambos continuaram e com uma confiança tal da parte do archi-millionario que, para a construcção do Palacio das Nações, deu a Stead carta branca quanto aos recursos.

Havia na conferencia duas mentalidades: a do hoje e a do amanhã. O primeiro grupo, o dos politicos praticos e immediatistas, era constituido daquelles que não conheciam senão o poder da força e olhavam como devaneios todos os esforços empregados pelo senso juridico. A pequena phalange dos que acreditavam no Direito, dos idealistas, dos architectos da sociedade futura, não entrava em linha de conta. E estes eram os amigos de Stead. Aquelles intimamente o desdenhavam como um sonhador, um idealista, um pelotiqueiro de abstracções. Conheciam-lhe, porém, o prestigio e ageitavam-se de modo a não se incompatibilisarem com aquelle formidavel constructor e demolidor de reputações.

A carreira de Stead teve um epilogo de rara belleza moral. Estava a bordo do *Titanic*. Quando se deu a collisão com o *iceberg* e começou o trabalho de salvamento, o admiravel irlandez só teve uma preocupação: as mulheres e as creanças. Não descansou emquanto não as viu occupando os botes, armadas de salva-vidas. Não cabiam nos botes todos os tripulantes do navio; em vão officiaes e marinheiros que presi-

diam ao salvamento, em vão os tripulantes dos escaletres que se afastavam, reclamavam que Stead os acompanhasse. Resolvêra compartilhar a sorte dos que ficassem a bordo. Morreria com elles. O navio começou a afundar-se. O grande irlandez ajoelhou-se, entoando o hymno liturgico "*Nearer to Thee, My God*". Naquelle ultimo minuto perpassaram-lhe vertiginosamente ante os olhos todas as scenas da sua vida: a infancia na verde Erin dos ascetas e dos santos. As luctas da juventude para abrir um caminho no jornalismo. Os primeiros triumphos de reporter. A inauguração do *interview* e da *photographia* nos jornaes. A campanha contra os proxenetas da babylonica Londres. A lucta pela independencia do Transvaal. A Conferencia da Paz. O problema da outra vida, e a communicacão dos sobrevivivos com os que mergulharam no Grande Desconhecido. Um sobresalto despertou-o dessa evocacão, em que vivia seculos em minutos: a agua começava a tragal-o. Debateu-se um minuto, e desapareceu.

JUIZO DE STEAD

O juizo sobre Ruy Barbosa, dessa creatura de escól, um dos mais perfeitos exemplares do homem que o seculo XIX conheceu, eil-o:

RUY BARBOSA

"Entre os membros da Conferencia não tardou muito que se evanescessem as duvidas sobre a qualidade e o calibre do representante do Brasil. Desde as primeiras assentadas, tomou parte o dr. Barbosa em todos os mais relevantes debates com uma compostura, uma calma e uma imperturbabilidade, que a principio o tornaram objecto de zombaria e, ao depois, de desgosto.

Tinham vindo a sentir que o dr. Barbosa era um combatente de primeira ordem, cuja força nunca se mostrava mais eficaz do que na investida. A mais de um dos que o saltaram, deu elle a experimentar de tal modo esse predicado, que nunca mais se animaram a tocar-lhe.

Difficil é imaginar contraste maior do que se deu, entre a semana inicial e a derradeira semana da Conferencia, na opinião geral a respeito do dr. Barbosa. A principio se dizia que a Conferencia nunca aturaria o dr. Barbosa. Mas dahi a pouco já se acostumára a Conferencia "a supportar" o dr. Barbosa, e não tardou muito que nelle reconhecesse uma das mais poderosas entidades daquella assembléa. As duas maiores forças pessoas da Conferencia foram o barão Marshall, da Allemanha, e o dr. Barbosa, do Brasil. Atraz do barão Marshall, porém, se erguia todo o poder militar do imperio germanico, ali bem á mão e presente, de continuo, aos olhos de todos os delegados. Atraz do dr. Barbosa, estava apenas uma longinqua republica desconhecida, com um exercito incapaz de qualquer movimento militar e uma esquadra ainda por existir... Todavia, ao acabar da Conferencia, o dr. Barbosa pesava mais (*counted for more*) do que o barão Marshall. Maior triumpho pessoal, na recente Conferencia, nenhum dos seus membros o obteve; e tanto mais notavel foi, quanto o alcançou elle por si só, sem nenhum auxilio estranho. Alliados não tinha o dr. Barbosa: tinha muitos rivaes, muitos inimigos, e, comtudo, vingou áquelle cimo. *Foi um immenso triumpho pessoal que redundou em credito para o Brasil.*

VI
A Lingua



ARCHAISMOS

Guardadas as leis, talvez indefiníveis, mas sentidas e instinctivas, do bom gosto, as da propriedade e conveniencia no escolhel-os, as da moderação no ousal-os, as da opportunidade no tenta-los, as do tacto no expol-os, de modo que a phrase, onde se insinuam, ou encravam, lhes allumie e patenteie o sentido, insigne serviço fazem os bons escriptores á sua lingua, reempossando-a no goso de vocabulos e torneios antigos deixados esquecer por injustos desprezos do tempo. “Aos modernistas enjoadiços”, dizia Castilho, “só respondo que onde tão sobejo e tão consentido anda o uso de barbaros neologismos e estrangeirices semsabores, não se deve estranhar que um amigo de sua lingua forceje por lhe restituir parte dos haveres, com que se já viu tão abastada, e que só por descuido de seus administradores e feitores andavam

perdidos; que, já que a escusadas novidades se tem a porta aberta, dêem por ella entrada a alguma pouca antigualha, que não merecia de ter morrido; mas que, pois desapparecera, e agora volta, tambem como novidade, quando por mais não seja, a podem admittir”.

Defendendo, porém, essa utilissima franquia do bom escrever, a que, na mão dos mestres, devem todos os idiomas boa parte das galas, com que incessantemente se renovam, não se descuidava o eximio escriptor de lhe indicar as condições essenciaes. “Tão parco me portei”, advertia, “no exercicio desta prerogativa, concedivel a todo escriptor sisudo e de consciencia, que se algumas raras vezes me vali de palavras passadas, foi quando entendi que eram *necessarias*, ou, pelo menos, *uteis*; por *bellas* ou por *expressivas*, dignas de resurreição; o que nem a todos os *archaismos* acontece; e nunca as puz senão em logar e de modo que o contexto do periodo lhes declarasse, á justa, ou proximamente, a significação”.

EÇA DE QUEIROZ

Que serviços faz ao seu estylo e á sua lingua um bom escriptor, cuja phantasia se compraz em disparzir como flores essas nodoas, sem necessidade, nem criterio? Lastima Figueiredo a afrancezada construcção, que o *Primo Basilio* e o *Padre Amaro* puzeram em moda entre a mediocridade, propensa a arremedar os vicios, porque incapaz de imitar virtudes. Não é delles que se gerou, para o escriptor brilhante e original dessas novellas, a reputação justa e universal de estylista disertor, de prosador claro, elegante e donoso. Não foi do gallicismo no phrasear que lhe veio o transparente e crystalino da linguagem. “Casas brancas avistavam-se ao longe”, “sons de piano ouviam-se a distancia, e cauteleiros impertinentes assaltavam-me”, “vozes esganiçadas de vendedores ambulantes *punham* no ar a nota viva”, são outras

tantas distorsões e tregeitos de arremedo estrangeiro, que invertem a corrente natural da linguagem, e toldam a limpida veia do pensamento. Certas monotonias da obsessão imitativa, sempre inclinada ás formas adventicias, lhe voltam e revoltam periodicamente no discurso, como sestros, bordões, achaques e caçoetes. Entre outras, as locuções do verbo *por*, especie de *tique*, amiude e como de espasmo reiterado no aliás formoso aspecto daquella prosa: “*punha* um brilho”; “*punha* um traço de luz”, “*punha* um tristeza”; *pondo* uma palpação em cada peito”; “o fio d’agua *punha* o seu choro lento”. (*Os Maias*, v. II, p. 131, 342, 365, 381, 464).

No estofo da phrase corada á estrangeira sobresaem de quando em quando, como joias destinadas a atavial-o, gallicismos de toda a casta: uns antigos, relapsos, enxovalhados; outros, no trinque, flammantes, dessaboridos; aquelles, vistosos, infunados, estrepitantes.

Aqui, um *de resto*, “francez puro”; ali, um *Geneva*, francezissimo nome de *Genebra*. além, um *massacre*, a que o *morticinio*, *carnificina*, *matança*, *trucidção*, *carniceria* tão bem nos forravam; adeante, um *debutar*, desnaturação feia, malsoante e pedantesca do nosso es-

treiar; mais longe, um *goche* e um *gochement*,
incríveis reproducções das homophonas pala-
vras francezas, que o nosso idioma traduz van-
tajosamente por *desasado*, *contrafeito*, *desas-
trado*, *constrangido*, *embaraçado*, *acanhado*,
mal ageitado, *desgeitoso*; agora, um *costume*,
em vez do portuguez *fato*, *andaina*; logo, um
confeção, em lugar de *roupa*, *vestido*, *artefa-
cto*; depois, um *unido*, copia ignara do francez
uni, com a significação de *liso*, que em portu-
guez lhe não pode caber; mais tarde, um *no
fundo*, arremedação do francez *au fond*, em
summa, na essencia, em *substancia*, ou um *ca-
bello chato*, *cheveu plat*, desageitada e infiel
expressão de *cabelleo escorrido*, ou *liso*; ora o
partager, mal disfarçado em *partilhar*, com a
significação que o nosso idioma lhe recusa, de
participar, *compartir*: ora em *ter a*, em vez de
ter que, em *qualidades*, na significação de *vir-
tudes*, boas ou grandes *qualidades*, um *amor
por*, em vez de *amor a*, ou *amor de*, e até, novi-
dade de primeira mão, um *saudade por*; umas
vezes, o *grande ar*, versão inepta do *ar livre*,
os *detalhes* esparsos em profusão, com despre-
zo de *pormenores*, que aliás lhe não esqueceu,
mas como que não ousa empregar senão a ver-
gonha e a medo, o *fazer o conhecimento*, *faire*

la connaissance, pelo vernaculo *travar conhecimento* ou *relações*; outras, um *adresse*, desfigurando o nosso *endereço*, um *alcools*, homenagem ao francez, em rebeldia com as regras vernaculas do plural dos nomes, ou o *cholera*, masculinizado em desprezo das nossas leis grammaticaes.

Já não falo no *soirée* condemnado pelo dr. Carneiro; no *abatjour*, reprovado por Julio Ribeiro, e que vernaculamente se diria *quebra-luz*, *guarda-luz*, *sombreiro*, *pantalha*, *bandeira*; no *toilette*, desnecessario *travestissement* de *trajo*, *vestuario*, *vestido*, *vestidura*, *fato*, *vestimenta*; no *boudoir*, cuja equivalencia portugueza, *toucador*, o proprio Eça varias vezes utiliza.

Com essas trocas do portuguez em francez, teria lucrado o discurso em colorido, em graça, em harmonia, em força, em clareza? Muito ao contrario. Coteje-se o *boudoir* ao *toucador*, o *abat-jour* ao *quebra-luz*, o *adresse* ao *endereço*, o *detalhes* a *pormenores*, o *unido* ao *liso*, o *goche* ao *desasado*, o *massacre* ao *morticinio*, o *debutar* ao *estrear*, e logo se verá quanto desce a expressão em luz, em sonoridade, em transparencia, em energia, das castas e bellas formas vernaculas para os bastardos e aleijados arremedilhos francezes. Na aberração dessas preferencias pelo vicioso, pelo maculado, pelo

disforme não se pode enxergar o criterio ou a intuição de arte: são os defeitos do temperamento do artista, as influencias da sua leitura, as intermittencias da sua attenção, os bocejos da sua indolencia, as falhas da sua cultura mental e essa especie de dandysmo literario, emfim, que dos habitos pessoases se reflecte na lingua de certos escriptores.

Nessas extravagancias, nessas impurezas, nessas degradações da palavra continuará elle a exercer a sua justa autoridade, o seu officio natural de actuar creadoramente sobre o idioma? Não pode ser. Quando taes emprestimos de povo a povo, recebendo o baptismo patrio das mãos de um mestre, acodem ao reclamo de uma idéa nova, de uma necessidade ainda não attendida, e passam intelligentemente pela moldagem nacional, ninguem os poderá tachar de intrusos. Mas, locuções estranhas, inuteis, revessas, trazidas a capricho e a martelo amanhadas, não se impõem ao uso popular, que não as reclamava, e, para as acolher, tem de lhes sacrificar tradições antigas, relações naturaes e formas superiores.

"DIALECTO BRASILEIRO

Não me proponho a curar desse achaque os que o contrahiram. Bem sei que delle raros acertam de sarar. Na "vergonhosa metamorphose por que está passando hoje o portuguez" entre nós, "homens aliás mui instruidos, verdadeiros sabios em outras materias, commettem crassos erros de linguagem". Depois, então, que se inventou, apadrinhado com o nome insigne de Alencar e outros menores, "o dialecto brasileiro", todas as mazelas e corruptelas do idioma que nossos paes nos herdaram, cabem na indulgencia plenaria dessa forma da relaxação e do desprezo da grammatica e do gosto. Aquella "formosa maneira de escrever", que delectava os nossos maiores, passou a ser, para a orelha destes seus tristes descendentes, o typo da inelegancia e obscuridade. Ao sentir de tal gente, quanto mais offender a linguagem

os modelos classicos, tanto mais melodias reune; quanto mais distar do bom portuguez, mais luminosidade encerra. As bossas da palavra recheiaram-se-lhe de francez, ligeiramente lardeado ou trufado ás pressas de inglez e allemão. De todos esses idiomas, afinal, todos mal sabidos, hauridos na sciencia de cada um apenas o *quantum satis* para o trato dos livros, a que a profissão, ou a curiosidade os attrae, fica-lhes sendo a nossa apenas a menos mal conhecida entre as varias linguas estrangeiras, cuja mistura cultivam.

Os francezes, observa o melhor dos nossos criticos, "escrevem naturalmente bem; são excepções os que delles conhecem, além das linguas classicas, outro idioma que não o seu; mas, mesmo o conhecendo, lêem enormemente mais no seu que no alheio. Aprendendo o seu profundamente (o curso de francez nos lyceus é de sete annos) e directamente dos seus grandes escriptores estudados sob todos os aspectos, não admira que a critica ali raro tenha a notar-lhes incorrecções de linguagem". Entre nós, bem ao contrario, os melhores alumnos transpõem os cursos secundarios e superiores sem o menor germe de estima do idioma patrio. Aquelles que, por mais laureados, como o dr. Bevilacqua,

o alto magisterio vem a chamar ás suas cadeiras, vão levar á mocidade, com o exemplo, a persuasão de que os grandes merecimentos se sublimam, arregaçando as vestes talaes da sciencia, por não roçarem no chão as questões inuteis de linguagem.

PUREZA E DESCURO

Quando o problema, de que se trata, é “tão grave e complexo como o de um código civil”, tanto maior razão para que nos desvelemos em lhe dar forma irreprehensível ante as normas do idioma falado pelo povo, a que aquelle se destina; já porque com a pureza exterior se identifica o sentimento da decencia em todas as creações intellectuaes vasadas na palavra humana, e, quanto maiores ellas forem, mais dellas exigirá o seu decoro; já porque, sendo a lingua o vehiculo das idéas, quando não for bebida na veia mais limpa, mais crystallina, mais estreme, não verterá estreme, crystallino, limpo o pensamento de quem a utiliza. Além de que, se no commum dos actos legislativos os defeitos de linguagem, que os eivarem, são passageiros como elles, com as leis, a bem dizer, seculares, como os códigos civis, a perpetuidade

das suas incorrecções, transmittindo-as de uma geração a outra e a outra, além de immortalisar a impericia e o erro, fazendo impudentemente delles padrão e escola, obriga a posteridade aos esforços e riscos de embaraçosas decifrações, que uma redacção esmerada lhe pouparia.

Aquelles que educaram a faculdade da palavra na lição de escriptos estrangeiros, que se afizeram a pensar num genero de aravia cosmopolita, feita a esmo de quantos residuos o contacto de idiomas peregrinos lhes foram imbuindo na mente, que habituaram o ouvido a essa lingua bastarda, a esse dialecto promiscuo, a esse falar incongruente e discolo, perdendo o senso da vernaculidade, o tino da sua belleza, a intelligencia da sua harmonia, acabam por suppor seriamente mais clara essa miscellanea amorpha, emburilhada e rude, esse portuguez mistiço de entre lobo e cão, no pitoresco dizer dos nossos maiores, que o genuino phraseado patrio, onde até as singularidades, os modismos, as anomalias são traços de luz, gradações de idéas, claroescuros de perspectiva na imagem verbal do pensamento.

CASAR, CASAR-SE

Estranha-me a *Resposta* a forma intransitiva, que usei, deste verbo, aliás sem condemnar ou rejeitar a pronominal.

Preferi a intransitiva pela superioridade, evidente ao ouvido, que a sua brevidade lhe dá. Na sentença “O rei *casou-se*”, o dizer é sensivelmente mais frouxo que nest’outra: “O rei casou”. “*Casei*” diz mais rápida e elegantemente que “*Casei-me*”. Não o sentem? Também eu o não poderia demonstrar discursivamente. Sei; porque o sinto. “Nestas coisas de gosto delicado”, dizia o bom senso por bocca de Castilho, “nem tudo se raciocina; muita coisa fica a um senso intimo; o *não sei que*, o proverbial *não sei que*, representa em todas as artes um importantissimo papel”.

Mas, se eu não puz estigma ao *casar-se*, porque me notarem o *casar*? Em todos os

diccionarios a significação neutra, neste verbo, antecede á pronominal. Na ordem natural é igualmente essa forma a primeira e a dominante. "A significação neutra", diz Fr. Domingos Vieira, "é aqui a original". No uso da lingua é ella a prevalecente. Basta, para a demonstrar, a vantagem, que leva á outra no falar dos annexins:

Casar, casar, soa bem, e sabe mal.

Casar, casar, quer bem, quer mal.

Casar, e comprar, cada um com seu igual.

Casarás, e amansarás.

Casareis, e em manteis alvos comereis.

Casa o filho, quando quizeres, e a filha, quando puderes.

Cada um canta, como tem graça, e *casa*, como tem ventura.

Com teu vizinho *casarás* teu filho, e beberás seu vinho.

Quem longe vae *casar*, ou vae enganado, ou vae enganar.

Quem tarde *casa*, mal casa.

Antes que *cases*, vê o que fazes.

Nem de minima de ajuda, nem *cases* com viuva.

TER LOGAR

A expressão *ter logar* é francesia, quando empregada por *ocorrer, succeder, verificár-se, effectuar-se*. Na accepção, porém, de *caber, ser admissivel, ser applicavel, legitimo, opportuno, regular*, é indispensavelmente vernacula e sancionada por todos os mestres. Ora, foi justamente neste significado que a redacção dos cinco adoptára essa locução nos arts. 1.052 e 1.058 do seu projecto, o primeiro dos quaes estatua: “A compensação *tem logar* entre dividas liquidas, exigiveis e de cousas fungiveis”; determinando o segundo: “Não pode *ter logar* a compensação, havendo renuncia prévia de um dos devedores”. Era como se houveram dito, no primeiro caso: “A compensação *cabe, é legitima, admitte-se, ou procede*”, e, no segundo: “*Não se applica, não é opportuna, não se pode invocar a compensação*”. Logo, em ambos os

textos, correctissimo portuguez, vernaculo de lei. Não obstante, em ambos, o dr. Carneiro emendou, substituindo, no primeiro, o *tem logar* por *effectuar-se*, e trocando-o, no segundo, em *realisar-se*: com o que, sobre dar, num e noutro, um errado quinau de linguagem, viciou, no primeiro, o texto com uma erronia juridica, azando, pela dubiedade da phrase, ensejo a suppor-se que a compensação se effectuará sempre, em havendo dividas dessa natureza, quando o pensamento do legislador seria meramente autorisar os interessados a invocal-a em taes casos. Emenda egualmente infundada praticou no art. 1537. Ahi escrevera muito bem a commissão: “Não *terão logar* as penas dos dois artigos antecedentes”. E o dr. Carneiro corrigiu: “Não se *applicarão*, quando é certo que na accepção de *caber*, *applicar-se*, a expressão *ter logar* é irreprehensivel.

CUIDADO E TEMPO

Um dos grandes mestres da nossa lingua, ANTONIO DE CASTILHO, discorrendo, uma vez, do traduzir e seus tropeços, accentuava os embaraços, que amiude obrigam o escriptor a suspender espaçar a lida para ensejo de mais folga, animo mais disposto e entendimento mais claro. “Quando Deus quer”, dizia elle, “transfere-se para hora melhorada, ou para outro dia, a solução da duvida, com que o actual momento se não atreve, até que afinal, atinada a verdadeira, ou a mais plausivel, ou a menos ruim saida da difficuldade, diligencio expor a coisa ao nosso modo, que todos a entendam sem esforço e a possam escutar sem desagrado, nem estranheza”. Mas, essa experiencia não é só dos bons traductores. Todos os que escrevem trabalhos de arte sentirão mil vezes a mesma necessidade. Ora, dentre elles, não conheço nenhum

mais arduo que a codificação das leis civis de uma nacionalidade; e as codificações não devem menos á forma, que se lhes imprime, do que ao espirito que se lhes sopra. Obrigar-se uma pessoa a revestir de linguagem correcta, em menos de um quinquidio, um desses trabalhos monumentaes seria ousar uma empresa de semi-deuses, ou concertar, relativamente a uma das mais delicadas e grandiosas edificações do espirito humano, um ajuste de fanqueria.

PSEUDO-CACOPHATONS

Em summa, na phrase de Vieira, "graças, chistes, motes, facecias, bufonérias", mas bufonérias sem comico, facecias sem sabor, motes sem senso, chistes sem tino, graças sem geito.

No genero galhofa, de que fez ponto de honra, empenhando-se em divertir os leitores á minha custa, desceu até a invenção obscena, e raiou pela chalaça deslavada. A questão dos cacophatons largo ensejo lhe azou ao retoçar mais extravagante dessa phantasia. Desconhecendo a propria significação das palavras, transforma o autor a *cacophonia*, resultante, como se sabe, *dos sons*, no effeito *das letras*, e então obra maravilhas, particularmente na especialidade fescennina. Ahi desfecha em rasgos de genio. De "*interesse economico*", por exemplo, destaca as syllabas "esse econo", para obter a martelo uma combinação torpe. Nas palavras do substitutivo "*o official publico no testamen-*

to", gripha a syllaba terminal do adjectivo e a particula subsequente, para, deturpando ousadamente a pronuncia da lingua, manipular o que chama cacophaton *indecoroso*. Encontrando no art. 115 do substitutivo as expressões *repor á massa*, faz imprimir em italico o final de *repor*, e griphar a preposição immediata, para, carregando na pronuncia da consoante, ageitar uma palavra monstruosa. Dos vocabulos *sem menção*, no art. 1759, estampa em italico as duas primeiras syllabas, que, aos seus ouvidos, por uma allucinação de preocupado, compõem lascivamente "*o nec plus ultra do cacophaton*". Por ultimo, até, para casar o obsceno ao infecto, chega a aventar *fézes* na limpissima phrase do art. 1342, § unico: "o gestor *fez* essas despesas". Dissera-se a psychopathia sexual e a mais estranha coprolalia encantoadas na literatura parlamentar, e atarefadas ali em inverter, para satisfação de seus appetites, a prosodia portugueza.

TEMPO E PERFEIÇÃO

Em trabalho de largo folego, alinhavado a correr, não ha nodoa, lacuna, despropósito, de que se vigiem com segurança os mais capazes, ainda que especialistas sejam, e se trate da sua especialidade. A experiencia universal todos os dias nos confirma a velha paremia de que *a pressa é inimiga da perfeição*. Pudera eu acrescentar que é mãe do tumulto, da incongruencia, da irreflexão e do erro. Obra atropelada é obra manca, desastrada, infiel ao pensamento do artista, vilipendiosa ao seu nome. Improvisar, em materia d'arte, equivale a achamboar, a achavascar, a atabalhoar. A lei da precipitação é a lei do atropelo e do ataranto, a lei do descuido e do desaso, a lei da fancaria e da aventura, a lei da inconsciencia e da mediocridade. Sob a pressão da urgencia ninguem produziu nunca, nem produzirá jamais cousa que resista á prova do saber, do gosto, do tempo.

O QUE ?

Em um ponto, sobretudo, que me parece capital, timbrarei de rigor: a indicação das fontes onde beber: “Não sou muito amigo de autoridades”, dizia Vieira, “porque raramente se podem ajustar com quem dissér o que não está dito”. Mas, nas questões de linguagem tudo é o uso, e o uso se documenta com a escripta dos autores, que o estabeleceram, ou registraram. Ora, a credibilidade, para os documentos, não se pode obter, senão mediante os caracteres externos de authenticidade, que apresentarem. O costume, que o professor Carneiro seguiu, de citar somente o nome do classico, sem a obra e o logar onde se acha a passagem transcripta, não satisfaz nem se explica. Admitte-se nos manuaes escolares, por não os carregar de notas e lhes avultar o porte. Mas em trabalhos de critica, maiormente nas polemicas, é injustifi-

cavel. Ou o escriptor cita de primeira mão, e nada lhe custará declarar de onde o faz; ou de segunda e terceira, e então, se o livro, de onde tirou, for igualmente omisso, os seus documentos não estão verificados, nem são verificaveis; o que os priva inteiramente de valor.

Tivemos disso, com o dr. Carneiro, memoravel exemplo na discussão, que ao deante se lerá, sobre o uso do *o* anteposto ao *que* interrogativo. Os melhores classicos nunca admittiriam semelhante attentado á syntaxe e ao bom senso. Bernardes, confessa o professor Carneiro que nem uma vez o praticou. Em Camões, quem lhe ler, como eu lhe reli, as obras todas, não apurará um só exemplo de semelhante anomalia. Tão pouco o encontrei jamais em Barros, ou em Duarte Nunes, em A. Ferreira, ou Jacinto Freire. Seria Vieira dos que nella cincassem? Para o metter entre esses, attribuiu-lhe o illustre philologo bahiano a phrase: "*O que dirão a isso os todo-poderosos do mundo?*" Ora, só os sermões desse classico, na edição de 1855, a mais moderna das duas que constituem autoridade, occupam dezeseis tomos, afóra os quatro das partes, os tres das *Obras Inéditas* e as *Obras Varias*. Como desencantar, nesses vinte e tanto largos volumes, a linha ci-

tada pelo dr. Carneiro? Era impossivel, porque só a leitura da collecção exigiria mezes. De modo e maneira que estava eu condemnado ou a refugar pura e simplesmente a citação, não conseguindo, aliás, annullar-lhe de todo o prestigio, ou a convir em que se alistasse o grande classico entre os padrinhos do erro. Felizmente o acaso, por uma das suas, nos descobriu a verdade, e então se liquidou que o exemplo de Vieira é, ao contrario, uma condemnação daquelle erro, um documento do meu acerto: porquanto a citação do dr. Carneiro é falsa, e o trecho de Vieira, qual lhe saiu da penna, é este: “Que dirão *agora a isto* os todo-poderosos do mundo?”

Assim que a versão do meu respeitavel mestre, grosseiramente espuria, sobre inverter a syntaxe do escriptor, calumnindo-o, lhe desfigurava ainda, a outros respeitos, o texto, accrescentando um vocabulo e supprimindo outro a uma sentença.

Não haverá, dentre as autoridades invocadas pelo dr. Carneiro, outras, que se resintam da mesma eiva, que se achem igualmente adulteradas, que testemunhem falso dos autores, em cujo nome se apresentam? Era meu direito

suppl-o, depois daquelle flagrante, e articular contra ellas todas suspeição geral.

Não o farei, porém, limitando-me a contrapor ao seu uso o meu de não appellar para autoridade alguma, sem lhe juntar aos excertos reproduzidos a menção precisa da obra, capitulo, pagina, canto e estrophe, de onde os houver extrahido.

USO DOS POSSESSIVOS

Tem o nosso idioma bellezas de concisão e vigor inestimaveis, especialmente na redacção das leis, onde a majestade da soberania se revê na brevidade da palavra. Consiste uma dessas elegancias do nosso falar no privilegio de escusarmos os adjectivos possessivos, forrandonos ao seu uso ou pela mera clareza na disposição da phrase, ou pela utilização opportuna do dativo do pronome pessoal em seguida ao verbo. A repetição de *meu, teu, seu, seus, nosso, nossos, vosso, vossos*, toda a vez que importe exprimir a relação de pertença, ou dependencia, desvigorra, peia e arrasta a prosa vernacula, amarrando-a a trambolhos as mais vezes inuteis. Um prosador habil no meneio do nosso idioma não diria, por exemplo, como o projecto no art. 391, n. 1: “É direito do progenitor sobre a pessoa dos filhos menores *dirigir sua educação*”, A

boa forma portugueza, clara, incisiva e tersa é “*dirigir-lhes a educação*”. Mas, o projecto quasi não conhece outra maneira de escrever. Veja-se o art. 430, n. 1, o art. 433, n. II, o art. 464, o art. 485, o art. 598, n. I, o art. 672, o art. 831, n. II, o art. 1.350, § unico. Apenas no art. 1.350, § unico, depois de cair e recair, ali mesmo, na monotonia do seu vêsô, acaba por abrir uma excepção feliz: “O editor poderá oppor-se ás alterações, que prejudiquem *os seus* interesses, offendam *sua* reputação ou *lhe* augmentem a responsabilidade”. Melhor *lhe* fôra ter principiado como acabou: “O editor poderá oppor-se ás alterações, que *lhe* prejudiquem os interesses, offendam a reputação, ou augmentem a responsabilidade”. Aquelle dativo inicial, de per si só, dispensava os tres possessivos, imprimindo ao dizer uma rapidez e energia, que *lhes* não deixam.

DESCUIDOS DE REDACÇÃO

Fecundo em cacotechnias e cacologias, o texto desta codificação não é menos rico em cacophonias. Aqui é uma "*hypotheca com*" (art. 425); ali, um "*risco corrido*" (art. 1.466); acolá, uma "*unica validade*" (art. 47, n. 11); além um *com condições* (art. 1.730), ou um *com consentimento* (art. 1.200). Se nos quizessem pôr os ouvidos á prova do cacophaton, não podiam ter imaginado exercicio mais eficaz.

Outra casta de inadvertencias ali encontradas é a da tautophonia. Dir-se-ia ás vezes um prosador obsesso do espirito da rima. Pululam-lhe sob a penna as assonancias, as consonancias, os homophonismos escusados e impertinentes. Ora são as desinencias em *ente* consoando repetidas, como no art. 164, § unico. Agora o lento e iterativo badalar de um *ento*

ento, como no art. 125, no art. 181, § 4.º, n. 11, no art. 191: "Até o momento da celebração do casamento podem os paes retirar o seu consentimento", e no art. 200: "O instrumento do consentimento do casamento". Mas, sobretudo, os finaes em ão. Com elles ora tropeja o texto como um bronteu, ora dobra como um carrilhão. Escute-se o art. 31, o art. 27, o art. 163, o art. 631, o art. 716, o art. 1.777, o art. 1.183, mas principalmente os arts. 179 e 1.678. O penultimo destes rebôa assim: "Não importa interrupção da prescripção a citação nulla por vicio de fórma, por circumdação, ou por perempção da instancia, ou da acção". Em tres linhas seis unisonantes estampidos. E o ultimo, numa só: "É valida a disposiçáo para a creação de uma fundação".

Nunca se variou mais admiravelmente, na phonica do escrever, a escala dos sons desagradaveis: as cacophonias os hiatos, os écos, as collisões. Ora as palavras balbuciam e gaguejam: *são su, são, só*. "(São sujeitos". Art. 10. "Declaração sobre". Art. 294, § unico. Caução só". Art. 796. "Só sobre". Art. 1.588). Ora matraqueiam e grasnam: *guar qual*. ("Averiguar qual. Art. 11). Ora embicam e tropeçam: *tos ter, dor dar*. ("Completo ter-

mina". Art. 9.º. "Locador dar". Art. 1.288).
Ora martelam e trabucam: *du du du: pa pa.*
("Separado do do herdeiro". Art. 1.808.
"Por culpa a parte". Art. 1.068).

Não me arguam de esmiuçar impertinências e nonadas. Uma das condições essenciaes da boa escripta está em não soar mal, em respeitar a euphonia da linguagem, salvo, por citar o eminente philologo da commissão da camara, quando no concurso de sons asperos se vão buscar de industria "effeitos de harmonia imitativa". (*Gramm. Portug. Philosophica*, pag. 438). Ora, não é de certo isso que teve em mente a redacção do projecto, semeando com tamanha frequencia, dessas rispidezas, desses calhãos e topadas a linguagem do codigo civil,

A GERAÇÃO DE AMANHAN

Ainda inferior, talvez, á de hoje, não é a geração de amanha que nos sentenciará. Mas pode ser que a patria resurja algum dia em nossos netos. Encontraremos, então, entre esses, quem nos julgue; e será miseria, aos seus olhos, termos estampado a consciencia juridica do nosso tempo num código civil, que até elles não chegue, ou das suas escolas venha a ser refugado, por corromper o falar da mocidade. Embora frouxo éco possam ter estas idéas actualmente, porque um povo insensivel á mutilação do seu territorio não se poderá doer da adulteração de sua lingua, eu, meus illustres collegas, lavrarej hoje por esta, no seio de vós, como ha dois annos, lavrara por aquelle, da tribuna do senado, o meu protesto. Se porventura somos uma familia humana condemnada a

perder a individualidade, e ser devorada pelas nações civilisadoras, quero estar entre os ultimos a não se desconvencerem, nesta terra, de que uma raça, cujo espirito não defende o seu solo e o seu idioma, entrega a alma ao estrangeiro, antes de ser por elle absorvida.

(Trecho da Réplica ás defesas de redacção do projecto do Codigo Civil — 1904).

NOTA

Ruy é, com certeza, o maior dos prosadores da lingua. Nenhum tem maior riqueza vocabular e syntactica; nenhum, como elle, conseguiu o milagre de “verbalisar o indizível”, de traduzir pela palavra as coisas mais fugitivas, mais difficeis de apprehender e fixar.

O estylo é o homem. Mas a frase de Buffon merece interpretada. O estylo é a apparencia, a visibilidade do espirito do escriptor. O papel é a veronica em que elle deixa invisivelmente impressa a sua phisionomia moral. Convicções, preferencias, modos de sentir tudo insensivelmente se lhe revela quando escreve. Esses materiaes da construcção psychica, em que entra tanto do subconsciente, imprimem-se no papel com o relevo dos corpos tocado pela luz na pellicula da camara escura.

Tem o escriptor um alto nivel? Preoccupa-se com a face profunda das cousas? Lêde-o, e vereis que a

cada passo, sem que elle o queira, mesmo que procure escondel-o, uma palavra, uma frase, uma reminiscencia o trahirão.

O estylo de Ruy! Quem poderá confundil-o com o de outro qualquer? Muito se enganaria quem o tomasse por uma creação artistica, uma creação retorica. Não. O estylo de Ruy elle o creou insensivelmente, sem o sentir, como não sentia a systole e a diastole do proprio coração. E' um estylo seu, todo seu, peculiarmente seu. Pouco importa que lhe encontrem reminiscencias do "numero" de Cicero ou da magnificencia de Vieira. No seu periodo, por mais extenso que seja, ha rythmos, inflexões e pausas que são especificamente seus. Increparam-lhe o tamanho dos periodos, levando-os á conta de prolixidade. O superficial dessa observação só escapa aos calouros no trato das letras. Quando em torno de uma idéa central surgem idéas accessorias, por força que o periodo onde se exaram tem de abrangel-as. Mas isso não constitue falta de concisão. Pode-se preferir a uma arvore robusta, cheia de galhos e braços, a planta japoneza ou o cactus do salão. Mas, não se pode exigir ao gigante das florestas que caiba nos *cachepots* das cantoneiras ou das sacadas.

Na obra de Ruy sentem-se palpitar e estremecer todos os anseios e esperanças de sua geração. Nenhuma aspiração de ordem elevada deixou-o insensível. Os grandes problemas em cuja solução labutam as philosophias, abrem-lhe por vezes perspectivas para os horizontes mais remotos do nosso destino. Esse contacto com o supra-sensível é um elemento de grandeza do pensador. Ha forças e virtualidades indizíveis que

é preciso traduzir; a alma rica aceita a difficuldade e procura vencel-a; a alma panurgica prefere passar-lhe ao lado, contentando-se em retoijçar a grama das trivialidades.

Os assumptos fazem os estylos. Nos campos explorados pelo escriptor mediocre, cujas preoccupações não transcendem de materias communs, destoaria a electricidade, a vibração, que reclamam os assumptos que tocam as fibras mais profundas do coração. Quaes esses assumptos? Os que nascem dos grandes ideaes que guiam a humanidade: a crença na Justiça, a crença no Direito, a crença na Patria, a crença na outra face da vida. E' natural que aos fadistas e capoeiras das letras escapem as bellezas do estylo do maravilhoso escriptor. Lé com lé, cré com cré.

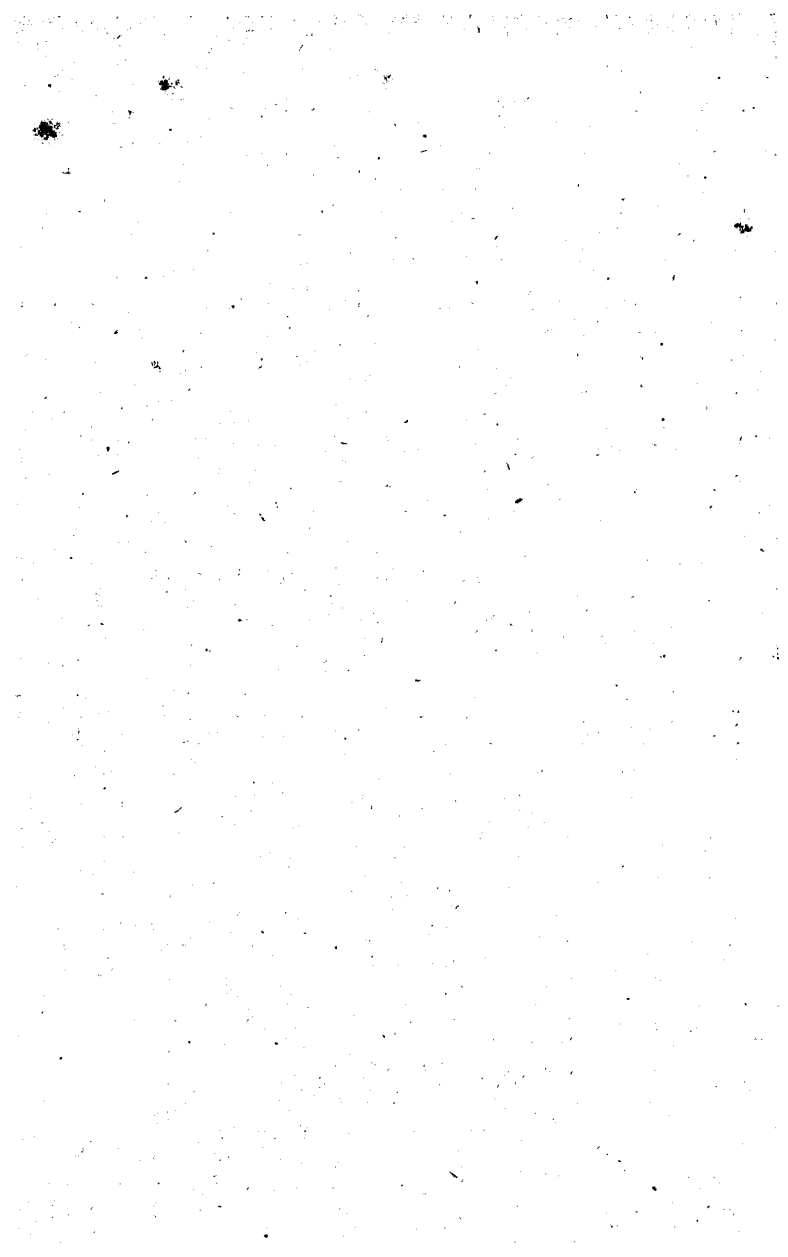
Mas ha um instincto divinatorio, um senso critico infallivel no publico. Poucos serão capazes de escrever uma grande pagina, infinitos são ao contrario os capazes de sentir-lhe a belleza e julgal-a. As coisas verdadeiramente bellas apresentam-se revestidas de uma aureola que lhes revela a estirpe. Dêem-se a ler a pessoas intelligentes, mas de escassa cultura, os trechos principaes de Ruy, conservados nas anthologias. Ver-se-á que quasi sempre o seu julgamento ou as suas preferencias coincidem com as da critica mais erudita e exigente.

A lingua usada por elle é duma castidade e duma pureza peregrinas. Os modismos que lhe acorrem espontaneamente ao bico da penna, são simples e correctos como os de frei Luiz de Souza. Os seus archaismos nada têm de archaismos; parecem palavras novas,

trazendo estampada na physionomia a propria significação e dispensando o recurso fastidioso dos glossarios.

Na polemica a sua riqueza vocabular não pede méças á de Camillo. Ahi, sim. Ha uma orgia de vocabulos novos, imprevistos, pitorescos, candentes, inflammados, indeleveis.

Quem lê a *Réplica* e vê o immenso material all accumulado, pasma. Mas mais pasmará quando souber que foi escripto ás carreiras, sem uma nota préviamente tomada. Corria mundo a lenda de que Ruy tinha um grande fichario, onde tomava apontamento de todas as suas leituras. Nada menos exacto. Nas questões de lingua, limitava-se, quando lia os classicos, a marcar a lapis vermelho e azul os trechos que lhe chamavam a attenção, as anomalias, as peculiaridades, as collocações de pronomes, os infinitos pessoases e impessoaes. Chamando a versar taes assumptos, com que tinha um contacto quasi diuturno, as suas observações pela copia, pela profundidade e pela diversidade de fontes causavam assombro. O segredo, porém, não foi outro: uma familiaridade absoluta com as fontes a que teve inesperadamente de recorrer.



VII

O Ensino



QUADRO DO ENSINO NO BRASIL

... o ensino publico está á orla do limite possivel a uma nação que se presume livre e civilisada; é que ha decadencia, em vez de progresso; é que somos um povo de analphabetos, e que a massa delles, se decresce, é numa proporção desesperadoramente lenta: é que a instrucção academica está infinitamente longe do nivel scientifico desta idade; é que a instrucção secundaria offerece ao ensino superior uma mocidade cada vez menos preparada para o receber; é que a instrucção popular, na Côrte como nas provincias, não passa de um *desideratum*; é que ha sobeja materia para nos enchermos de vergonha, e empregarmos heroicos esforços por uma rehabilitação, em bem da qual, se não quizermos deixar em duvida a nossa capacidade mental ou os nossos brios, cumpre não recuar ante sacrificio nenhum; não só

porque, de todos os sacrificios possíveis, não haveria um que não significasse uma despesa *proximamente* reproductiva, como porque trata-se aqui do nome nacional num sentido mais rigoroso, mais serio, mais absoluto do que o que se defende nas guerras á custa de dezenas de milhares de vidas humanas roubadas ao trabalho e centenas de milhões arrancados, sem compensação, mediante os mais esterilizadores de todos os impostos.

O SEGREDO DA PRUSSIA

Muitos annos, mais de quinze, antes de Sedan, Cobden apontando nos prussianos os "yankees europeus", — da instrucção existente entre elles, augurava que "a Prussia *havia de ser a mais poderosa das nações europeas*, por ter abraçado em ampla extensão, comquanto não sob a mesma fórma, o systema, dominante nos Estados Unidos, de assegurar ao povo inteiro uma educação san". Os acontecimentos de 1870 deram a mais estrondosa confirmação a essa prophécia. Mas ella demonstra evidentemente a filiação natural dos triumphos germanicos sobre a França na superioridade da instrucção geral no seio da nação vencedora. Grata a essa influencia tutelar, a Prussia, em seis annos (1872-1878), triplicou o orçamento do Estado com a instrucção publica.

Baudouin, uma das mais illustres notabilidades européas nestes assumptos, depois de percorrer, ha annos, em commissão do governo francez, a Belgica, a Allemanha e a Suissa, para lhes estudar as instituições de ensino especial e ensino primario, resumia as suas observações, terminando o seu profundo relatorio, nesta conclusão: "É factó, de ora em diante inconcusso, que a Suissa, hoje tão calma e prospera, não chegou a tal estado, senão porque, ha trinta annos, se tem occupado incessantemente em melhorar, em aperfeiçoar o seu systema de ensino publico, adoptando as innovações excellentes desse povo (o allemão), um tanto sonhador, se quizerem, mas que se tem tornado mais razoavel, á medida que se vae tornando mais instruido

DESPESA COM O ENSINO

Mas essa reorganização vem-nos custar duros sacrificios, sacrificios muito penosos a um orçamento onde o *deficit* se aninhou e prolifera.

Esta objecção está respondida. Ella encerraria o paiz numa eterna petição de principio, num circulo vicioso insuperavel. A extinção do *deficit* não pode resultar senão de um abalo profundamente renovador nas fontes espontaneas da producção. Ora, a producção, como já demonstrámos, é um effeito de intelligencia: está por toda a superficie do globo, na razão directa da educação popular. Todas as leis protectoras são inefficazes para gerar a grandeza economica do paiz; todos os melhoramentos materiaes são incapazes de determinar a riqueza, se não partirem da *educação popular*.

a mais creadora de todas as forças economicas, a mais fecunda de todas as medidas financeiras.

É o que, ha seis annos, prégava, em Portugal, a proposito de um vasto plano de reorganisação do ensino, um dos mais vigorosos espiritos daquelle paiz: "Se para custear estes encargos, o paiz inteiro ficasse empenhado em cem mil contos, ainda assim esta será a mais vantajosa de todas as operações financeiras, em que se tenha arriscado o credito popular".

A todas as impugnações, portanto, estribadas no argumento da nossa estreiteza de recursos, da necessidade de economia, da grandeza dos sacrificios exigidos, poderemos responder sempre tal qual Macaulay, em 1847, na Camara dos Communs, sustentando o credito pedido pelo governo para o desenvolvimento das instituições escolares: "Se encararmos este assumpto sob um infimo ponto de vista, se considerarmos o ente humano unicamente como um productador de riqueza, a differença entre uma população intelligente e uma população estúpida, avaliada em libras, shillings e pennys, excede cem vezes a somma solicitada".

Qualquer que seja o sacrificio exigido, esta resposta é sempre irreplicavel".

O ENSINO E' A MAIS PODEROSA MACHINA DE TRABALHO

.....

“O ensino, esse agente invisível, que, centuplicando a energia do braço humano, é sem duvida a mais poderosa das machinas de trabalho...”



LUXO ESCOLAR

Refere o viajante Speke que os selvagens do seu sequito, nos dias de tempo enxuto e claro, costumavam pavonear-se ufanamente nos seus mantos de pelle de cabra; mas, se chovia, apressavam-se em despil-os, e arrecadal-os, expondo-se, tiritantes, ao frio e ao aguaceiro. Segundo Humboldt (acrescenta, noutro livro, o mesmo escriptor) um indio orenoco, a quem é indifferente a commodidade physica, trabalha quinze dias, para comprar tintas, por meio das quaes se faça admirar; e a mesma mulher, que não hesitaria em sahir da cabana sem sombra de vestido, nunca seria capaz de perpetrar tão grave quebra da decencia (*such a break of decorum*) qual a de se apresentar despintada a olhos estranhos. A proposito desses factos, observa R. Spencer que, na ordem do tempo,

quer quanto ás acquisições mentaes, quer quanto ás physicas, a decoração precede ao vestuario, a ornamentação á utilidade (*decoration precedes dress... the ornamental comes before the useful*). “Tanto mais razão temos de insistir”, diz elle, “quanto ainda entre nós não falta quem se occupe muito mais com o luxo do que com o conforto, com a elegancia do que com a commodidade, com o aspecto que dá a roupa, do que com os serviços que presta”.

Curioso é que, em materia de instrucção popular, as instituições officiaes, no grande fóco da civilisação brasileira, não revelem, nessas sumptuosas creações, em que mais salientemente procura affirmar o seu progresso, senão um caracteristico ponto de contacto com essa primeira phase do desenvolvimento humano, em que o vaidoso amor da pompa e o gosto do decorativo preponderam á percepção do real e do util. Dá-se a lembrar deste modo o luxo de avelórios e missangas, ou a tatuagem vistosa do selvagem descomposto. Fazemos praça do superfluo, do inutil, das superfluidates illusorias, das apparencias dispendiosas e brilhantes, quando nos fallece o necessario, o essencial,

o rudimentar, os primeiros elementos da realidade modesta e efficaz.

Não queremos falar no emprego improdutivo do cabedal publico, indevidamente consumido na execução de planos, que absorvem na criação de uma casa de escola, tão faustosa quanto inadequada ao seu fim, capitaes que custeariam a edificação de muitas, ordenadas segundo as modernas leis de construcção escolar. Prescindimos de insistir na censura contra esse malbarato relativo do dinheiro dos contribuintes, para fazer sentir especialmente a inferioridade, a impropriedade da cousa que essa magnificencia procura fingir, e sobrelustrar.

Dos methodos, ou antes da ausencia absoluta de methodo e racionalidade no ensino diremos opportunamente. Mas desde já fique consignado que, salvas as differenças pessoas de intelligencia e instrucção de alguns professores, em quem, seja como for, o talento e o estudo não podem supprir a mingua de preparação pedagogica, impossivel nos estabelecimentos que entre nós assoalham o titulo de escolas normaes, e que no geral não são senão normas pretenciosas da antiga rotina — o que se asyla

sob o tecto desses edificios opulentos é, nem mais nem menos, a velha tradição dos obsoletos processos de cultura humana, cujos resultados em toda parte sempre foram a cachexia geral das intelligencias e o entibiamiento das qualidades moraes entre as gerações nascentes.

O GRANDE MAL: A IGNORANCIA POPULAR

Ao nosso ver, a chave mysteriosa das desgraças que nos affligem, é esta, e só esta: a ignorancia popular, mãe da servilidade e da miseria. Eis a grande ameaça contra a existencia constitucional e livre da nação; eis o formidavel inimigo, o inimigo intestino que se asyla nas entranhas do paiz. Para o vencer, releva instaurarmos o grande serviço da “defesa nacional contra a ignorancia”, serviço a cuja frente incumbe ao parlamento a missão de collocar-se, impondo intransigentemente á tibieza dos nossos governos o cumprimento do seu supremo dever para com a patria.

O SEGREDO DOS ESTADOS UNIDOS

Pertencendo ao continente americano, temos tido até hoje a desdita de acharmo-nos

inteiramente fóra do ambiente das idéas que tem sido o segredo da preservação e da grandeza da heroica republica do norte, cuja civilisação deslumbra o mundo. Os patriarchas, os paes (*the fathers*) da independencia americana, como lhes chama o reconhecimento filial do povo, tinham a mais nitida intuição de que a cultura da alma humana é o primeiro elemento, não só moral, como *economico e politico*, da vida de um Estado.

Washington, na sua primeira mensagem annual ao congresso, advertia-o de que “a instrucção, em todos os paizes, é a base mais estabevel da prosperidade publica”; e, no seu celebre adeus, vibram estas palavras, familiares a todos os corações americanos: “Promovei, como objecto de capital apreço, instituições para a diffusão geral da sciencia. Quanto mais força a estructura do governo dá á opinião publica, mais essencial é illustral-a”. Sabe-se que, nesse memoravel documento, o primeiro presidente dos Estados Unidos recommendava a criação, não só de uma academia militar, como de *uma universidade federal*.

Eguaes sentimentos accentuam-se nos escriptos particulares e officiaes de John Adams e Jefferson.

Madison, na sua mensagem inaugural, em 4 de março de 1809, enumerando, e formulando os princípios que lhe pareciam indispensáveis ao bem geral, e sob cuja lei se comprometia a governar, destaca este: “Fomentar o adiantamento da sciencia e a vulgarisação dos conhecimentos, *o melhor alimento da verdadeira liberdade*. Monroe, tambem no seu primeiro discurso presidencial ao parlamento da União, a 4 de março de 1817, aconselhava: “*Como o melhor dos meios de preservar as nossas liberdades*, empreguemos todas as medidas sabias e constitucionaes em desenvolver a intelligencia da nação”. A sua segunda mensagem, insistindo na importancia da criação de *uma universidade nacional*, abundava nas mesmas idéas, de que estão igualmente repassadas as suas cartas. Numa dellas (4 de agosto de 1822) escrevia elle: “Um governo popular, sem instrucção popular, nem meios de obtel-a, é apenas o prologo de uma força ou de uma tragedia, se não de uma e outra coisa”. Noutra (29 de março de 1826), affirmava: “O melhor serviço possivel a um paiz, depois de lhe grangear a liberdade, está em dilatar o cultivo

mental do povo, igualmente essencial á preservação e á fruição dessa benção”.

Esta tradição tem-se preservado religiosamente entre os estadistas e os chefes de Estado naquelle paiz.

INDIGENCIA E ANALPHABETISMO

Os americanos acreditam entranhadamente na fatalidade dessa lei social, de cuja força a historia dos Estados Unidos é a mais esplendente demonstração. “Tão grande e bemfazeja tem sido a influencia do nosso systema escolar”, observa uma das autoridades mais eminentes neste assumpto, “que pela condição das escolas populares, em cada estado, se pôde medir, e calcular, a *prosperidade material*, o desenvolvimento intellectual e moral, o respeito e obediencia á lei”. E algumas paginas adiante: “Tomando como exemplo os Estados de Pennsylvania, Ohio e Illinois, verifica-se que, entre os analphabetos, *um* por *dez* individuos é indigente; enquanto dentre os demais habitantes, a proporção dos indigentes é apenas de *um* por *cento*. Por outra: um numero dado de pessoas que se deixaram crescer na ignorancia, fornece,

termo médio, *trinta vezes tantos* indigentes quanto o mesmo numero de pessoas dotadas da instrução que se recebe nas nossas escolas publicas”.

Os espiritos de mais largo descortino, as cabeças mais progressistas, os estadistas mais praticos da Europa curvam-se, hoje, deante desta realidade, attribuindo esse facto, apparentemente quasi sobrenatural pela sua immensidade prodigiosa — o desenvolvimento incomparavel dos Estados Unidos — á mais natural e palpavel das causas: á generalisação do ensino popular, á identificação da vida nacional com a escola commum. “Ao meu ver” (são palavras de Brigh n’um *meeting* de Birmingham, em 1868), o povo dos Estados Unidos tem offerecido ao mundo, nestes ultimos quarenta annos, mais proficuas invenções do que toda a Europa junta. Esta superioridade, porém, não deriva da educação technica do povo, senão sim de que, nos Estados Unidos, não ha, entre elle, uma classe que não tenha a instrução sufficiente para ler, comprehender e pensar. E esta, sustento eu, é a base de todo o progresso subsequente. (*And that, I maintain, is the foundation of all subsequent progress*)”.

A federação helvética encara como emanação dessa mesma origem — o cultivo do espirito do povo — a estabilidade da sua independencia e a prosperidade material da nação. Eis o juizo da opinião publica nest' outro paiz, interpretado pelo consul geral da Suissa nos Estados Unidos, Mr. Hitz, perante a *National Education Association*, em 1879: "Não é o prestigio adquirido em combates por nossos avós, nem a garantia de neutralidade assegurada pelas grandes potencias européas, nem a trincheira aparentemente inacessivel das cadeias alpinas o que tem protegido através dos seculos as instituições republicanas, na Suissa. O segredo da duração e preservação da liberdade está na maxima de que "*a instrução é a força*" (*knowledge is power*), maxima que, na Suissa, encontrou sempre o assentimento popular: *Aos seus mestres e ás suas escolas, mais do que aos seus soldados e aos seus estadistas, devemos a liberdade e a prosperidade, que minha patria desfructa*".

(*Trechos do Parecer sobre a Reforma do Ensino Primario, 1883*).

O TRABALHO

O trabalho, pois, vos ha de bater á porta dia e noite; e nunca vos negueis ás suas visitas, se quereis honrar vossa vocação, e estaes dispostos a cavar nos veios de nossa natureza, até dardes com os thesoiros, que ahi vos haja reservado, com animo benigno, a dadivosa Providencia. Ouvistes o aldrabar da mão occulta, que vos chama ao estudo? Abri, abri, sem detença. Nem, por vir muito cedo, lh'o leveis a mal, lh'o tenhaes á conta de importuna. Quanto mais matutinas essas interrupções do vosso dormir, mais lh'as deveis agradecer.

O amanhecer do trabalho ha de antecipar-se ao amanhecer do dia. Não vos fieis muito de quem esperta já sol nascente, ou sol nado. Curtos se fizeram os dias, para que nós os dobrassemos, madrugando. Experimentae, e vereis quanto vae do deitar tarde ao acordar cedo.

Sobre a noite o cerebro pende ao somno. Antemanhan, tende a despertar.

Não invertaes a economia do nosso organismo: não troqueis a noite pelo dia, dedicando este á cama, e aquella ás distracções. O que se desperdiça para o trabalho com as noitadas inuteis, não se lhe recobra com as manhans de extemporaneo dormir, ou as tardes de cansado labutar. A sciencia zelosa do escasso tempo que nos deixa a vida, não dá logar aos tresnoites libertinos. Nem a cabeça já exhausta, ou estafada nos prazeres, tem onde caiba o inquirir, o revolver e meditar do estudo.

Os proprios estudiosos desacertam, quando, illudidos por um habito de inversão, antepõem o trabalho, que entra pela noite, ao que precede o dia. A natureza nos está mostrando com exemplos a verdade. Toda ella, nos viventes, ao anoitecer, inclina para o somno. A esta lição geral só abrem triste excepção os animaes sinistros e os carniceiros. Mas, quando se avizinha o volver da luz, muito antes que ella arraie a natureza, e ainda primeiro que alvoreça no firmamento, já rompeu na terra em canticos a alvorada, já se orchestram de harmonia e melodias campos e selvas, já o gallo, não o gallo triste do luar dos sertões do nosso Catullo, mas

o gallò festivo das madrugadas, retine ao longe a estridencia dos seus clarins, vibrantes de jubilosa alegria.

Ouvi, no poema de Job, a voz do Senhor, perguntando a seu servo, onde estava quando o louvavam as estrellas da manhan: "Ubi eras... cum me laudarent simul astra matutina?" E que têm mais as estrellas da manhan, dizia um grande escriptor nosso, "que têm mais as estrellas da manhan que as da tarde, ou as da noite, para fazer Deus mais caso do louvor de umas que das outras? Não é elle o Senhor do tempo, que deve ser louvado a todo o tempo, não só da luz, mas tambem das trevas? Assim é: porém, as estrellas da manhan têm esta vantagem que madrugam, antecipam-se, e despertam aos outros, que se levantem a servir a Deus. Pois disto é que Deus se honra, e agrada em presença de Job".

Tomae exemplo, estudantes e doutores, tomae exemplo das estrellas da manhan, e gosa-reis das mesmas vantagens: não só a de levantar-se mais cedo a Deus a oração do trabalho, mas a de antecederdes aos demais, logrando mais para vós mesmos, e estimulando os outros a que vos rivalisem no ganho bemdito.

Ha estudar, e estudar. Ha trabalhar, e trabalhar. Desde que o mundo é mundo se vem dizendo que o homem nasce para o trabalho: "Homo nascitur ad laborem". Mas o trabalhar é como o semear, onde tudo vae muito das sasões, dos dias e das horas. O cerebro, cansado e secco do laborar diurno, não acolhe bem a semente: não a recebe fresca e de bom grado, como a terra orvalhada. Nem a colheita acode tão suave ás mãos do lavrador, quando o torrão já lhe está sorrindo entre o sereno da noite os alvares do dia.

Assim, todos sabem que para trabalhar nascemos. Mas, muitos somos os que ignoramos certas condições, talvez as mais elementares, do trabalho, ou, pelo menos, mui poucos os que as praticamos. Quantos serão os que acreditam que os melhores trabalhadores sejam os melhores madrugadores? que os mais estudiosos não sejam os que offerecem ao estudo os sobejos do dia, mas os que o honram com as noites e os alvares do dia.

(Trecho da "Oração aos Moços", discurso aos bacharelados da Faculdade de Direito de São Paulo, em 1920).

NOTA

Na hierarchia dos nossos problemas deve occupar o segundo logar a questão do ensino. O primeiro é o da justiça, ambiente de todas as actividades uteis, a que tem de anteceder como a luz que baixou o chaos inicial precedeu a todas as energias da Creação.

Mas o ensino vem immediatamente depois, no seu papel de orientador, de encaminhador da força das forças: a actividade humana, ranha da Creação.

Todos reconhecem essa verdade. Todos quere-riam reduzir a massa de analphabetos do Brasil, onde 80 por cento da população o é. Mas todos se deixam deter pelo argumento da falta de recursos.

A situação é esta: não ha ensino, porque não ha dinheiro, e não ha dinheiro, porque não ha ensino.

Como se deve resolver o problema? Sacrificando o ensino ou o dinheiro?

A resposta só pode ser uma: sacrificando o dinheiro. E por um motivo: não ha emprego de capital mais compensador. O indice da propriedade de cada Estado está na razão directa da sua instrucção.

O mesmo se dá em toda a parte. As estatisticas provam-no dum modo eloquente. Cada espirito que se cultiva, que entra em contacto com a vida intellectual, cria necessidades caras e para isso se entrega a actividades que lhe proporcionem o satisfazel-as.

As consequencias economico-financeiras do ensino são patentes e legitimam todos os sacrificios.

Não cabe nos limites duma nota o estudo de assumpto de tal magnitude. Apenas dois exemplos: o

dos Estados Unidos e o da Allemanha. Quem conhecer Horace Mann e Froebel, sabe o quanto contribuíram para a grandeza de seus paizes, formando as gerações que a realisaram. Sarmiento, o patriarcha da Argentina, foi o maior architecto da sua grandeza. Eleito presidente da Republica, foi aos Estados Unidos e de lá regressou á patria num navio cheio do material escolar que iria arrancar a Argentina á barba-rie e á ignorancia.

Quando terá o Brasil o seu Sarmiento?

★ Este livro foi composto e impresso nas officinas graphicas da "Revista dos Tribunaes", á rua Xavier de Toledo, 72, S. Paulo, para a Companhia Editora Nacional, em dezembro de 1938.